



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XX — Nº 13

CAPITAL FEDERAL

TERÇA-FEIRA, 23 DE FEVEREIRO DE 1965

SENADO FEDERAL

2ª SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA DA 5ª LEGISLATURA

ATA DA 16ª SESSÃO, EM 22 DE FEVEREIRO DE 1965

2ª Sessão Legislativa Extraordinária, da 5ª Legislatura

PRESIDÊNCIA DOS SENHORES

NOGUEIRA DA GAMA E JOAQUIM PARENTE

As 14 horas e 30 minutos acham-se presentes os Senhores Senadores:

Açalberto Sena.
Oscar Passos.
Vivaldo Lima.
Edmundo Levi.
Lobão da Silveira.
Victorino Freire.
Menezes Pimentel.
Antônio Jucá.
Wilson Gonçalves.
Dinarte Mariz.
Walfredo Gurgel.
Argemiro de Figueiredo.
Barros Carvalho.
Ermírio de Moraes.
Heribaldo Vieira.
Aloysio de Carvalho.
Josephat Marinho.
Eurico Rezende.
Raul Guberti.
Afonso Arinos.
Aurélio Vianna.
Gilberto Marinho.
Faria Tavares.
Benedicto Valladares.
Nogueira da Gama.
Padre Calazans.
Lino de Mattos.
José Feliciano.
Daniel Krieger.
Mem de Sá — (28).

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — A lista de presença acusa o comparecimento de 28 Srs. Senadores. Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Vai ler lida a ata.

O Sr. 2º Secretário procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem debates.

O SR. 1º SECRETÁRIO:

(Nogueira da Gama) — Não há expediente a ser lido.

Sobre a mesa, requerimento de informações que vai ser lido pelo Senhor 1º Secretário.

PRESIDÊNCIA

Reuniões preparatórias da 3ª Sessão Ordinária da 5ª Legislatura

Faço saber que no dia 24 do corrente, às 14 horas e 30 minutos, terão início as reuniões do Senado Federal preparatórias da terceira sessão legislativa ordinária da quinta legislatura.

De acordo com o disposto na alínea f do art. 2º do Regimento Interno, na primeira reunião preparatória far-se-á a eleição do Presidente e no dia seguinte as dos demais membros da Mesa.

Senado Federal, 22 de fevereiro de 1965. — Camillo Nogueira da Gama, Vice-Presidente, no exercício da Presidência.

Faço saber que o Senado Federal aprovou e eu, Camillo Nogueira da Gama, Vice-Presidente, no exercício da Presidência, nos termos do art. 47, nº 18, do Regimento Interno, promulgo, a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 3, DE 1965

Nomeia Nísio Edmundo Tostes Ribeiro para o cargo de Auxiliar Legislativo, PL-10, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

Artigo único. — É nomeado, de acordo com o artigo 85, letra c, nº 2, do Regimento Interno, para o cargo de Auxiliar Legislativo, PL-10, do Quadro da Secretaria do Senado Federal, Nísio Edmundo Tostes Ribeiro, na vaga decorrente da exoneração de Maria Margarida de Alcântara Pellizzaro.

Senado Federal, 22 de fevereiro de 1965. — Camillo Nogueira da Gama, Vice-Presidente, no exercício da Presidência.

É lido o seguinte:

Requerimento nº 28, de 1965

Requeremos à Mesa, de conformidade com o Regimento Interno, sejam solicitadas ao Ministério da Agricultura as seguintes informações:

- 1) Quantos e quais os tipos de "vírus" já classificados no Brasil como causadores da febre aftosa?
- 2) Quantas fábricas de vacina contra febre aftosa estão em atividade no país, qual a sua localização e respectiva produção?
- 3) Dessas fábricas quais as que recebem assistência ou ajuda técnica do Governo Federal, e mais precisamente do Ministério da Agricultura?
- 4) Existe fiscalização permanente e regular dessas fábricas, e em que consiste essa fiscalização?
- 5) Que tipos de vacinas estão sendo fabricadas no país? São específicas para três ou mais tipos de "vírus"?
- 6) Quantas fábricas dessas vacinas estão ainda em construção e não funcionando?
- 7) Qual o montante do prejuízo que tem sido causado anualmente à nossa pecuária pela febre aftosa? Quais as previsões ou cálculos do Mi-

nistério da Agricultura para o corrente ano de 1965?

8) Que existe de concreto sobre o tratamento da carne para exportação em nosso país?

9) Já foi adotado entre nós o processo de tratamento denominado de carne curada, para exportação?

Justificação

Temos recebido informações nada alvissareiras sobre nossa pecuária, que continua desassistida pelos poderes públicos.

A febre aftosa, por exemplo, segundo dados obtidos extra oficialmente, tem causado ao país, anualmente, prejuízos superiores a 150 bilhões de cruzelros.

Algumas fábricas de vacinas, no passado, teriam fornecido vacinas de qualidade inferior inocuas para o fim a que se destinavam. Urge, pois, organizar e manter adequado sistema de fiscalização dessas fábricas, ao mesmo tempo que é imperioso assistilas e ajudá-las, técnica e financeiramente.

Finalmente, existe acentuada tendência em outros países para a não aceitação de carne sem certificado de garantia contra essas "vírus", que

não desejam introduzidos em seus territórios.

O presente requerimento visa esclarecer o que há de concreto a respeito de tão importante setor de nossa pecuária.

Sala das Sessões, em 22 de fevereiro de 1965. — Sendor José Ermírio de Moraes.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — O requerimento que acaba de ser lido vai à publicação e, em seguida, será discutido pela Presidência.

Tem a palavra, como Líder do Bloco Parlamentar Independente, o nobre Senador Lino de Mattos.

O SR. LINO DE MATTOS:

Sr. Presidente, ocupo a tribuna, na qualidade de Líder do Bloco Parlamentar Independente, apenas para o uso de uma faculdade regimental.

Todavia, o meu pronunciamento é de caráter estritamente pessoal. — (Lendo).

O Marechal Castello Branco des cobriu-se por completo. Não é o chefe imparcial, o magistrado equânime, o Presidente de todos os brasileiros para cuidar do bem estar de cada um, sem facciosismo.

O Chefe da Nação revelou-se surpreendentemente patrocinador de um sistema de forças que luta, desde há muitos anos, para galgar o poder, mas que o povo vem repelindo nas urnas.

REACTIONARIOS ENVOLVEM CASTELLO

A maioria esmagadora do eleitorado, todo ele de formação populista, se negou sempre a entregar os destinos do Brasil a essas forças reacionárias.

Explica-se, portanto, a tentativa dessa gente, sempre desviada procurando envolver o Marechal Castello Branco para situá-lo no centro das operações de esmagamento das verdadeiras correntes democráticas porque mais ligadas aos anseios populares.

AÇÃO DITATORIAL

A Nação considera, sem dúvida alguma, como ação ditatorial a interferência do Marechal, Chefe do Governo, na vida interna do Congresso

EXPEDIENTE

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR-GERAL
ALEERTO DE BRITO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES
MURILO FERREIRA ALVES

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO
FLORIANO GUIMARÃES

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional
BRASILIA

ASSINATURAS

REPARTIÇÕES E PARTICULARES		FUNCIONARIOS	
Capital e Interior		Capital e Interior	
Semestre	Cr\$ 50,00	Semestre	Cr\$ 89,00
Ano	Cr\$ 96,00	Ano	Cr\$ 76,00
Exterior		Exterior	
Ano	Cr\$ 136,00	Ano	Cr\$ 108,00

— Excetuadas as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poder-se-ão tomar, em qualquer época, por seis meses ou um ano.

— A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua aplicação, solicitamos de preferência a remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

— Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.

Gaúcho de Pelotas, ostentava com orgulho as insígnias dos antigos Dragões da Escola Militar do Rio Pardo. Revolucionário de 30, foi Sua Excelência sucessivamente Secretário de Viação de São Paulo, Secretário de Segurança, Diretor da Central do Brasil, Diretor do Departamento dos Correios e Telégrafos, Ministro da Viação durante oito anos, e Presidente do Instituto de Resseguros do Brasil, no Governo do General Eurico Dutra.

No Ministério da Viação realizou S. Exa. uma grande obra administrativa e em todos os postos exercidos, deixou assinalada a marca do seu pulso forte de grande administrador.

Homem bom, enérgico, soldado dedicado à sua classe, depois de haver exercido todos esses cargos públicos, faleceu o General Mendonça Lima em extrema pobreza, apenas com o soldo de Oficial-Genera.

Educou os seus filhos nas leis da honra e da vergonha. Deixou como herdeiro das suas glórias militares o Coronel Mendonça Lima, atual Comandante da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, o qual comandando a guarnição de Natal, com ela levantou-se a 31 de março. E' um dos oficiais mais jovens e mais cultos do Exército.

Sr. Presidente, com estas singelas palavras quero deixar, nos Anais do Senado, o meu renovado sentimento de pesar à família enlutada pelo desaparecimento de uma figura marcante no Exército e na vida pública que, realmente, assinalados serviços prestou à sua classe e ao Brasil.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem! Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Tem a palavra o Sr. Senador Vivaldo Lima.

Nacional para orientar-lhe a vontade, para emudecê-lo com a ameaça de bancadas revolucionárias, enfim, para tratá-lo como agrupamento amorfo, numa requista derrogação do princípio constitucional da independência dos poderes.

ATO DE APOSTASIA

Trata-se de ato de apostasia democrática contra o qual os parlamentares estão no dever de resistir sob pena de ensejar-se a completa metação do processo estrangulador do regime democrático, dentro de pouco tempo.

A intervenção presidencial nos assuntos privativos dos congressistas, no que ela traz de oculto, causa duvida, apreensão, a nós de São Paulo, porque temos por força da nossa liderança nacional, a maior bancada no Congresso da República.

Apreensão, quanto ao destino do sistema democrático de governo e, também, quanto à posição de São Paulo na administração federal.

CONTRA SÃO PAULO

Perdemos, em virtude de renúncia de político nosso, a chefia da Nação, mas graças à compreensão dos parlamentares dos outros Estados, mantivemos o comando das duas Casas do Congresso.

O marechal Castelo Branco, na sua atitude de força pretende tomar dos paulistas a chefia da Câmara dos Deputados. São Paulo já está sofrendo na angústia do seu empresário e dos seus trabalhadores, cujas situações são desesperadoras pela asfixia econômico-financeira a que estão sendo submetidas. Agora sobre uma violentação política.

ERROS DO MARECHAL

Reafirmo, portanto, as denúncias anteriores de que o marechal Castelo Branco está errado.

Errado, desta feita, porque age como político partidário. Reúne, para conversa política, senadores e deputados, demonstrando possuir os mesmos vícios e paixões dos homens do partido, contra os quais se afirma ter sido feita a Revolução.

Errado porque toma posição regionalista prejudicando os legítimos interesses de São Paulo, esquecido do que significam os esforços indomáveis dos paulistas em favor de todos os brasileiros.

Errado porque perde a quase totalidade do tempo imiscuindo-se na vida das agremiações partidárias, quando deveria administrar, zelando pelos problemas do país, quer internos quer externos.

Deixe, Presidente Castelo Branco, os assuntos do Congresso Nacional aos congressistas. Cuide, Presidente Castelo Branco, só e só dos assuntos afetos ao chefe do executivo federal, conforme preceitua a Constituição.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem).

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Tem a palavra o nobre Senador Victorino Freire.

O SR. VICTORINO FREIRE:

(Não foi revisto pelo orador) — Senhor Presidente, ausente dos trabalhos desta Casa, há vários dias por motivo relevante, fiquei impossibilitado de trazer ao conhecimento do Senado o falecimento ocorrido em dias da semana passada, do incomparável soldado General João de Mendonça Lima, em cujos quadros de honra servi, quando Ministro da Viação.

ver os obstáculos, que, propostos ou involuntariamente, eram postos nos precários caminhos da Panair tendo sempre na mente que já a um monarca dos tempos do absolutismo, ocorreria de que "é mais fácil prever o mal do que remediar-lo".

Na espécie, falhando as previsões, procura-se o remédio atônica e, enquanto ainda se precebe algum fraco sopro da vida.

Em verdade, comprova-se que, diante de uma placa de vidro, o colosso que foi, na sua caqueixa orgânica, de hoje, ainda respira com possibilidade de sobrevivência.

O Sr. Ermundo Levy — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. VIVALDO LIMA — Com muito prazer ouvirei V. Exa.

O Sr. Edmundo Levy — Creio que ouvi V. Exa. dizer que ninguém, em boa fé, poderia culpar o Governo atual pela situação da Panair. A afirmativa, em tese, é verdadeira, mas creio que o Governo atual cabe a culpa da situação que se criou para a empresa. Parece-me que o Governo agiu precipitadamente, inopinadamente, sem chamar a Panair para dar um esclarecimento sobre a situação que acusavam existir na organização, que era, diziam, de tal sorte que não poderia ela continuar funcionando. O Governo cassou, da noite para o dia, a concessão da Panair. Ora, se era uma organização em estado deficitário, em situação difícil de funcionamento, não podendo mais manter os vãos, como poderia ela subsistir depois da cassação, sem servir à sua clientela? O Governo agiu precipitadamente. E' o que se observa dos relatórios e das notas, quando afirma que a Panair estava em tal situação que nem recebendo todas as subvenções poderia funcionar e vem a empresa a público dizer o contrário, sem contestação oficial. Não entro, como já afirmei aqui, no mérito do que disse. O que parece é que o Governo não meditou bem, não examinou bem o problema e abriu sob a influência de interesses estranhos. De sorte que, sem pensar no que fazia, atirou à miséria, a situação difícil, cerca de 5 mil famílias. Ora, desde que a Consolidação das Leis Trabalhistas diz que, quando uma organização deixa de funcionar por culpa do Governo, este que causou tal dificuldade, é responsável por ela, será portanto a União obrigada a indenizar, a compensar todo esse vasto funcionalismo da Panair. E ninguém sabe mais o que vai indenizar desde que se impediu uma sociedade privada de funcionar. Os lucros, perdas e danos terão que ser apurados e, mais tarde ou mais cedo, a Nação irá pagar por um ato impensado. Agora mesmo estou recebendo telegrama de funcionários da Panair em que, agradecendo as palavras que pronunciei aqui a respeito da situação criada, apelam continuemos a luta no sentido de que a empresa volte a funcionar ou, pelo menos, essas famílias não fiquem jogadas ao desamparo, ao desespero, como estão. Reconheço a situação de negócios da Panair, da qual não se pode dizer que o Governo tem culpa; no entanto, deve-se dizer que ele, que praticou o ato, é responsável por essa atitude que prejudicou o Brasil e, em particular, a região amazônica.

O SR. VIVALDO LIMA — As palavras do nobre colega de bancada trabalhista e também do Estado do Amazonas se harmonizam — parece-me — com as minhas próprias, dentro do espírito em que foram expostas.

Existe realmente responsabilidade passada pela situação a que chegou a Panair do Brasil. Apenas quando ela chegou aquele ponto intolerável é que as medidas — parecem — foram drásticas e bruscas, quando naturalmente,

O SR. VIVALDO LIMA:

(Lê o seguinte discurso) — Senhor Presidente, a ninguém, de boa fé, ocorreu inculpar o atual Governo da República pela situação a que chegou a Panair do Brasil, forçando-o às providências drásticas impostas pelo Ministério específico da Aeronáutica.

Apenas, dever-se-iam acompanhar de outras tantas, complementares, dentro das atribuições constitucionais do Poder Executivo visando a que não houvesse interrupção nos serviços da utilitária empresa, dado que a amplitude e os objetivos de suas concessões não se enquadravam no ângulo estreito e mesquinho de interesses econômicos privados.

Se assim a conduziram no passado e prosseguem em tão estranhos propósitos na atual conjuntura administrativa do País, será coisa a apurar e, se positivada difícil de compreender não obstante visto como, sobretudo não é lamentável episódio, nas entranhas dos responsáveis pelos seus elevados designos não deixaria de estar sempre viva a sublime idéia de que, com Monteculeu "o amor da pátria é comum a todos os homens".

Dai não conceber, mesmo de leve, que as suas antigas ou presentes direções outro comportamento não usassem que o de impulsional em todos os setores da atividades com o ânimo irreprimível de tê-la cada vez mais eficiente e ampla nos espaços aéreos a serviço do próprio Brasil.

Se, no entanto, alguma coisa de anormal, independente da vontade de seus dirigentes, vinha concorrendo para a sua debilitação, levando-a à incômoda e deplorável posição atual entre as congêneres, praticamente de inoderância e quase insolvência, às passadas administrações do País, em particular, cabiam as providências adequadas para contornar ou remo-

se preparado o espírito público para o que pudesse acontecer em relação a uma companhia do porte e do prestígio da Panair do Brasil, seria, possível a mobilização de recursos e da própria opinião pública em favor da organização, e assim, ela não precisaria de ser imobilizada por um ato como o que foi determinado ou decretado, pelo Governo da República.

Agradeço o aparte de V. Exa., Senador Edmundo Levi, o qual, afinal de contas, corrobora minhas considerações e, de outro lado, vem em defesa sobretudo da nossa região, a mais prejudicada com a supressão dos serviços da Panair do Brasil.

(Lendo) Parece, dêse modo, que a terapêutica governamental poderá atender a tempo, fazendo-a ressurgir com maior fôlego e dinamismo, a fim de que, na sua faixa vigorosa, varando os céus próprios ou dalem-mar, continue a estreitar os vínculos de toda a natureza, em bem da nossa própria nação.

Todavia, urge que as mãos do terapeuta oficial não tateiem vacilantes na busca do remédio nas prateleiras de sua drogaria jurídica, como diria, na apreciada verve, o insigne capixaba Senador Eurico Rezende.

Isto porque, Sr. Presidente, não atende o clamor geral, antes recusa-se, no sentido de uma pronta solução, face, mormente, à paralização total das atividades da Panair.

Na Amazônia, então, foi mais sentida e penosamente, a rigor, mais sacrificada? E' de lá, de seus longínquos cantos, que vêm principalmente, os mais afilivados apêlos. Com toda a razão e justos motivos.

O Sr. Eurico Rezende — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. VIVALDO LIMA — Com o maior prazer.

O Sr. Eurico Rezende — Estou ouvindo, aliás, com a atenção costumeira, as considerações que V. Exa. vem fazendo em torno da infatigabilidade da Panair do Brasil. E' o segundo discurso que V. Exa. pronuncia a respeito do episódio que, fora de qualquer dúvida, está emocionando a opinião pública do país. E faço votos para que a pregação recuperatória de V. Exa. surta os devidos e desejados efeitos. Creio que, na fixação das causas da falência da empresa, podemos afirmar que quem também quebrou a Panair foram os Deputados e Senadores. Não posso acreditar que uma Companhia que tem que arcar com despesas tão grande, possa dar-se ao luxo de ser forçada a conceder gratuidade de passagens aéreas. Daí, porque, fica muito bem as vozes da Câmara e do Senado erguerem-se e se manifestarem em defesa da Panair do Brasil. Até mesmo por um sentimento de culpa, pela má gestão. De modo que, agradecendo a V. Exa. ter colocado como de minha autoria, uma figura aí a significar, creio que drogaria jurídica, mas cujo privilégio é do eminente Senador Josaphat Marinho, quero me associar às aflições e aos gritos de solidariedade que espolcam do seu discurso em favor da Panair do Brasil.

O SR. VIVALDO LIMA — Agradeço profundamente o aparte de V. Exa. Como sempre, honra qualquer discurso nesta Casa. V. Exa., na verdade, situou um dos ângulos da crise que, naturalmente, não é decisivo, aquele que realmente concorreu para que a Panair chegasse ao estado em que se encontra. Porque isto já vinha de longa data caminhando para este desfecho.

O Sr. Eurico Rezende — E', nós fizemos a eutanásia, como diria V. Exa., médico ilustre que é.

O SR. VIVALDO LIMA — Exatamente. Foi feita a eutanásia pela terapêutica oficial. Não médicos, se-

riamos punidos se fizéssemos a eutanásia. Mas, no corpo da Panair foi possível ao Governo fazê-la, sem qualquer infração penal.

(Lendo) — Quem desconhecera, ainda, nesta Casa, o que se passa naquelas paragens tão promissoras, no tocante às condições de vida de suas populações, de seus meios de transportes, à exploração de suas riquezas nativas e de seu lento e atordoante desenvolvimento econômico?

Estranhará, por mim, o doctio aspecto de seus bravos catócos, à mingua de alimentos e de cuidados médicos?

Pois bem, Sr. Presidente, é de lá que vêm as mais angustiosas mensagens no empenho de que o Governo haja com a presteza reclamada no caso da Panair, face ao que ela operava, há longos anos, com os seguros e eficientes "Catalinas", servindo mais de quarenta municípios, agora privados inesperadamente desse útil e mais veloz meio de transporte da região nordestina, em que eles se diluem como clareiras da civilização no seio das densas e inóspitas florestas tropicais.

Apesar de tudo, não abandonam ou amaldiçoam a planície verde desassistida e ignorada; lutam contra as agressões da Natureza, enfrentando-as bravamente com todos os sacrificios imagináveis; desejam e se obstinam em legar, com o seu suor e seus sofrimentos, um vale que possa assegurar o bem estar das gerações vindouras e, dessa impressionante e patriótica forma, com seus estóicos esforços individuais, colaboram para a unidade e a grandeza de seu amado Brasil.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem! Muito bem!)

O SR. DANIEL KRIEGER:

Sr. Presidente, peço a palavra como Líder do Governo.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Tem a palavra o nobre Senador Daniel Krieger, como Líder do Governo.

O SR. DANIEL KRIEGER:

Sr. Presidente e Senhores Senadores, não vou responder ao discurso proferido pelo Senador Lino de Mattos.

Os seus objetivos e a sua intenção não oferecem qualquer dificuldade de interpretação. Candidato à Prefeitura de São Paulo, quer S. Exa. sensibilizar a opinião pública do Estado banderante e, nesse afã, esquece profundas realidades — esquece que nós somos de uma Revolução e esquece que essa Revolução foi contida dentro da legalidade pelo espírito, eminentemente democrata, do Presidente da República. Ninguém pode ignorar que esta Nação teria desancado para um regime de exceção se não fora a clareza, o sentido democrático das gloriosas Forças Armadas do Brasil. Mas também ninguém pode esquecer que a situação não pode volver ao passado, que aqueles que deram à Pátria um exemplo de desprendimento, de coragem e de abnegação, que arriscaram as suas vidas e carreiras para defendê-la, não se conservarão, em verdade, de braços cruzados quanto a qualquer atitude subversiva.

Mas venho, Sr. Presidente e Srs. Senadores, ocupar a tribuna, principalmente, para repelir a intriga que se pretende fazer com o glorioso Estado de São Paulo.

Quem é que pretende tirar a hegemonia do maior Estado da Federação? A Câmara, há oito anos, foi entregue ao Estado de São Paulo e o Senado vai para cinco, Sr. Presidente e Srs. Senadores. E não é privativa de nenhum Estado da Federação a Presidência, nem daquela nem desta Casa do Congresso.

O Sr. Lino de Mattos — Quando V. Exa. julgar oportuno, agradecerá que me concedesse um aparte.

O SR. DANIEL KRIEGER — Pois não.

O Sr. Lino de Mattos — Quanto à afirmativa de V. Exa. de que procuro sensibilizar a opinião pública do meu Estado, devo dizer a V. Exa. que é exatamente o contrário: ocupei a tribuna para transmitir à Nação o reflexo negativo, na opinião pública paulista, da atitude do Presidente Castello Branco, interferindo, como fez, na vida do Congresso Nacional e, particularmente, da Câmara dos Deputados. Quanto à afirmativa de V. Exa. de que procurei fazer intriga, sou obrigado a repeli-la. V. Exa. não conseguirá enquadrar como intriga, através de argumentação, um fato que é concreto e positivo: a indicação pessoal, feita pelo Chefe da Nação, para investidura da Presidência da Câmara dos Deputados, de um brasileiro dos mais ilustres, não se pode negar, mas sem levar em consideração a representação de São Paulo, que é de 59 Deputados. Respondo a V. Exa. que não faço intriga, mas apenas argumento com dados exatos e positivos.

O SR. DANIEL KRIEGER — O aparte de V. Exa. não responde a coisa alguma.

O Sr. Lino de Mattos — Opinião de V. Exa.

O SR. DANIEL KRIEGER — O lat de São Paulo ter 59, 60 ou 100 Deputados não significa que tenha o monopólio da Presidência da Câmara e do Senado.

O Sr. Lino de Mattos — E nem colloquei a questão nestes termos!

O Sr. Vivaldo Lima — Permite o nobre orador um aparte?

O SR. DANIEL KRIEGER — Pois não.

O Sr. Vivaldo Lima — Justamente neste ponto, terei de fazer uma ressalva às palavras do nobre Senador Lino de Mattos. Não o fiz durante o discurso de S. Exa. mas, agora, posso fazê-lo, aproveitando esta passagem do discurso de V. Exa.

S. Exa. situou a questão em termos numéricos de bancada, na Câmara dos Deputados. Se isto fosse levado em consideração, ficaria São Paulo, permanentemente, com a Presidência da outra Casa do Congresso Nacional. Aqui, entretanto, as Bancadas são paritárias, numericamente iguais, e não se justificaria que, pelo fato de São Paulo ter maior bancada na Câmara dos Deputados, ficasse o Senado obrigado a ter maior bancada na Câmara dos Deputados, ficasse o Senado obrigado a ter na Presidência um representante paulista. Se mantivermos o Senador Moura Andrade na Presidência do Senado durante esses anos, fizemo-lo apenas numa homenagem a São Paulo, e a pessoa de seu ilustre filho, mas sem levarmos em conta o prestígio, a potência nem a força representativa daquele Estado, que é, nesta Casa, igual ao Amazonas, a Sergipe, ao Piauí ou a qualquer outro Estado da Federação, pois aqui somos todos iguais.

O Sr. Lino de Mattos — Permite V. Exa. ...

O SR. DANIEL KRIEGER — V. Exa. falou e eu não o interrompi.

O Sr. Lino de Mattos — Apenas mais uma observação, nobre Senador, para dizer que V. Exa. procura analisar o problema tomando um detalhe do meu pronunciamento, que é sobre o deslocamento de São Paulo. Este, entretanto, não é o fundamento do meu discurso, pois que todo ele gira em torno da atuação ditatorial do Sr. Presidente da República, interferindo em atos privativos do Congresso

Nacional. Esta a grande batalha que a opinião pública está esperando seja travada, na Câmara dos Deputados, no sentido de se restabelecer o prestígio daquela Casa e, com ele, o do Congresso Nacional, respondendo ao Presidente da República com a derrota da sua orientação. Esta a tese que V. Exa. deve examinar.

O SR. DANIEL KRIEGER — V. Exa. faz grave injúria aos Srs. Deputados, julgando que o Sr. Presidente da República pode fazer alguém mudar seu voto. O voto é uma questão de consciência, uma questão de dignidade. Cada um vota naquilo que entende deve votar. Se V. Exa. não pensa assim, eu penso; e assim ajo.

O Sr. Lino de Mattos — Na conformidade do raciocínio de V. Exa., então, no Brasil, estava tudo perfeito, porque o povo elegeu o Presidente da República, elegeu os parlamentares. Não havia necessidade de revolução! Fêz-se a revolução sob que argüimento? — Não é o de que o povo errou, de que a vontade popular foi burlada? Anteriormente, então, a vontade popular era burlada; agora, não há burla!

O SR. DANIEL KRIEGER — Fêz-se a Revolução porque o Presidente da República e os que dominavam estavam preparando a subversão no País: era para estabelecer-se legalidade no País, mas essa legalidade está sendo restabelecida com esforço e sacrifício.

Sr. Presidente, voltando ao tema do qual fui afastado pelos apartes dos Senadores Lino de Mattos e Vivaldo Lima, quero dizer que toda a Nação tem grande respeito e admiração pelo nobre Estado de São Paulo. Coloca-o, pelo seu passado, pelo seu presente, pela sua riqueza, pelo seu dinamismo, como o coração da Federação brasileira. Mas isso não lhe dá o direito de preservar os outros brasileiros da Presidência da Câmara dos Deputados...

O Sr. Lino de Mattos — Mas dá o direito de defender a Democracia, o regime!

O SR. DANIEL KRIEGER — ... e do Senado. E estou certo de que o Estado de São Paulo não conunga com o Senador Lino de Mattos nessa ideia porque ele tem dado, através de suas lutas, no passado e no presente, demonstração de que, acima de paulista, é brasileiro.

O Sr. Lino de Mattos — Convidaria V. Exa. para dar um passeio a São Paulo e verificar o ambiente que existe no meu Estado, contra essa orientação do Presidente Castello Branco.

O SR. DANIEL KRIEGER — Teria muito prazer em fazer esse passeio a São Paulo, se meus afazeres me permitissem. E' sempre profundamente agradável visitar seu Estado. Não tenho dúvida nenhuma. Mas estou certo de que o Estado de São Paulo pode pensar como V. Exa., porque se pensasse assim, não estaria à altura de suas tradições e de suas glórias.

Sr. Presidente,oram estas as palavras que pretendia pronunciar. O Senador Lino de Mattos, que está usando de um direito que a Revolução lhe conferiu...

O Sr. Lino de Mattos — Não foi a Revolução que me conferiu, mas o milhão de eleitores de São Paulo que me mandou para esta Casa!

O SR. DANIEL KRIEGER — A Revolução lhe conferiu, porque ninguém pode desconhecer esta realidade...

O Sr. Lino de Mattos — Nego que a Revolução me tenha outorgado esse

privilégio, ou me tenha conferido o direito de usar a tribuna que aqui ocorre. Deu-me um mandato que me foi entregue pelo povo de São Paulo, nas urnas livres, através das quais saí com um milhão de votos para representar meu Estado nesta Casa.

O Sr. DANIEL KRIEGER — V. Exa. tem um grande prestígio. Deu-se o Senador mais votado do Senado. Agora, naturalmente, vai ser eleito Prefeito de São Paulo... e tem tanta certeza da vitória que abandonou, num dia, a legenda do seu Partido para adotar outra...

O Sr. Lino de Mattos — Não abandono. O candidato pelo Partido Trabalhista Nacional e pelo Partido Trabalhista Brasileiro. Lá V. Exa. fazendo afirmativa que não é exata. Continuo Presidente nacional do meu Partido, da minha agremiação partidária. Mas sou candidato de duas legendas partidárias, com bases populares...

O Sr. DANIEL KRIEGER — V. Exa. apresentou sua renúncia, na Câmara, para reassunção, no dia seguinte.

O Sr. Lino de Mattos — Não entendi.

O Sr. DANIEL KRIEGER — Há 4 meses num dia e a reassunção no outro dia. Isso são coisas da vida política do País. Devemos, mesmo, encarar com certa satisfação, com certa alegria esse fenômeno: os homens renunciam num dia; no outro dia, tornam sem efeito a renúncia para disputar.

O Sr. Lino de Mattos — V. Exa. demonstra, nobre Senador e meu amigo Daniel Krieger, que não acompanha, de perto, os acontecimentos políticos em São Paulo. Não houve, da minha parte, em instante algum, renúncia à minha candidatura à Prefeitura de São Paulo. Sou candidato a Prefeito de São Paulo no dia seguinte à supressão dos direitos políticos do Sr. Jânio Quadros, então candidato do meu partido a Prefeito. Foi para fixar a minha solidariedade a S. Exa. e o meu protesto à supressão daqueles direitos políticos, até hoje sem explicação. Continuo candidato do meu partido — Partido Trabalhista Nacional — até o momento em que me pareceu aconselhável liberar os meus amigos, os meus companheiros, dos compromissos que haviam assumido comigo. Acontece, entretanto, que os meus partidários não aceitaram a liberação. Não houve renúncia. Renúncia é manifestação de vontade unilateral; liberação é diferente.

O Sr. DANIEL KRIEGER — V. Exa., com sabedoria, dá-me uma lição de Direito, que agradeço.

O Sr. Lino de Mattos — Como ia dizendo, meus amigos não concordaram e exigiram que eu continuasse candidato.

Continuo candidato do meu Partido. O Partido Trabalhista Brasileiro adotou, também, a minha candidatura.

O Sr. DANIEL KRIEGER — O Sr. Faria Lima é candidato do que partido?

O Sr. Lino de Mattos — A insinuação de V. Exa., portanto, de renúncia não é exata. Não houve renúncia. O Sr. Faria Lima é candidato do Movimento Trabalhista Renovador, que nada tem a ver com o plano nacional, pelo nosso colega Senador Aarão Steinbruch e o PTN é presidido pelo seu humilde amigo e colega.

O Sr. DANIEL KRIEGER — Humilde, não! Um homem que é candidato por dois partidos e recebeu um milhão de votos não é humilde!

O Sr. Lino de Mattos — Continuo humilde e até mais humilde, porque o cravo é mais de um milhão de eleitores. São esses eleitores que me prendem a esta Casa.

O Sr. DANIEL KRIEGER — Vamos ver se esse milhão de eleitores corresponde a V. Exa.

O Sr. Lino de Mattos — Nobre Senador, não sou dado a vaidades.

O Sr. DANIEL KRIEGER — Faltam, todo respeito deve ser dado a vaidades.

O Sr. Lino de Mattos — Quando dizer a V. Exa., com franqueza de alma, que eu não vou para a Prefeitura de São Paulo, inclui e exclusivamente, porque tenho em mãos a bandeira da unidade e democracia do meu Estado. Quero, na verdade, para mim não importa. É possível que o eleitorado de São Paulo entenda que eu presto melhores serviços ao Estado nesta Casa. Obedecendo à vontade do eleitorado, mas é possível que São Paulo decida voltar na Prefeitura, e, então, farei o sacrifício de deixar o convívio de meu Grupo, convívio amigo, convívio confraternal para a nossa alma, para nosso espírito, Casa em que já estou há dez anos. Quero dizer a V. Exa. honesta e sinceramente que rara alma brasileira, em sacrifício deixar esta Casa, à qual já nos acostumamos, para receber o ónus de uma administração das mais difíceis, das mais terríveis, não só no Brasil, mas da América Latina. Então, porém, no luta para o que der e vier.

O Sr. DANIEL KRIEGER — Já V. Exa. uma vez deixou o Senado da República para ser Prefeito de São Paulo.

O Sr. Lino de Mattos — Em circunstâncias diferentes, é bom que se frize. V. Exa., de quando em quando, procura dar interpretações diversas às palavras que profere. Sua intenção é honesta e correta, mas as palavras são sujeitas a ilações.

O Sr. DANIEL KRIEGER — Sou sempre muito claro.

O Sr. Lino de Mattos — Quando fui eleito Prefeito de São Paulo, de outra vez — é bom que se frize — foi para um final de mandato, apenas para completar o mandato do Sr. Jânio Quadros, que se elegeu Governador de São Paulo. O Senado da República, num espírito possivelmente de liberalidade, achou que não me devia sacrificar oito anos de mandato, a fim de que eu exercesse, por alguns meses, a administração pública de São Paulo, e me concedeu a licença. Posteriormente, movidos por injunções políticas, diversos meus em São Paulo, resolveram encaminhar no Plenário o pedido de cassação da minha licença. Então, optei — não renunciei — pelo convívio gostoso de V. Exa.

O Sr. DANIEL KRIEGER — Creio que não foi um inimigo de V. Exa. a sim uma eminente controvérsia seu, que não pode ser fechada de injunção. Só pode ser amigo de V. Exa.: O Sr. Auro de Moura Andrade. Alguém, S. Exa., está correto, porque a Constituição tinha sido violada na concessão de licenças.

O Sr. Lino de Mattos — Houve, a esse respeito, manifestação de oito ou dez juristas de renome nesta República, inclusive do nobre Senador Auro de Moura Andrade. S. Exa., ao votar a minha licença, declarou peremptoriamente não encontrar, na Constituição, preceito algum baseado no qual pudesse negar a minha licença.

O Sr. DANIEL KRIEGER — Mas foi a proposta dele que fez V. Exa. retornar.

O Sr. Lino de Mattos — Peço desculpas a V. Exa., mas ponho um re-

paro na sua afirmação. Não partiu do Sr. Auro de Moura Andrade a iniciativa da concessão da minha licença. O nobre Senador encaminhou a concessão da Casa uma proposta, através da qual cassava as licenças de dois Governadores — a do nobre Senador Diniz de Moraes, eleito Governador do Rio Grande do Norte, e a do Sr. Senador Ayrão Lúcio, eleito Governador do Paraná — ambas concedidas na paragem da minha licença.

O Sr. DANIEL KRIEGER — Não estava V. Exa. nas mesmas condições?

O Sr. Lino de Mattos — Considero que, no caso dos Governadores, sim, havia inconstância do dispositivo constitucional. A licença para prefeito não é a mesma para Governador. Soube que o nobre Senador Aguiar de Figueiredo havia, na Comissão de Constituição e Justiça, apresentado uma emenda, visando a cassação da licença. Então, retirei o Senado.

O Sr. DANIEL KRIEGER — E deixou de servir à cidade de São Paulo...

O Sr. Lino de Mattos — Deixo bem claro que não foi iniciativa do Sr. Auro de Moura Andrade.

O Sr. DANIEL KRIEGER — Sr. Presidente, Srs. Senadores, meu único objetivo, ocupando a tribuna, foi o de dizer ao Estado de São Paulo que ali, em, na Federação brasileira, jamais, quererei tirar-lhe qualquer representação.

Tudo o País é sensível ao passado glorioso de São Paulo, todo o País não esquece os serviços que ele lhe tem prestado, não esquece, nem poderia esquecer o seu dinamismo. São Paulo é e será sempre um dos elementos mais respeitáveis e admirados da Federação Brasileira.

O Sr. Lino de Mattos — Muito obrigado a V. Exa. pelas referências ao meu Estado.

O Sr. DANIEL KRIEGER — Era o que tinha a dizer. (Muito bem).

O Sr. Lino de Mattos — (Muito bem).

(Noqueira da Cama) — Tem a palavra o nobre Senador Aurélio Viana. (Pausa)

Não está presente. Tem a palavra o nobre Senador Josephat Marinho.

O Sr. JOSAPHAT MARINHO: Deixei da palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Lino de Mattos — (Muito bem).

(Noqueira da Cama) — Tem a palavra o nobre Senador Aurélio Viana, que já se encontra no recinto.

O Sr. AURÉLIO VIANA:

(Sem respeito do orador) — Senhor Presidente, Srs. Senadores, que o País não vai bem todos o reconhecemos. Seria um crime praticado contra a verdade se tivéssemos sequer a ousadia de proclamar, aberta e claramente, que a situação política, econômica, social e cultural do País é boa. Os próprios revolucionários discordam entre si, denunciam-se mutuamente quando se criticam uns aos outros apresentando ao País e ao mundo um quadro de dificuldades que ninguém contesta.

Não há segurança! E a base fundamental, a pedra angular sobre a qual deveriam repousar as colunas de sustentação de uma organização estatal é a segurança!

Sr. Presidente, tive a paciência de colejar preços e fiquei assombrado! Diante dos dados que colhi fiquei sem saber, sem compreender como o nosso povo vem suportando a alta do custo da vida que o esmaga que destrói as suas energias e as suas esperanças.

Tenho a impressão, senão a certeza, de que não reagiu o povo quando da renúncia do Sr. Jânio Quadros e da deposição do Sr. João Goulart, porque o povo não sentia entusiasmo; o ênus que caía sobre seus ombros era tão pesado que não tinha o povo uma motivação, um interesse de lutar.

Fui verificar que, em outubro de 1959, um litro de leite custava Cr\$ 33 e hoje, em Brasília, está sendo vendido a Cr\$ 131 — um aumento de 600%. Um quilo de cabalo custava no Rio de Janeiro, em outubro de 1959, Cr\$ 80, e está custando hoje, em Brasília, Cr\$ 270. Um aumento de 1.400%.

O Sr. Welfredo Gargal — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento do orador) — V. Exa. traz ao conhecimento do Plenário o preço dos gêneros de primeira necessidade, há alguns anos, aqui em Brasília. Para corroborar o que dizer V. Exa. quero acentuar que, no meu Estado, onde o salário mínimo é quase a metade do salário mínimo de Brasília, um litro de leite está custando na Capital, 250. E o quilo de cabalo, há dois meses atrás, custava 800, na Capital do Rio Grande do Norte.

O Sr. AURÉLIO VIANA — O testemunho de V. Exa. confirma as palavras que pronunciei. Fui informado, há pouco, que um quilo de açúcar no Piauí está custando 800 e, algumas regiões daquele Estado, o quilo de café custa Cr\$ 1.000. Um quilo de tomate, quando esteve aqui em Maceió, custava Cr\$ 500. E em outubro se comprava por Cr\$ 12. Hoje, Cr\$ 350 a Cr\$ 500. Se Cr\$ 350, houve um aumento de Cr\$ 3.500%; um dúzia de laranjas, Cr\$ 15, custava em outubro de 1959; hoje, Cr\$ 350, e vêem bastante mais — um aumento de 3.200%. Disse-me, em João Pessoa, que as laranjas que ali se chupam são compradas no Sul do País.

Áinda em outubro de 1959, 1 quilo de carne-seca custava Cr\$ 90; hoje, custa Cr\$ 1.300; Hoje um funcionário desta Casa comprou 1 quilo de carne-seca por Cr\$ 1.300, um aumento, portanto de 1.210%.

Um quilo de café para Cr\$ 40 para Cr\$ 230; chuchu de Cr\$ 13 passou para Cr\$ 110; fubá, de Cr\$ 20 para Cr\$ 200; açúcar, de Cr\$ 18 para Cr\$ 230 — aumento de 1.240%; cenoura, de Cr\$ 25 para Cr\$ 300 — aumento de 1.100%; batata de Cr\$ 24 para Cr\$ 180 — aumento de 150%; arroz de Cr\$ 24 para Cr\$ 200 — aumento de 734%; manteiga, de Cr\$ 130 para Cr\$ 2.400 — aumento de 1.740%; ovos, de Cr\$ 55 para Cr\$ 450, se pequenos e Cr\$ 520 se maiores — aumento de 840%; cebola de Cr\$ 45 para Cr\$ 800 e 1.000 — aumento de 2.150%; café, de Cr\$ 300 para Cr\$ 3.600; maxixe de Cr\$ 18 para Cr\$ 600, um aumento de 3.200%; bombril de Cr\$ 4, a estroja para Cr\$ 25, um aumento de 525%; peixe, de Cr\$ 60 para Cr\$ 1.700 a 1.800, um aumento de 3.600%; sabão-de-côco um aumento de 4.900%; galinha, de pouco mais de Cr\$ 100 para Cr\$ 1.200, um aumento de 500%; cebola, um aumento de 1.400%; sardinha, um aumento de 2.150%; feijão um aumento de 315%; uma galinha de Couraça, de Cr\$ 9 para Cr\$ 130 um aumento de 1.400%; carne um aumento de 1.230% e assim por diante.

E o aumento da casa? E o imposto de Renda sobre salários?

Se houvesse um luta entre o grupo que domina e o grupo que se rebelasse fosse mais forte, cairia este Governo como os outros, sem um movimento do povo para defendê-lo.

O que está desesperando os homens do movimento armado é que, até hoje, não encontraram um meio de conter a alta do custo de vida.

O Sr. Josephat Marinho — Faltou V. Exa. um aparte?

O Sr. AURÉLIO VIANA — Com grande prazer, Exa.

O Sr. Josephat Marinho — Vossa Excelência fez comparações muito interessantes, mas sobretudo entre os preços das coisas bem distantes. Tome, porém, um exemplo apenas, em data recente: em dezembro de 1934, uma dúzia de cacaos, do melhor tipo, em Brasília custava trinta e sete mil cruzeiros; e agora, pelo menos, quinhentos e vinte cruzeiros.

O SR. AURELIO VIANNA — Exatidão.

O Sr. Josephat Marinho — Como vê V. Ex. a independência dos preços em relação do que a independência dos políticos...

O SR. AURELIO VIANNA — Vossa Excelência tem razão.

Em 1933, em janeiro e fevereiro, um quilo de carne seca estava custando Cr\$ 420; em fevereiro de 1935, Cr\$ 1.350. Um quilo de tomate, em janeiro e fevereiro de 1933, Cr\$ 40; em fevereiro de 1935, Cr\$ 400. Isto não é a vida é mais barata, porque no Nordeste, o quadro é aquele que o Senador Vitoriano Gurgel acaba de apresentar:

1 quilo de feijão em alguns municípios do Nordeste, está custando Cr\$ 400. Esse povo não tinha, ontem, entusiasmo pelos governos que desaparelharam, muito menos hoje, diante desse quadro danoso, impiedoso e conturbador.

E enquanto a situação continua esta a fome batendo à porta da nossa gente e do nosso povo, brigam, discutem, debatem os políticos em torno de candidaturas à Presidência da Câmara dos Deputados!

O Sr. Josephat Marinho — E discutem até os que não deveriam discutir!

O SR. AURELIO VIANNA — Exatamente.

Distraia-se o povo daquelas questões fundamentais que são as questões econômicas, financeiras e sociais, para questões que têm o seu valor no seu devido lugar, mas que não são as substanciais para o povo.

Não estou dizendo que a Câmara e o Senado devam abdicar dos seus direitos de escolher aqueles que lhes convenham para a direção suprema dos seus trabalhos. Não é isto que estou dizendo! Mas acontece que este País está sendo manietado e entregue à voracidade da grupos econômicos, principalmente estrangeiros, como se os favores, que favores não são — que esses grupos nos proporcionariam viessem resolver os problemas fundamentais da nossa gente, do nosso povo.

O problema do ensino, meus amigos, Sr. Senadores da República! Sabem V. Exs como eu sei qual a situação do ensino neste País Não é de agora. Quantos pais estão deixando de matricular seus filhos por não poderem suportar o peso das anuidades que lhes são cobradas? É uma situação que desafia nossa argúcia, nosso patriotismo, nosso nacionalismo.

Enquanto isto, proclamam-se anuidades-se que o País está em paz. Não estava e não está. Só se é a paz dos pantanos, das charnecas.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, vamos, impressionados, e todos nós, com esta situação. Acreditamos que no Governo existam personalidades, com a mesma preocupação. Agora, porém, em Brasília, nos debates que ali houve, firmava-se uma contrária à orientação dos economistas que assessoram o Governo atual. As conclusões a que chegaram os economistas que, ali, se reuniram e debateram sobre a situação econômico-financeira deste País de maneira as afirmativas daqueles que foram convocados para resolver — ou não resolver nunca os problemas econômicos-financeiros do País.

E toda esta inquietação é fruto de não se ter equacionado o problema econômico-financeiro deste País. Quantos e tantas falências, em São

Paulo, só num mês! Em Pernambuco, as falências estão, agora, aumentando de maneira impressionante! A inquietação nos campos, continua de tal maneira que até os padres — de lá de lá — dizem, agora, desde antes de que a hora da reforma agrária, para Pernambuco, é chegada. A reforma tem que ser feita.

Já disse e confirmo: já afirmei e reafirmo: há diferença fundamental entre governo de força e governo forte. O governo forte é o que tem apoio do povo, das massas populares; não tem a sua rebelião; os governos de força são os que tentam conter, pelas armas, pela violência, as massas em rebelião, intranquilas, inconformadas.

Voltei da Guanabara; o Estado que por grande honra minha, represento. Cada um de nós se sente honrado em representar o seu povo, em representar aqueles que em nós confiaram. Voltei da Guanabara também impressionado, porque o sentimento é o mesmo. Foi a São Paulo, o estado da economia nacional, e encontrei o mesmo quadro. Se nós éramos que a "inquietação", a angústia, o desespero apassou-se em São Paulo, apenas dos trabalhadores rurais dos trabalhadores da indústria, seria melhor, faltar com a verdade: o desespero já é generalizado! Se ninguém tem saudades do passado ninguém está satisfeito com o presente; se ninguém deseja a volta ao passado, o que seria impossível, também ninguém se conforma com o presente.

Afinal, se for eleito Presidente da Câmara dos Deputados o candidato das forças governistas, estará resolvendo o problema econômico-financeiro deste país?

Se reeleito o Sr. Mazzilli, pela oitava vez, estará resolvendo o problema econômico-financeiro deste País?

Volta a corrupção se, ao invés de Moura Andrade fosse eleito um outro Senador, dos senadores e seis que formam o corpo legislativo desta denominada Câmara Alta?

O Sr. Josephat Marinho — Permite V. Ex. um aparte?

O SR. AURELIO VIANNA — Com grande prazer.

O Sr. Josephat Marinho — Vossa Excelência faz referência à possível eleição de candidato das forças governistas e das forças não governistas. Evidentemente, não vamos interferir no assunto, que é, ou deveria ser, da competência da Câmara dos Deputados. Mas, como somos todos escravos da Constituição — nós, o Poder Executivo e o Poder Judiciário — é oportuna uma indagação: como situar-se o problema entre forças do Governo e forças que não são do Governo, quando a Constituição determina que as Comissões, no Congresso — e a Comissão Executiva, em cada Casa, é uma delas se devem formar proporcionalmente à representação partidária? Teremos, certamente uma nova interpretação.

O SR. AURELIO VIANNA — O respeito à Constituição da República, no Sr. Senador que todos devemos, deveria levar, tanto o Executivo como o Legislativo, à obediência àquelas preceitos constitucionais que não foram abrogados pelo Ato Institucional, ato de força do movimento de abril. V. Ex. como constitucionalista ficou no mundo: não houve nem mesmo inteligência na escolha do Presidente ou do candidato das forças governistas. Ciosas essas forças do respeito à Constituição, deveriam, então, ter buscado, nas fileiras do partido majoritário aquele candidato que pelo menos, contestasse o movimento contra o presidente quase perpétuo da Câmara dos Deputados. Mas, como o caso interessa a todos nós, desde que se propaga que da solução do problema, dependerá a sobrevivência do Congresso, então não podemos deixar de tocar no assunto, por que estamos em causa, somos parte.

O Sr. Josephat Marinho — E juramos ao tomar posse, cumprir a Constituição.

O SR. AURELIO VIANNA — Sem querer de ânimo pelo atual Presidente da Câmara dos Deputados e sem interferir, porque me falta competência para tanto, nos seus negócios internos, mas, como povo, em me interessando por aquelas problemáticas e, como representante da Guanabara, pela sobrevivência da Democracia, que com o funcionamento do Congresso, dobraria de existir, sou obrigado a apresentar alguns argumentos. Se o Congresso perder a sua independência não terá mais força perante o povo e um Congresso sem independência é um Congresso desmoralizado, e um Congresso desmoralizado, será fechado terá suas portas fechadas sem protestos talvez até com aplausos. Se o Congresso não perder ou não perder a sua independência, poderia ser fechado, ter suas portas fechadas, mas mereceria o respeito e os aplausos do povo.

Um dia seria restaurado com tanto maior apoio, quanto maior o seu poder de independência, o seu poder de resistência. O caminho mais fácil para o fechamento do Congresso, e o desprezimento das instituições democráticas, seria fazer cair de côco, o equilíbrio completamente.

Mas, Sr. Presidente, transformar uma questão de rotina, como a eleição da Mesa Diretora de um Congresso, num ponto principal, no ponto de discordância, no motivo para a anulação e destruição ou sobrevivência das instituições democráticas? Onde estamos nós? Para onde vamos? Que País é este?

Tenho a impressão — e aqui termino — de que quem mais propaga que, agindo o Congresso com independência será fechado, são forças políticas interessadas na destruição das forças políticas; são certos partidos, que sem força perante o povo e sem força quantitativa dentro do próprio Congresso, para se projetarem espalham, responsabilizando as Forças Armadas, que ou seja o Congresso como o que pleiteiam essas forças, usando o prestígio, e a força dos militares ou, então, todos seriam destruídos, e a Democracia desapareceria do Brasil.

Quando leio — tenho um arquivo completo da história do movimento atual desde a primeira proclamação até hoje — os documentos, conhecidos do povo brasileiro, chego a conclusão de que os militares também se rebelaram contra o garroteamento do Congresso. Queriam um Congresso livre, independente, e como julgaram que muitos não lhe davam essa independência, os eliminaram da vida pública nacional.

O Sr. Josephat Marinho — Permite V. Ex. um aparte?

O SR. AURELIO VIANNA — Pois não.

O Sr. Josephat Marinho — Lembra-se V. Ex. de que, há um ano, precisamente, os maiores críticos que o Senhor João Goulart sofria decorriam da circunstância de estar tentando interferir no eleição da Mesa do Senado, para impedir a reeleição do senhor Auro de Moura Andrade. O Senado reagiu acima de partidos e precipitou-se na opinião pública.

O SR. AURELIO VIANNA — Exatamente. O episódio é bem recente. Toda o Senado está lembrado disso e o País, que se preocupa com a sorte das instituições, também.

Sr. Presidente pertence a um pequeno Partido, também ameaçado de liquidação pela nova lei eleitoral-partidária. Mas deseja sinceramente que essas ameaças não sejam verdadeiras; sejam fruto da ambição de alguns chefes, de alguns partidos políticos deste País, apenas. E que os mi-

litares se mantenham no seu posto, respeitando as decisões do Congresso.

Não me lembro de uma só medida, das solicitadas pelo atual Governo, que não fosse atendida pelo Congresso Nacional. Tudo que pleiteou, para resolver problemas econômicos e financeiros deste País, conseguiu. E conseguiu mais do que pleiteou.

Logo, se este Governo não resolveu nenhum dos problemas fundamentais desta Nação, se não deteve a alta do custo da vida, a culpa não é do Congresso que tudo, lhe deu, desde a Lei do Inquilinato aos aumentos tributários, desde a reforma à Constituição para propiciar a reforma agrícola, ao estatuto da terra.

Então anular o Poder Legislativo, por quê? Por que lhe deu tudo, com o Parlamento e com ele? Por que também é culpado, quando votou aquelas leis que estão, agora prejudicando os interesses nacionais? Prejudicou com o Executivo. Deu-lhe tudo, e o que deseja mais. Um Presidente do Congresso que seja da União Democrática Nacional e o Presidente do Partido?

Sr. Presidente, creio em Deus de todo coração, que ele se apiede deste País, que ele julgue os seus vícios, os que bricam com a paciência do povo, que exerce a sua classe dirigente que parece longa, curta de não querer ver a verdade, surda de não querer ouvir os clamores do povo!

Falo com independência, porque não vim nunca à tribuna para dizer que, no passado, nossos problemas, esses mesmos, tinham sido resolvidos em definitivo.

O que temo é pela sorte das nossas instituições democráticas, pela nossa própria sorte, do País inteiro. O que temo é a ditadura, militar ou civil, pouco importa num retrocesso a uma época que deveria estar definitivamente ultrapassada. O que temo é uma guerra civil, que destrua a unidade desta Pátria; o que temo é a luta fratricida, o sangue generoso da nossa gente, derramado sem grandeza. O que desejo é que nos entendamos, que este País se entenda, se compreenda, se una para solução dos seus grandes problemas.

Não estão vendo agora que não vamos resolver num ano o que exigiam doutros governantes que o fizemos? Ou não da mesma maneira, da mesma essência, da mesma substância ou então confessamos que não têm capacidade para o equacionamento desses problemas e para sua solução.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, eram estas as palavras que, cheio de preocupação, eu desejava pronunciar hoje quando dizem que, depois de amanhã, a sorte da democracia estará jogada que estamos por um triz. Estou por um triz desde 1943...

O que não é possível, não é permissível, não é aceitável é que vivamos eternamente nesta situação. Os nossos filhos de 14 15 anos vêm do colégio a nos fazerem perguntas que, honestamente, temos de responder e criamos no espírito deles ou revolta, ou indignação ou tristeza. Sei uma família e sei como os alimentos e cada vez leva mais dinheiro e cada vez traz menos mercadorias para casa. Muito pouco da pequena burguesia — não mais falo do operariado — já não pode vestir os seus filhos convenientemente.

A inflação está contida: que demônios proclamam isto! Então o nosso povo é umbeil, o povo perdeu o senso da realidade para não saber que nada foi contido? Que de um lado aumentam os tributos e do outro lado emitem? Então, a situação é pior do que a de ontem!

Durante a guerra, uma frase corria o mundo, "Deus salve a América!" Parece infantilmente amável, inocência minha porque, hoje, falar-se em Deus é ter-se muita cautela, mas digo de todo o coração e repito aquela frase, aplicando-a ao Brasil:

"Deus salve a nossa Pátria!" Já ninguém acredita em ninguém, mas, se calmos, que calamos com dignidade e de pé! (Muito bem.)

O SR. NTE:

(Joaquim Parente) — Tem a palavra o nobre Senador Nogueira da Gama, nos termos do Art. 163, § 2º, do Regimento.

O SR. NOGUEIRA DA GAMA:

(Não foi revisto pelo orador) — Senhor Presidente e Srs. Senadores, ocupo a tribuna, neste momento, para trazer uma palavra de lembrança, saudade e homenagem a três mortos ilustres do meu Estado, recentemente desaparecidos. A notícia chegou ao meu conhecimento há poucos dias e só por esta razão não me antecipei em fazer o registro que ora procuro deixar nos Anais desta Casa.

A primeira dessas figuras, Sr. Presidente, é a do Dr. Pedro Dutra Nicácio Neto, filho de Calaguanes, que é também a minha cidade natal.

Filho do saudoso político mineiro Astolfo Dutra Nicácio, que pertenceu à geração de João Pinheiro, Raul Soares, Antônio Carlos, Bueno Brandão e outros grandes vultos da política de Minas, este grande homem soube transmitir aos seus filhos, dos quais o mais velho era o Dr. Pedro Dutra Nicácio Neto, as mais brilhantes qualidades e virtudes.

Desde moço, Pedro Dutra iniciou suas atividades na vida pública. Foi vereador em nosso município, onde também exerceu o cargo de Prefeito municipal. Elegem-se, mais adiante. Deputado estadual em várias legislaturas, e posteriormente transportou-se para a Câmara dos Deputados, na qual participou em diversas legislaturas, inclusive como Constituinte em 1946.

Formado em Direito, exerceu sempre a sua profissão de advogado, procurando seguir a mesma trajetória do seu saudoso e brilhante pai.

Foi, ainda, o Dr. Pedro Dutra Nicácio Neto, Diretor do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado, nos últimos anos, e, através de todas as suas atividades, prestou relevantes serviços à causa pública.

Seu nome é conhecido em Minas Gerais, tendo sido numerosos os benefícios canalizados, não apenas para a região que representava, mas para todo o Estado, durante sua longa atividade política.

Merece ele, portanto, ser lembrado, o que ora faço, deixando nos Anais do Senado Federal estas palavras singelas de homenagem à sua figura, que foi, sem dúvida, exemplar por todos os títulos.

O outro morto ilustre, que abriu sem dúvida um grande vácuo na vida intelectual de Minas Gerais, foi o Dr. Tancredus Martins, advogado emérito, juiz perito dos mais conceituados do meu Estado, homem votado a altos estudos e que, durante a sua existência, marcou as suas atividades com o sinete de uma honrabilidade incontestável e de uma característica de homem de grande dignidade pessoal.

Tendo falecido recentemente, por certo não houve, ainda, tempo bastante para que a sua obra fosse devidamente lembrada por todos que a conheciam de perto. Mas, de minha parte, faço-lhe esta referência, deixando inscritas, nos Anais do Senado, as homenagens da representação mineira a essa grande figura do nosso Estado.

O terceiro morto ilustre, também desaparecido recentemente, Sr. Presidente, é o Dr. Antônio Mourão Guimarães, cujo falecimento ocorreu na última segunda-feira.

Era ele filho de um dos "varões de Plutarco" do meu Estado — o Coronel Benjamin Ferreira Guimarães, há alguns anos falecido, homem que ali

se impôs pela maneira correta e exemplar com que pautou todos os atos de sua longa vida.

O Dr. Benjamin Ferreira Guimarães veio das condições mais humildes do meio humano. E se fez pelo trabalho constante e honesto, tendo conseguido, com esforço e honestidade, reunir em Minas Gerais uma das maiores fortunas daquele Estado.

Deixou-a para os filhos, mas, ao lado disso, ele também empregou seus haveres em obras de benemerência, em hospitais, em creches, em maternidades que hoje existem em Belo Horizonte ainda custeadas, na sua maior parte, pelas próprias rendas que ele deixou vinculadas para garantir a manutenção dessas entidades.

Foi um homem útil à coletividade onde viveu, onde enriqueceu e a que serviu com devotado amor e patriotismo.

Estas qualidades são as transmitiu aos filhos, entre os quais o Doutor Antônio Mourão Guimarães, que continuou, como filho mais velho, a obra paterna criando o Banco de Minas Gerais e numerosas outras organizações por ele presididas e dirigidas.

Homem de grande sensibilidade, exerceu, também, a política em Minas Gerais, tendo sido Secretário da Agricultura, creio que no Governo do eminente Ministro Milton Campos. E todos sabemos, em Minas, que a sua administração naquela Pasta foi dos mais profícuos, até os dias de hoje.

Deputado Estadual, sua passagem pela Assembleia Legislativa é ainda recordada pelos trabalhos brilhantes que executou naquela Casa Legislativa de Minas.

O Dr. Antônio Mourão Guimarães, Sr. Presidente, vivia nos últimos anos grandemente preocupado com a situação de dificuldade do nosso País. Há cerca de dois ou três meses, privando das suas relações, recorde-me da inquietação que procurou transmitir-me quanto à situação nas circunstâncias de Belo Horizonte, onde a pobreza e a miséria aumentavam.

Esse o homem que desapareceu na última segunda-feira, abrindo um vácuo nos meios comerciais, industriais, bancários e culturais do meu Estado, mas, deixando, para todos os mineiros e não apenas para os seus descendentes, um exemplo de amor ao trabalho e de alta dignidade moral.

O Sr. Aloysio de Carvalho — Permite V. Ex.ª um aparte?

O SR. NOGUEIRA DA GAMA — Com muito prazer.

O Sr. Aloysio de Carvalho — É sempre oportuno trazer ao Plenário do Senado uma palavra de justiça e de saudade. E esta me parece ser a oportunidade, uma vez que Vossa Excelência está recordando, com tanto sentimento, as figuras de três mineiros recentemente desaparecidos. Quero associar a esta manifestação de pesar o nome de um mineiro, também há pouco falecido, e sobre o qual, me parece, não houve oportunidade, neste Senado, de um registro. Refiro-me ao Dr. Delfim Moreira Júnior, uma das figuras mais interessadas de Minas Gerais, na sua geração, constituinte em 1934, hardelro de um dos nomes mais ilustres da política mineira e, finalmente, Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, em cuja presidência revelou os atributos de probidade e de trabalho. Este é um depoimento pessoal. Conheci o Dr. Delfim Moreira Júnior na Constituição de 34 e todos os que ali tiveram a fortuna de com ele conviver, sempre lhe guardarão a lembrança e saberão fazer justiça aos seus predicados morais e intelectuais.

O SR. NOGUEIRA DA GAMA — Agradeço o aparte do nobre Senador Aloysio de Carvalho Filho, porque,

com a cooperação de S. Ex.ª, as homenagens que eu prestava a três mineiros ilustres, recentemente falecidos, se estendem a um outro, também digno, e cujo nome não me ocorreria no momento —, o Doutor Delfim Moreira Júnior, filho de um ex-Presidente da República e que faleceu como Ministro do Tribunal Superior do Trabalho.

O Sr. Aloysio de Carvalho — Permite-me V. Ex.ª outro aparte. (Assentimento do orador) — Não há, na minha interferência, nenhum reparo à omissão de V. Ex.ª, porque não houve essa omissão. V. Ex.ª está se referindo à morte de três mineiros, ocorrida durante o receso do Senado. A morte do Dr. Delfim Moreira Júnior ocorreu, se não me engano, em novembro, quando ainda estava funcionando o Congresso. De modo que não há omissão de V. Ex.ª, apenas achei que era oportuno o momento para a lembrança que V. Ex.ª trazia a este Senado, de três interessantes e eminentes figuras da sociedade e da política de Minas, associar também a figura do Doutor Delfim Moreira Júnior.

O SR. NOGUEIRA DA GAMA — Compreendi o alcance do nobre Senador Aloysio de Carvalho, e bem sei que S. Ex.ª não teve intenção de me imputar qualquer omissão na falta de referência ao Dr. Delfim Moreira Júnior, falecido já num período mais distante. Mas, assim mesmo, agradeço a cooperação de S. Ex.ª e é com desvanecimento que incorporo, através de suas palavras, numa homenagem a que também faz jus, a figura ilustre do meu Estado, filho de um ex-Presidente da República, e honrando as tradições paternas, e suas próprias qualidades, adquiridas durante o exercício de múltiplas atividades, soube deixar aos pósteros exemplos de dignidade, como estes outros, aos quais acabei de me referir.

Rendo as minhas homenagens a estes homens ilustres do meu Estado, certo de que seus nomes figurarão nos Anais com estas palavras de saudade. E nada mais faço do que plantar-lhes a memória, dignos que todos foram do respeito e da consideração daqueles que com eles conviveram, dignos que todos foram de serem imitados pelos que lhes devem seguir os exemplos na vida pública. (Muito bem.)

COMPARECEM MAIS OS SENHORES SENADORES:

Sebastião Archer
Joaquim Parente
Sigefredo Pacheco
José Leite
Aurélio Vianna
Filinto Müller
Mello Braga

O SR. PRESIDENTE:

(Joaquim Parente) — Passa-se à Ordem do Dia.

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 22, de 1965, de autoria da Comissão Diretora que nomeia Nisio Edmundo Tostes Ribeiro, para o cargo de Auxiliar Legislativo, PL-10, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

Em discussão o Projeto. Nenhum dos Srs. Senadores desejando fazer uso da palavra, declaro encerrada a discussão.

Em votação o Projeto.

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa).

Está aprovado.

O projeto voltará à Comissão Diretora para a Redação Final.

E' o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 22, DE 1965

Nomeia Nisio Edmundo Tostes Ribeiro para o cargo de Auxiliar Legislativo, PL-10, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

O Senado Federal resolve:

Artigo único. E' nomeado, de acordo com o artigo 85, letra c, nº 2, do Regimento Interno, para o cargo de Auxiliar Legislativo, PL-10, do Quadro da Secretaria do Senado Federal, Nisio Edmundo Tostes Ribeiro, na vaga decorrente da exoneração de Maria Margarida de Alcântara Pelizzaro.

O SR. PRESIDENTE:

(Joaquim Parente) — Passa-se ao item seguinte:

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 287, de 1964 (nº 1.083-B-63, na Casa de origem), que dá a denominação de Rodovia Lauro Müller a BR-59, que liga o Estado da Guanabara ao Rio Grande do Sul, tendo parecer sob o nº 1.655, de 1964, da Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas, favorável com a emenda que oferece sob o nº 1-CTCOP.

Em discussão o projeto com a emenda. (Pausa).

Se nenhum dos Srs. Senadores pedir a palavra para a discussão, dá-la-ei como encerrada. (Pausa).

Encerrada.

Em votação o projeto, sem prejuízo da emenda. (Pausa).

Os Srs. Senadores que aprovam o projeto queiram permanecer sentados. (Pausa).

Aprovado.

E' o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DA CAMARA Nº 287, DE 1964

Dá a denominação de Rodovia Lauro Müller a BR-59, que liga o Estado da Guanabara ao Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Dá a denominação de Rodovia Lauro Müller a atual BR-59, que liga Curitiba a Osório, no Rio Grande do Sul, via Florianópolis.

Art. 2º A presente lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Joaquim Parente) — Em votação a emenda.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa).

Aprovada.

E' a seguinte a emenda aprovada. Emenda nº 1 — C.T.C.O.P. Substitua-se na emenda a expressão "da Guanabara" por "do Paraná".

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — A matéria vai à Comissão de Redação.

Há, sobre a Mesa, redação final que vai ser lida pelo Sr. 1º Secretário.

E' lido o seguinte:

Parecer nº 82, de 1965

Redação final do Projeto de Resolução nº 22, de 1965, que nomeia Nisio Edmundo Tostes Ribeiro para o cargo de Auxiliar Legislativo, PL-10, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Resolução.

ção nº, de 1965, nos seguintes termos:

RESOLUÇÃO Nº

O Senado Federal resolve:

Art. 1º. — É nomeado, de acordo com o artigo 85, letra c, nº 2, do Regimento Interno para o cargo de Auxiliar Legislativo, PL-10, do Quarta da Secretaria do Senado Federal, Nísio Edmundo Tostes Ribeiro, na vaga decorrente da exoneração de Maria Margarida de Alcantara Pelizzaro.

Sala da Comissão Diretora, em 22 de fevereiro de 1965. — *Nogueira da Gama* — Dinarte Mariz — Adalberto Sena — Joaquim Parente — Heribaldo Vieira.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Em discussão a redação final. (Pausa)

Se nenhum dos Srs. Senadores pedir a palavra para a discussão, dá-lhe como encerrada. (Pausa)

Encerrada.

Em votação.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovada. O projeto irá à promulgação.

O SR. PRESIDENTE — (Nogueira da Gama) — Ainda há oradores inscritos.

Tem a palavra o nobre Senador Eurico Rezende.

O SR. EURICO REZENDE:

Sr. Presidente, desisto da palavra.

O SR. PRESIDENTE:

A presente sessão é a última do atual período de convocação extraordinária do Congresso Nacional.

Na próxima quarta-feira, dia 24 de fevereiro, às 14 horas e 30 minutos, terão início as reuniões do Senado preparatórias da terceira sessão legislativa da quinta legislatura.

De acordo com a alínea "f" do art. 2º do Regimento Interno, na primeira reunião preparatória deverá ser eleito o Presidente e no dia seguinte os demais membros da Mesa do Senado.

O Relatório dos trabalhos executados durante a sessão extraordinária está sendo distribuído aos Srs. Senadores. Será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte:

Relatório da Presidência

REFERENTE AOS TRABALHOS DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA DA 5ª LEGISLATURA, APRESENTADO NO ATO DE SEU ENCERRAMENTO PELO PRESIDENTE SENADOR AURO SOARES MOURA ANDRADE.

A — PALAVRAS INICIAIS

A Presidência oferece ao conhecimento dos Srs. Senadores e do País o trabalho levado a efeito pelo Senado Federal e pelas duas Casas do Congresso Nacional em conjunto, na segunda sessão legislativa extraordinária da quinta legislatura, correspondente ao período entre 3 e 22 de fevereiro de 1965.

B — ATO CONVOCATÓRIO

A convocação foi feita por mais de um terço dos membros da Câmara dos Deputados, com fundamento no art. 39, parágrafo único, da Constituição Federal, em documento assim formulado:

"CÂMARA DOS DEPUTADOS CÓPIA

Senhor Presidente

Os deputados que este subscrevem, nos termos da Constituição Federal, artigo 39, parágrafo único, convocam

o Congresso Nacional para reunir-se extraordinariamente no dia 3 (três) de fevereiro até a primeira sessão preparatória da próxima sessão legislativa ordinária de 1965 para votar os seguintes projetos de lei, e outros que o Excelentíssimo Senhor Presidente da República encaminhar:

1º — Reforma Administrativa;

2º — Código Florestal;

3º — E outros projetos julgados de interesse nacional.

Sala das Sessões, em 21 de outubro de 1964.

as) 7. Paulo Freire. — 2. Elias Salame. — 3. Geraldo de Pina. — 4. Noronha Filho. — 5. Humberto El-Jalck. — 6. Lacôrte Vitale. — 7. Onildo Sampaio. — 8. Walter Batista. — 9. José Mandelli. — 10. José Carlos Teixeira. — 11. Haroldo Duarte. — 12. Rezende Monteiro. — 13. Jairo Brum. — 14. Reysoli Santos. — 15. José Maria Ribeiro. — 16. Renato Marques. — 17. Celso Murta. — 18. Bernardo Belo. — 19. Hegel Morhy. — 20. João Alves. — 21. Heráclio Rêgo. — 22. Padre Nobre. — 23. Luiz Coelho. — 24. Abel Rafael. — 25. José Freire. — 26. Mathews Schmidt. — 27. Medeiros Neto. — 28. Esmerino Arruda. — 29. José Barbosa. — 30. Adrião Bernardes. — 31. Clovis Mota. — 32. Glênio Martins. — 33. Henrique Lima. — 34. Gastão Pedreira. — 35. Jamil Amiden. — 36. Dager Serra. — 37. Francisco Macedo. — 38. Gemina Feijo. — 39. Pedro Zimmermann. — 40. Argilano Dario. — 41. Campos Vergal. — 42. — Josaphat Borges. — 43. Luna Freire. — 44. Ario Theodoro. — 45. J. Fontes Torres. — 46. Athié Cury. — 47. Alceu Carvalho. — 48. Moreira da Rocha. — 49. Pedro Catalão. — 50. Breno da Silveira. — 51. Waldir Simões. — 52. Eurico Ribeiro. — 53. Wilson Chedid. — 54. Fernando Gama. — 55. Nillo Cammarano. — 56. Pedro Braga. — 57. Zaire Nunes. — 58. João Mendes Olimpio. — 59. Roberto Saturnino. — 60. Paulo Macarini. — 61. Levy Tavares. — 62. Djaima Passos. — 63. Abrahão Sabá. — 64. Abrahão Moura. — 65. Eivar Olinho. — 66. Antônio Baby. — 67. Armando Carneiro. — 68. Jorge Said Cury. — 69. Plínio Salgado. — 70. Baeta Neves. — 71. Orlando Bertolin. — 72. Alvaro Lins. — 73. Lopo de Castro. — 74. Hélio Machenzani. — 75. José Barbosa. — 76. Castro Costa. — 77. Lister Caldas. — 78. Pinheiro Chagas. — 79. Raimundo Andrade. — 80. Harry Norman. — 81. Antunes de Oliveira. — 82. Edgard Pereira. — 83. Cesar Prieto. — 84. — Eurico de Oliveira. — 85. Clodomir Leite. — 86. Ivete Vargas. — 87. Auro Melo. — 88. Aquiles Diniz. — 89. João Hercúlio. — 90. Janduby Carneiro. — 91. Ozanan Coelho. — 92. — Ovidio de Abreu. — 93. Jaeder Albergaria. — 94. Oswaldo Lima Filho. — 95. Aderbal Jurema. — 96. Geraldo Guedes. — 97. Marcia Terra. — 98. Cunha Bueno. — 99. José Burnett. — 100. Vieira de Melo. — 101. Oséas Cardoso. — 102. Joss Rosegue. — 103. Regis Pacheco. — 104. Renato Azeredo. — 105. Afonso Anschau. — 106. Austregésilo Mendonça. — 107. Aécio Cunha. — 108. Aloisio Bezerra. — 109. Luciano Machado. — 110. Teófilo Neto. — 111. — João Veiga. — 112. Manso Cabral. — 113. — Mário Gomes. — 114. Galo e Almendra. — 115. Petronio Fernal. — 116. Arthur Evaristo. — 117. Wilson Calmon. — 118. Pedros Junior. — 119. Leopoldo Peres. — 120. Ruy Lino. — 121. Xavier Fernandes. — 122. Milton Reis. — 123. Lirio Bertoli. — 124. Mário Maia. — 125. Raimundo Brito. — 126. Nogueira de Rezende. — 127. Lauro Leitão. — 128. Renato Celidônio. — 129. Adílio Viana. — 130. Alair Ferreira. — 131. Expedito Rodrigues. — 132. Mauricio Goulart. — 133. Miguel Bufara. — 134. Celso Amaral. — 135. Chagas Rodrigues. — 136. Paulo Coe-

lho. — 137. Benjamin Farah. — 138. Gerdlano Alves. — 139. Cld Carvalho. — 140. Tancredo Neves. — 141. Josaphat Macedo. — 142. Mário Piva. — 143. Francisco Adeodato. — 144. Durno Pires. — 145. Pinheiro Brizola. — 146. João Ribeiro Júnior. — 147. Clemens Sampaio. — 148. Ney Maranhão. — 149. Muniz Falcão."

Acompanhou esse documento, em seu encaminhamento à Presidência do Congresso Nacional, o seguinte ofício do Sr. Presidente da Câmara dos Deputados:

"CÂMARA DOS DEPUTADOS

GP/O/395/64

Brasília, 16 de novembro de 1964

Senhor Presidente

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência, para as providências que se fizerem necessárias, que, em documento assinado por 149 senhores Deputados, representando mais de um terço da Câmara dos Deputados, o Congresso Nacional está convocado, nos termos do art. 39, parágrafo único, da Constituição Federal, para se reunir extraordinariamente a partir de 3 de fevereiro de 1965 até a primeira sessão preparatória da próxima sessão legislativa ordinária da Câmara dos Deputados.

2. Informo, outrossim, a Vossa Excelência, que nos termos do art. 4º da Resolução nº 81 de 1964, da Câmara dos Deputados, a primeira sessão preparatória realizar-se-á no dia 23 de fevereiro de 1965.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da mais alta estima e distinta consideração. — *Ranieri Mazzilli*.

A Sua Excelência o Senhor

Senador Auro de Moura Andrade

DD. Presidente do Senado Federal."

Conforme se viu, a convocação mencionou, expressamente, como data de início da sessão legislativa extraordinária, o dia 3 de fevereiro de 1965, estabelecendo que os seus trabalhos fossem "até a primeira sessão preparatória da próxima sessão legislativa ordinária da Câmara dos Deputados".

Tendo a primeira sessão preparatória da Câmara dos Deputados data fixa — 23 de fevereiro — o limite de duração do período legislativo assim convocado ficou, conseqüentemente, previsto para a véspera dessa data.

C — INSTALAÇÃO DA SESSÃO LEGISLATIVA

Em sessão conjunta das duas Casas, realizada às 21 horas e 30 minutos de 3 de fevereiro, instalou-se a sessão legislativa extraordinária, tendo na ocasião o titular da Presidência proferido as seguintes palavras:

(Senador Moura Andrade) — "Reunem-se, na data de hoje, Deputados e Senadores para dar início a um novo período de trabalho, convocado por mais de um terço dos membros da Câmara dos Deputados.

Como se ouviu da leitura do ato convocatório, no temário desta sessão legislativa extraordinária figuram a Reforma Administrativa e o Código Florestal, matérias cuja importância a ninguém é lícito subestimar. A elas se há de dedicar precipuamente a atividade das duas Casas, se não para as ultimar, ao menos para lhes imprimir à tramitação substancial avanço.

Há, entretanto, outras proposições, de iniciativa do Poder Executivo, que não puderam ser contidas na sessão legislativa anterior.

Há ainda, quarenta e sete projetos que, atingidos por vetos presidenciais, aguardam a palavra definitiva do Congresso sobre as impugnações sofridas.

Há, por fim, tratados e acordos internacionais que aguardam ratificação.

Bem computado o volume dessas matérias, força é reconhecer que a tarefa é por demais extensa para ser levada a efeito em poucos dias.

Nem por isso, entretanto, se justificará que deixe de ser enfrentado. E' para ela que conclamo a dedicação sempre reconhecida dos membros de ambas as Casas do Congresso.

Agradeço, neste instante, ao Senhor Presidente da Câmara dos Deputados pela sua presença nesta Mesa, a que não tem faltado em todas as oportunidades, como representante máximo desta Câmara. Agradeço aos Senhores Congressistas, por terem comparecido em tão grande número nesta noite e estou certo de que os trabalhos para os quais foram convocados representarão mais uma das altas metas realizadas no trabalho legislativo.

Não desejo alongar-me. A sessão pela sua natureza, está limitada, em termos regimentais, exclusivamente à instalação, à declaração das matérias e à alocação do Presidente em torno do ato convocatório. Mas estou certo de que ambas as Casas continuarão cumprindo seus altos deveres para com o regime e com o povo brasileiro, com a mesma dignidade, a mesma altivez e a mesma independência que tem caracterizado os seus gestos nos momentos decisivos da vida do País.

Aqui, neste plenário, vivemos instantes históricos da mais alta importância; aqui, realmente se escreveu história contemporânea do Brasil; aqui, aconteceram fatos que anunciam para nosso País novos momentos. O tempo há de passar sobre nós, mas, realmente, aqueles que no futuro apreciaram o que aqui aconteceu, não de reconhecer que o Congresso Brasileiro esteve à altura dos momentos decisivos da vida nacional. Certo de que todos agiram com patriotismo na formulação dos problemas como Presidente do Senado posso declarar que o que é mais significativo na composição do pensamento do Congresso é exatamente aquele ponto de interesse nacional em que as divergências desapareceram e se unem os homens para traçar os grandes rumos.

Esta união em torno dos princípios da democracia, esta união em torno dos princípios constitucionais do nosso País, é realmente aquilo que o povo mais espera, certo de que o Congresso das horas graves de 1961, o Congresso das horas decisivas de 1962 e o Congresso imperturbável e patriótico das difíceis horas de 1964, será cumprir, em 1965 o seu alto dever. Cumprir-o no passado e saber fazê-lo agora, mantendo a paz, a ordem, as liberdades para o povo e, sobretudo, lançando novas esperanças, para que floresçam ainda mais no coração dos brasileiros a confiança no futuro do nosso país. E' para isso que estamos convocados: para trabalhar todos unidos, em benefício da construção nacional.

Com estas palavras, agradeço aos Srs. Congressistas e declaro encerrada a presente sessão, devendo os Senhores Deputados e os Srs. Senadores instalarem os seus respectivos trabalhos, a partir de amanhã, conforme comunicação já feita.

Está encerrada a sessão."

D — O SENADO EM SUA COMPOSIÇÃO

D. 1 — SENADORES EM EXERCÍCIO,

VAGAS, LICENÇAS,

SUBSTITUIÇÕES

Ao ter início a sessão legislativa havia duas cadeiras vagas:

— uma na representação do Estado de Sergipe, para a qual fora eleito o Sr. Francisco Leite Neto, falecido em 10 de dezembro último;

— uma na do Estado de Goiás, antes ocupada pelo Sr. Juscelino Kubitschek de Oliveira, que tivera o mandato cassado na sessão legislativa anterior.

Achava-se ausente, no exercício do cargo de Ministro da Justiça e Negócios Interiores, o Sr. Senador Milton Campos, substituído pelo seu suplente, Sr. José de Faria Tavares.

Para preenchimento da vaga do Sr. Senador Leite Neto foi convocado o seu suplente, Sr. José Roldenberg Leite, que assumiu o exercício do mandato em 9 de fevereiro.

Em 16 de fevereiro foram concedidos 120 dias de licença, para tratamento de saúde, a partir de 5 do mesmo mês, ao Sr. Senador Júlio Leite, não tendo havido convocação imediata do seu suplente, Sr. Dylton Costa, em virtude do disposto no art. 45, parágrafo único do Regimento Interno.

D. 2 — MESA

Manteve-se inalterada a Mesa eleita para a sessão legislativa ordinária de 1964, a saber:

Cargos — Titulares

Presidente — Auro Moura Andrade (PSD — SP).

Vice-Presidente — Camillo Nogueira da Gama (PTB — MG).

1º Secretário — Dinarte Mariz (UDN — RN).

2º Secretário — Gilberto Marinho (PSD — GB).

3º Secretário — Adalberto Sena (PTB — AC).

4º Secretário — Cattete Pinheiro (PTN — PA).

1º Suplente — Joaquim Parente (UDN — PI).

2º Suplente — Guido Mondin (PSD — RS).

3º Suplente — Vasconcelos Tórreres (PTB — RJ).

4º Suplente — Heribaldo Vieira (Sem legenda — SE).

D. 3 — BANCADAS

Estiveram constituídas na forma abaixo as bancadas:

1) — Partido Social Democrático (PSD) — 20 Membros

1. José Guimard — Acre.
2. Lobao da Silva — Pará.
3. Eugenio Barros — Maranhão.
4. Sebastião Archer — Maranhão.
5. Victorino Freire — Maranhão.
6. Sigefredo Pacheco — Piauí.
7. Menezes Pimentel — Ceará.
8. Wilson Gonçalves — Ceará.
9. Walfredo Gurgel — Rio Grande do Norte.

10. Ruy Carneiro — Paraíba.

11. Antônio Balbino — Bahia.

12. Jefferson de Aguiar — Espírito Santo.

13. Gilberto Marinho — Guanabara.

14. Moura Andrade — São Paulo.

15. Atílio Fontana — Santa Catarina.

16. Guido Mondin — Rio Grande do Norte.

17. Benedito Valladares — Minas Gerais.

18. Filinto Müller — Mato Grosso.

19. José Feliciano — Goiás.

20. Pedro Ludovico — Goiás.

21) — Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) — 17 Membros

1. Adalberto Sena — Acre.

2. Oscar Passos — Acre.

3. Vivaldo Lima — Amazonas.

4. Edmundo Levi — Amazonas.

5. Arthur Virgílio — Amazonas.

6. Antônio Jucá — Ceará.

7. Dix-Huit Rosado — Rio Grande do Norte.

8. Argemiro de Figueiredo — Paraíba.

9. Barros Carvalh — Pernambuco.

10. Pessoa de Queiroz — Pernambuco.

11. José Ermirio — Pernambuco.

12. Silvestre Pericles — Alagoas.

13. Vasconcelos Tórreres — Rio de Janeiro.

14. Nelson Maculan — Paraná.

15. Mello Braga — Paraná.

16. Nogueira da Gama — Minas Gerais.

17. Bezerra Neto — Mato Grosso.

3) — União Democrática Nacional (UDN) — 15 Membros

1. Zacharias de Assunção — Pará.

2. Joaquim Parente — Piauí.

3. José Cândido — Piauí.

4. Dinarte Mariz — Rio Grande do Norte.

5. João Agripino — Paraíba.

6. Rui Palmeira — Alagoas.

7. Eurico Rezende — Espírito Santo.

8. Afonso Arinos — Guanabara.

9. Padre Calazans — São Paulo.

10. Adolpho Franco — Paraná.

11. Irineu Bornhausen — Santa Catarina.

12. Antonio Carlos — Santa Catarina.

13. Daniel Krieger — Rio Grande do Sul.

14. Milton Campos (substituído pelo Sr. José de Faria Tavares) — Minas Gerais.

15. Lopes da Costa — Mato Grosso.

4) — Partido Libertador (PL) — 2 Membros

1. Aloysio de Carvalho — Bahia.

2. Mem de Sá — Rio Grande do Sul.

5) — Partido Trabalhista Nacional (PTN) — 2 Membros

1. Cattete Pinheiro — Pará.

2. Lino de Matos — São Paulo.

6) — Partido Social Progressista (PSP) — 2 Membros

1. Raul Giuberti — Espírito Santo.

2. Miguel Couto — Rio de Janeiro.

7) — Movimento Trabalhista Renovador (MTR) — 1 Membro

1. Aarão Steinbruch — Rio de Janeiro.

8) — Partido Socialista Brasileiro (PSB) — 1 Membro

1. Aurélio Vianna — Guanabara.

9) — Partido Republicano (PR) — 1 Membro

1. Júlio Leite — Sergipe.

10) — Partido Democrata Cristão (PDC) — 1 Membro

1. Arnon de Mello — Alagoas.

Sem Legenda

1. Josaphat Marinho — Bahia.

2. Heribaldo Vieira — Sergipe.

D. 4 — BLOCO PARTIDÁRIO

O único Bloco Partidário existente foi o Bloco Parlamentar Independente, constituído das seguintes bancadas:

Movimento Trabalhista Renovador — 1 membro.

Partido Trabalhista Nacional — 2 membros.

Partido Social Progressista — 2 membros.

Partido Socialista Brasileiro — 1 membro.

Partido Republicano — 1 membro.

Partido Democrata Cristão — 1 membro.

Sem Legenda: Sen. Josaphat Marinho.

D. 5 — LIDERANÇAS E VICE-LIDERANÇAS

Continuaram em exercício as seguintes Lideranças e Vice-Lideranças:

Liderança do Governo — Líder — Senador Daniel Krieger (UDN-RS).

Lideranças Partidárias — Partido Social Democrático — Líder — Senador Filinto Müller (MT).

Vice-líderes: Senadores Wilson Gonçalves (CE), Sigefredo Pacheco (PI) e Walfredo Gurgel (RN).

Partido Trabalhista Brasileiro — Líder — Senador Barros Carvalho (PE)

Vice-Líderes: Senadores — Bezerra Neto (MT), Oscar Passos (AC) e Antônio Jucá (CE).

União Democrática Nacional — Líder — Senador Daniel Krieger (RS).

Vice-Líderes: Senadores — Eurico Rezende (ES), Adolpho Franco (PI), Padre Calazans (SP) e Lopes da Costa (RJ).

Partido Libertador — Líder: Senador Mem de Sá (RS).

Vice-Líder: Senador Aloysio de Carvalho (BA).

Partido Social Progressista — Líder: Senador Miguel Couto (RS).

Vice-líder: Senador Raul Giuberti (ES).

Partido Trabalhista Nacional — Líder: Senador Lino de Matos (SP).

Vice-líder: Senador Cattete Pinheiro (PA).

Bloco Parlamentar Independente — Líder: Senador Lino de Matos (PTN-SP).

Vice-Líderes: Senadores: Aurélio Vianna (PSB-GB), Josaphat Marinho (Sem legenda — BA), Júlio Leite (PR-SE), Aarão Steinbruch (MT-RJ), Miguel Couto (PSP-RJ) e Arnon de Mello (PDC-AA).

D. 6 — COMISSÕES

Permaneceram em função as Comissões Permanentes constituídas na sessão legislativa ordinária anterior e as seguintes Comissões Especiais que tiveram o prazo prorrogado no final da mesma sessão:

Comissões Especiais dos Projetos de Emenda à Constituição ns. 4.61 — 7.61 — 8.61 — 9.61 — 10.61 — 11.61 — 1.62 — 2.62 — 3.62 — 5.62 — 6.62 — 7.62 — 1.63 — 2.63 — 3.63 — 4.63 — 5.63 — 6.63 — 7.63 — 1.64 — 2.64 — 4.64 — 5.64 — 6.64 e 7.64;

Comissão Especial para revisão do projeto que define e regula o direito do autor;

Comissão Especial para realizar o levantamento da produção mineral do País e estudar os meios capazes de possibilitar a sua industrialização;

Comissão Especial para estudar as causas que dificultam a produção agropecuária e suas repercussões negativas na exportação;

Comissão Especial para estudo da situação do Centro Técnico de Aeronáutica e Escola de Engenharia da Aeronáutica de São José dos Campos;

Comissão Especial para estudo das proposições que digam respeito à participação dos trabalhadores nos lucros das empresas;

Comissão Especial para estudo dos efeitos da inflação e da Política Tributária e Cambial sobre as empresas privadas;

Comissão Especial para estudar a situação dos transportes marítimos e ferroviários.

Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar irregularidades e corrupção no Departamento de Correios e Telégrafos.

Comissão Mista para o estudo das Mensagens do Poder Executivo referentes à Reforma Administrativa.

Comissão Externa — Por iniciativa do Sr. Senador Vasconcelos Torres foi constituída, em 10 de fevereiro Comissão para representar o Senado no 4º Congresso Nacional de Assembléias Legislativas, sendo designados os Srs. Senadores:

Ruy Carneiro, Vasconcelos Torres, Antônio Carlos, Aurélio Vianna e Guido Mondin.

E — O Senado em Funcionamento

E.1 — PLENÁRIO

E.1.1 — Sessões realizadas

Treze sessões ordinárias e três extraordinárias foram realizadas.

E.1.2. — Homenagens

E.1.2.1 — Congratulações e Comemorações

Da tribuna teve registro, em 10 de fevereiro, a instalação, em Brasília,

Vice-Líderes: Senadores — Bezerra Neto (MT), Oscar Passos (AC) e Antônio Jucá (CE).

União Democrática Nacional — Líder — Senador Daniel Krieger (RS).

Vice-Líderes: Senadores — Eurico Rezende (ES), Adolpho Franco (PI), Padre Calazans (SP) e Lopes da Costa (RJ).

Partido Libertador — Líder: Senador Mem de Sá (RS).

Vice-Líder: Senador Aloysio de Carvalho (BA).

Partido Social Progressista — Líder: Senador Miguel Couto (RS).

Vice-líder: Senador Raul Giuberti (ES).

Partido Trabalhista Nacional — Líder: Senador Lino de Matos (SP).

Vice-líder: Senador Cattete Pinheiro (PA).

Bloco Parlamentar Independente — Líder: Senador Lino de Matos (PTN-SP).

Vice-Líderes: Senadores: Aurélio Vianna (PSB-GB), Josaphat Marinho (Sem legenda — BA), Júlio Leite (PR-SE), Aarão Steinbruch (MT-RJ), Miguel Couto (PSP-RJ) e Arnon de Mello (PDC-AA).

D. 6 — COMISSÕES

Permaneceram em função as Comissões Permanentes constituídas na sessão legislativa ordinária anterior e as seguintes Comissões Especiais que tiveram o prazo prorrogado no final da mesma sessão:

Comissões Especiais dos Projetos de Emenda à Constituição ns. 4.61 — 7.61 — 8.61 — 9.61 — 10.61 — 11.61 — 1.62 — 2.62 — 3.62 — 5.62 — 6.62 — 7.62 — 1.63 — 2.63 — 3.63 — 4.63 — 5.63 — 6.63 — 7.63 — 1.64 — 2.64 — 4.64 — 5.64 — 6.64 e 7.64;

Comissão Especial para revisão do projeto que define e regula o direito do autor;

Comissão Especial para realizar o levantamento da produção mineral do País e estudar os meios capazes de possibilitar a sua industrialização;

Comissão Especial para estudar as causas que dificultam a produção agropecuária e suas repercussões negativas na exportação;

Comissão Especial para estudo da situação do Centro Técnico de Aeronáutica e Escola de Engenharia da Aeronáutica de São José dos Campos;

Comissão Especial para estudo das proposições que digam respeito à participação dos trabalhadores nos lucros das empresas;

Comissão Especial para estudo dos efeitos da inflação e da Política Tributária e Cambial sobre as empresas privadas;

Comissão Especial para estudar a situação dos transportes marítimos e ferroviários.

Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar irregularidades e corrupção no Departamento de Correios e Telégrafos.

Comissão Mista para o estudo das Mensagens do Poder Executivo referentes à Reforma Administrativa.

Comissão Externa — Por iniciativa do Sr. Senador Vasconcelos Torres foi constituída, em 10 de fevereiro Comissão para representar o Senado no 4º Congresso Nacional de Assembléias Legislativas, sendo designados os Srs. Senadores:

Ruy Carneiro, Vasconcelos Torres, Antônio Carlos, Aurélio Vianna e Guido Mondin.

E — O Senado em Funcionamento

E.1 — PLENÁRIO

E.1.1 — Sessões realizadas

Treze sessões ordinárias e três extraordinárias foram realizadas.

E.1.2. — Homenagens

E.1.2.1 — Congratulações e Comemorações

Da tribuna teve registro, em 10 de fevereiro, a instalação, em Brasília,

do 4º Congresso Brasileiro de Assembléias Legislativas (discurso do Senhor Senador Vasconcelos Torres).

E.1.2.2 — Homenagens de Júbilo

A elevação do Arcebispo de São Paulo, Dom Agnelo Rossi, a dignidade cardinalícia suscitou do Sr. Senador Gilberto Marinho, na sessão de 19 de fevereiro, expressiva manifestação de respeito.

E.1.2.3 — Homenagens de Pesar

Durante o período de recesso sofreu o Senado Federal rude golpe, com o falecimento, em 10 de dezembro, do Senador Francisco Leite Neto, representante de Sergipe e do Partido Social Democrático.

A sua memória foi reverenciada na sessão de 4 de fevereiro, usando da palavra os Srs. Senadores Júlio Leite, Heribaldo Vieira, João Agripino, Aurélio Vianna, Bezerra Neto, Victorino Freire, José Ermirio e Guido Mondin.

Em 5 de fevereiro o Senado manifestou o seu pesar pelo desaparecimento do Dr. Vespasiano Barbosa Martins, que em várias legislaturas representou o Estado de Mato Grosso nesta Casa, filiada, na fase posterior a 1945, à bancada da União Democrática Nacional. Ocuparam a tribuna, para recordar-lhe as virtudes e os serviços ao País os Srs. Senadores Bezerra Neto, Antonio Carlos e Filinto Müller.

Teve, também, o devido registro no Senado, na sessão de 9 de fevereiro, o falecimento do escritor Augusto Frederico Schmidt.

A morte de Sir Winston Churchill teve profunda repercussão no Senado, sendo o expediente da sessão de 11 de fevereiro dedicado às homenagens devidas ao grande estadista a quem coube o papel de assegurar a sobrevivência dos ideais democráticos na segunda grande guerra mundial.

E.2 — Funcionamento dos Serviços Auxiliares

Os dados a que a seguir apresentamos sintetizam o trabalho realizado pelos serviços auxiliares da Casa nesse período:

I — Diretoria Geral da Secretaria (Gabinete do Diretor-Geral)

Ofícios recebidos 12

Ofícios expedidos 37

Telegramas expedidos 25

Cartas 12

Cartões 8

Serviços datilográficos 153

Informações 24

Pareceres 12

II — Secretaria Geral da Presidência

Mensagens expedidas —

Ofícios expedidos —

Telegramas expedidos —

Trabalhos mecanográficos —

Stencils —

Cópias datilográficas —

Panoletas para Ordem do Dia —

III — Vice-Diretorias Gerais

III.1 — Vice-Diretoria-Geral Administrativa

Telex para o quadro anexo 3

Atas datilografadas 2

Projectos de Resolução 2

Redacção final de Projectos de Resolução 3

Serviços datilografados 53

Ordens de serviço 8

Serviço de Coletas de Preços

Coletas de preços 121

Quadro das coletas 47

Notícios de compras 67

Notas fiscais e faturas —

Ofícios recebidos 64

conferidas 64

Documentos arquivados 140

III.2 — Vice-Diretoria-Geral Legislativa

Ofícios recebidos	10
Ofícios expedidos	8
Assuntos encaminhados pelo Sr. Diretor-Geral	12
Informações prestadas	15
Serviços datilográficos	42

IV — DIRETORIAS

IV.1 — Arquivo

Documentos arquivados:

Órgãos Oficiais	2.230
Avulsos diversos	3.023
Anais do Senado	20
Separatas	5
Fichas	211

Requisições atendidas:

Órgãos Oficiais	485
Avulsos diversos	769
Requerimentos	4
Projeto	4
Pasta de funcionário	1

Documentos fichados:

Pareceres	312
Ofícios recebidos	3
Ofícios expedidos	2

Arquivo histórico:

Documentos arquivados (de 1.788 a 1.831)	1.198
Documentos classificados (de 1.832 a 1.839)	2.268
Documentos fichados	257
Documentos requisitados	1
Fichas arquivadas	3.584

IV.2 — Assessoria

Projetos estudados	29
Pareceres	29
Projetos em estudos	18
Estudos e subsídios para a elaboração de anteprojetos	7
Estudos, consultas e pesquisas diversas	21
Relatório de vetos	12

IV.3 — ATA

Número de atas elaboradas	
Atas datilografadas (sessões do Senado)	15
Atas impressas (sessões do Senado)	15
Atas datilografadas (sessões do Congresso)	2
Atas impressas (sessões do Congresso)	3
Número de avulsos preparados	
Projetos de Lei da Câmara	4
Projetos de Lei do Senado	1
Pareceres	81
Requerimentos	26
Vetos do Sr. Presidente da República	13

IV.4 — BIBLIOTECA

Seção de Administração

Aquisições	Per compra	Por doação
Livros	55	120
Folhetos	4	29
Periódicos	—	141

Expediente

Fichas de aquisição de livros comprados e de pessoal	184
Cartas, ofícios, ordens de serviço, telegramas, faturas etc. (recebidos)	30
Cartas, ofícios, listas, cartões etc. (expedidos)	145
Trabalhos passados no mimeógrafo	2.400

Serviço de Conservação

Vistoria em 99 volumes do "Jornal do Comércio"	
Serviço de Referência Legislativa	

Fichas

Ementas	914
Assunto	1.710
Rebatidas	648
Relificadas	230
Conferidas e arquivadas	3.502
Cabeçalhos de Assunto	1.710

Contrôle de Diários

Registrados	1.705
Distribuídos	918
Separados para encadernação	317
Separados para manuseio	479

Empréstimos

Diários	70
Livros de Leis	51
Pesquisas de Leis, Decretos, Resoluções, etc.	107
Bibliografias	3

Seção de Classificação e Catalogação

Registros, Classificação e Catalogação	
--	--

Livros registrados	95
Folhetos registrados	31
Periódicos registrados	149
Livros e folhetos classificados	125
Livros e folhetos catalogados	129
Etiquetas	153
Fichas datilografadas	523
Fichas arquivadas	523
Pesquisas bibliográficas	465

Empréstimos:

Total de livros e folhetos	117
Tota de periódicos	14
Estatística dos empréstimos por assunto	
Obras gerais	4
Sociologia	2
Ciência Política	6
Economia e finanças	11
Direito	57
Administração Pública	2
Filologia	4
Ciências Aplicadas	10
Literatura	7
Geografia	3
Biografia	11
Consultas na Biblioteca	90

IV.5 — Comissões

Administração

Comissão de Agricultura e unções realizadas	1
Número de Atas	1
Número de Pautas	7
Pareceres proferidos	1
Projetos relatados	1
Projetos distribuídos	1
Comissão de Constituição e Justiça	1
Reunião ordinária	1
Reunião extraordinária	2
Projetos relatados	29
Projetos distribuídos	36
Ofícios recebidos	1
Ofícios expedidos	12
Diligências	12
Pedidos de vista	1
Projetos de Resolução apresentados	3
Subemendas apresentadas	5
Comissão de Economia	1
Reuniões realizadas	1
Projetos relatados	3
Comissão de Finanças	2
Reuniões realizadas	11
Pareceres proferidos	1
Emendas apresentadas	1
Ofícios recebidos	1
Ofícios expedidos	1
Projetos distribuídos	21
Comissão de Projetos do Executivo	
Reuniões realizadas	1
Projetos relatados	1
Comissão de Redação	
Reuniões realizadas	4
Pareceres proferidos	32
Emenda apresentada	1
Comissão de Relações Exteriores	
Reuniões realizadas	1
Projetos relatados	1

Comissão de Serviço Público

Civil	
Projetos distribuídos	3
Projetos em tramitação	5

Mecanografia

Pareceres datilografados	—
5. sendo:	

Da Comissão de Constituição e Justiça	21
Da Comissão de Finanças	20
Da Comissão de Transportes	1
Da Comissão de Educação e Cultura	3
Da Comissão de Agricultura	1
Da Comissão de Serviço Público Civil	2
Da Comissão de Legislação Social	2
Da Comissão Especial Mista Relatórios datilografados da Comissão Mista de Vetos Manifesto do Senhor Aurélio Vianna	1

IV.6 — Contabilidade

Seção de Contrôles

Pagamentos:	
Fichas financeiras individuais datilografadas, anotadas com o pagamento:	
Senadores	68
Funcionários	1.014
Boletim de alterações processados e enviados à hollerith, arquivadas as cópias:	
Senadores	1
Funcionários	1
Folhas de pagamento, datilografadas, processadas, conferidas e arquivadas as cópias:	
Senadores:	
Subsídios	1
Ajuda de Custo	2

Funcionários:	
Vencimentos	2
Folhas de pagamentos internos	6
Relação analítica dos Descontos (conferidos e arquivados)	2
Discriminação (conferidos e arquivados)	2
Resumo dos cheques de consignação (conferidos e arquivados)	2
Averbção para empréstimo	47

Dados para imposto de renda, papéis, datilografados e arquivados as cópias:	
Senadores	65
Certidões para empréstimo	25

Seção Financeira	
Serviço de Conferência	
Faturas para pagamento Extrato C/C do Banco do Brasil	162 doc.
Faturas D.T.U.I urbano e interurbano	12 doc.
Faturas D.T.U.I urbano e interurbano	23 doc.

Serviço de Escrituração	
Fichas de artigos fornecidos	198 doc.
Fichas de fornecedores	196 doc.

Outros Serviços	
Preparação de documentos para contabilizar	215 doc.
Relatório das despesas do Serviço Gráfico	1 doc.
Documentos de compras do Serviço de transportes e da Sala de Lanche dos Srs. Senadores, confeccionados na Seção Financeira	6 doc.

Almoxarifado

Durante a sessão de convocação Extraordinária o Almoxarifado atendeu:	
Requisições feitas pelos Gabinete	34
Requisições feitas pelos Senhores Senadores	34
Requisições feitas pelas Diretores	43
Requisições feitas pelos Serviços Auxiliares	33
Máquinas de Escrever	4
Uniformes	6
num total de:	
220 requisições.	

IV — EXPEDIENTE

Mensagens recebidas	7
Mensagens expedidas	4
Avisos e ofícios recebidos	29
Avisos e ofícios expedidos	171
a) do Sr. Presidente	1
b) do Sr. Primeiro Secretário	170
c) do Sr. Diretor-Geral	10
Autógrafos preparados	16
Informações prestadas pelo Protocolo Geral	260
Folhas datilografadas	35
Requerimentos de Informações	8

ATOS DA MESA

PRESIDENTE

1 — Promulgação de:	
Resoluções	1
2 — Expediente assinado:	
a) Autógrafos	2
b) Ofícios	1
Vice-Presidente, no exercício da Presidência	

1 — Promulgação de:	
Resoluções	1
2 — Expediente assinado:	

a) Autógrafos	14
b) Mensagens	4
1º Secretário	
Ofícios assinados	128
2º Secretário (no exercício da 1ª Secretaria)	
Ofícios assinados	3
3º Secretário (no exercício da 1ª Secretaria)	
Ofícios assinados	7
4º Secretário (no exercício da 1ª Secretaria)	
Ofícios assinados	25
5º Suplente (no exercício da 1ª Secretaria)	
Ofícios assinados	5
6º Suplente (no exercício da 1ª Secretaria)	
Ofícios assinados	5

AVISOS E OFÍCIOS RECEBIDOS

PELA SEÇÃO DO PROTOCOLO GERAL

Ofícios da Câmara dos Deputados	4
Supremo Tribunal Federal	2
Tribunal de Contas da União	2
Ofícios referentes aos seguintes Ministérios:	
Ministério da Fazenda	8
Ministério das Relações Exteriores	2
Ministério do Trabalho e Previdência Social	4
Ministério das Minas e Energia	2
Ministério da Viação e Obras Públicas	9
Ministério da Justiça e do Comércio	5

Ofícios Expedidos

Governador do Estado da Guanabara	
Presidente do Tribunal de Contas da União	1
Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados	65
Ministros de Estado	
Aeronáutica	1
Agricultura	5
Fazenda	3
Educação e Cultura	2

Guerra	3
Indústria e Comércio	4
Mines e Energia	1
Marinha	1
Trabalho e Previdência Social	1
Saúde	2
Viação e Obras Públicas	1
Relações Exteriores	1
Diretor da Despesa Pública	1
Diretor-Geral da Fazenda Nacional	1
Presidente do Instituto de Penitências do Congresso	1
Ministro Extraordinário para Assuntos do G. Civil	2
Ministro Extraordinário para Coordenação dos Organismos Regionais	1
Ministro Extraordinário para Assuntos do Planejamento	1
Delegado do IPASE em Brasília	1
Companhias de Aviação	16
Cruzeiro do Sul	31
VASP	19
VARIG	1
SADIA	1
Companhia de Transportes Princesa Augusta	1

IV - 8 - PESSOAL

Nº de Ofícios Expedidos	
Pelo Diretor-Geral	20
Pela Diretoria do Pessoal	143

Nº de Ofícios Recebidos

Pelo Diretor-Geral	17
Pela Diretoria do Pessoal	53

Nº de

Certidões	6
Comunicações	40
Declarações	17
Exonerações	1

Nº de Certidões Expedidas

Senadores	2
Funcionários	63

Nº de Requerimentos

Recebidos	182
Despachados pelo Diretor-Geral	212
Pela Diretoria do Pessoal	237
Atestados Médicos Recebidos	120
Atestados Médicos Despachados	301
Em andamento	132
Em diligência	30
Encaminhados ao arquivo da Diretoria	247
Alterações encaminhadas à Diretoria da Contabilidade	5
Atos do 1º Secretário	9
Atos do Diretor-Geral	3
Portarias do 1º Secretário	27
Portarias do Diretor-Geral	342
Cartões de ponto fornecidos	23
Desdobramentos de fichas	1.014
Fichas de frequência	8
Fichas de maioridade	62
Fichas de serviço-família	209
Informações de processos	101
Postas confeccionadas	10
Transcrições de Atos nas pastas	25
Términos de nomeação	63

IV - 9 - PUBLICAÇÕES

Anos do Senado

Neste período de convocação foi recebido o volume correspondente a julho de 1961.

Total de Prontuários e Revisões

	Nº	Págs.
Pareceres	36	108
Requerimentos	19	27
Projetos de Resolução	1	1
Projetos de Lei da Câmara	3	10
Projetos de Lei do Senado	1	2
Memórias	3	7
Total	53	153

Por determinação do Sr. Presidente e Moura Andrade, passarão este ano a ser impressos no Serviço Gráfico do Senado.

IV.10 - TAQUIGRAFIA

Alcides Arinos — UDN — Guanabara
Discursos

Questão de ordem

Alcides Arinos — UDN — Santa Catarina

Discursos

Encaminhamento de votação

Antônio Carlos — UDN — Santa Catarina

Discursos

Encaminhamento de votação

Antônio Jucá — PTB — Ceará

Discursos

Arthur Virgílio — PTB — Amazonas

Discursos

Atílio Fontana — PSD — Santa Catarina

Discursos

Aurelio Viana — PSB — Guanabara

Discursos

Discussão de Proposição

Encaminhamento de votação

Benedito Valladares — PSD — Minas Gerais

Discursos

Stacira Neto — PTB — Mato Grosso

Discursos

Discussão de Proposição

Parecer

Encaminhamento de votação

Catete Pinheiro — PTN — Pará

Discursos

Daniel Klinger — UDN — Rio Grande do Sul

Discursos

Dix-Huit Rosado — PTB — Rio Grande do Norte

Discursos

Edmundo Levi — PTB — Amazonas

Discursos

Filinto Müller — PSD — Mato Grosso

Encaminhamento de votação

Gilberto Marinho — PSD — Guanabara

Discursos

Guilherme Mendonça — PSD — Rio Grande do Sul

Discursos

Encaminhamento de votação

Heribaldo Vieira — Sem legenda — Sergipe

Encaminhamento de votação

Inneu Bornhausen — UDN — Santa Catarina

Discursos

João Agripino — UDN — Paraíba

Encaminhamento de votação

Jochaphat Marinho — Sem legenda — Bahia

Discursos

Questão de ordem

João Ermírio — PTB — Pernambuco

Discursos

Encaminhamento de votação

José Feliciano — PSD — Goiás

Discursos

Júlio Leite — PR — Sergipe

Encaminhamento de votação

Lino de Mattos — PTN — São Paulo

Discursos

Leobão da Silveira — PSD — Pará

Discursos

Mello Braga — PTB — Paraná

Nogueira da Gama — PTB — Minas Gerais

Discursos

Padre Calazans — UDN — São Paulo

Discursos

Ruy Carneiro — PSD — Paraíba

Discursos

Vasconcelos Torres — PTB — Rio de Janeiro

Discursos

Questão de ordem

Victorino Freire — PSD — Maranhão

Discursos

Encaminhamento de votação

Vitorino Lima — PTB — Amazonas

Discursos

V - SERVIÇOS

V. 1 - Serviço de Informação Legislativa

I - Publicação — "Revista de Informação Legislativa":

— 4º número — distribuído.

— 5º número (março de 1965):

— Redação — conclusão de Reforma Agrária na República Popular da China.

— Decreto nº 112, de 1964 (histórico).

— Revisão das primeiras provas impressas.

— 6º número (junho de 1965):

— Pesquisas e documentações (iniciadas):

— Intervenção federal nos Estados (3ª parte);

— Estado do Sítio (2ª parte);

— Territórios federais;

— Ato Institucional;

— Imunidades parlamentares.

II — Fichários — Atualização dos fichários para pesquisas.

III — Publicações recebidas e fichadas por assuntos de artigos — 129.

IV — Expediente — Correspondência expedida — 57.

V. 2 - RÁDIODIFUSÃO

Seção de Manutenção

I — Gravações das Sessões Plenárias

a) para a Agência Nacional

b) para a Rádio Nacional do Rio de Janeiro

c) montagens para os Srs. Senadores (discos e fitas magnéticas)

d) reparos e revisões nos equipamentos e linhas de som do Senado

Seção de Divulgação

I — Noticiários redigidos

II — Noticiários datilografados

Setor de Secretaria do Serviço

I — Expedientes

a) ofícios recebidos

b) ofícios expedidos

c) correspondência interna

V. 3 - ADMINISTRAÇÃO

Ofícios ao Senhor Diretor-Geral

Ofícios à Vice-Diretora-Geral

Adm.

Ofícios à Diretoria do Pessoal

Comunicação à Diretoria do Pessoal

Comunicação ao Serviço Médico

Relações de Sessões Extraordinárias

Comunicação à Vice-Diretora-Geral Adm.

Ofícios recebidos da Diretoria do Pessoal

V. 4 - PORTARIA

Ofícios entregues

Projetos entregues à Câmara dos Deputados

Atas entregues à Imprensa Nacional

Atas entregues à Diretoria de Publicações

Cartas e Telegramas entregues aos Srs. Senadores

Ofícios entregues ao Exmo. Sr. Ministro para Assuntos do Gabinete Civil da Presidência da República

F. TAREFA REALIZADA

F.1 - Matéria Constitucional

Na sessão de 11 de fevereiro foi declarado prejudicado o Projeto de Emenda à Constituição nº 1, de 1954, de iniciativa do Sr. Senador Vasconcelos Torres, que acrescentava parágrafos ao art. 81 da Constituição, no sentido de estabelecer a eleição automática para Vice-Presidente da República, do candidato inscrito para esse cargo com o candidato eleito Presidente da República (projeto prejudicado pela Emenda Constitucional nº 9).

F.2 - Tarefa Legislativa Ordinária

F.2.1 - Tarefa Legislativa Ordinária de iniciativa do Senado

F.2.1.1 - Projeto de Lei apresentado

Um Projeto de Lei teve a tramitação iniciada no Senado — o Projeto de Lei do Senado Nº 1-65, de autoria do Sr. Senador Bezerra Neto, que inclui entre as contravenções penais referidas na Lei nº 1.390, de 1951, a discriminação racial nos anúncios sobre contratação de empregados.

F.2.1.2 - Projetos de Lei do Senado ultimados

Foram ultimados 21 Projetos de Lei do Senado, sendo:

Pela aprovação e remessa à revisão da Câmara dos Deputados:

Nº 49-63 — De autoria do Sr. Senador Vasconcelos Torres, que autoriza o Poder Executivo a mandar editar as obras completas de Lúcio de Mendonça e de outras providências; Nº 53-63 — De autoria do Sr. Senador Lobão da Silveira, que declara de utilidade pública a Sociedade Beneficente Artística Bragançana, com sede em Bragança, Estado do Pará;

Nº 36-64 — De autoria do Sr. Senador João Agripino, que dispõe sobre a correção dos valores dos prêmios concedidos pela União, para a construção de obras de irrigação e irrigação, em regime de cooperação; Nº 41-64 — De autoria do Sr. Senador Cattete Pinheiro, que institui o "Dia Nacional da Saúde"; Nº 42-64 — De autoria do Sr. Senador Wilson Gonçalves, que declara de utilidade pública a Sociedade Auxiliadora da Maternidade Dr. João da Rocha Moreira, com sede em Fortaleza, Capital do Estado do Ceará;

Nº 45-64 — De autoria do Sr. Senador Antônio Carlos, que autoriza o Poder Executivo a doar área de terra ao Município de Itajaí, em Santa Catarina; Nº 53-64 — De autoria do Sr. Senador Bezerra Neto, que reduz o prazo para aquisição da nacionalidade brasileira do natural de país estrangeiro.

Pela rejeição, os Projetos de Lei: 51-64 — Que dispõe sobre a contagem do tempo anterior ao Decreto nº 43.007, de 8.10.56, que aprovou a Tabela Numérica de Mensalistas para efeito de licença especial e adicional por tempo de serviço (projeto rejeitado por inconstitucionalidade); 65-63 — Que dá nova redação ao Art. 29 da Lei nº 4.003, de 11-6-1962 (projeto rejeitado por inconstitucionalidade);

88-63 — Que torna extensivo aos servidores dos Tribunais Regionais o disposto no Art. 7º da Lei nº 4.067, de 5-3-1952 (projeto rejeitado por inconstitucionalidade);

161-63 — Que autoriza o Poder Executivo a promover junto a Superior Administração do Banco do Brasil S.A. a incorporação no seu quadro de servidores, os da Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil (projeto rejeitado por inconstitucionalidade);

144-63 — Que estabelece novas diretrizes para a execução dos Planos Quinquenais de Obras Rodoviárias do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem e dá outras providências (projeto rejeitado por inconstitucionalidade);

163-63 — Que altera o Anexo IV da Lei nº 3.760 de 12 de julho de 1960, no que se refere às séries de classes de Assistente de Enfermagem Auxiliar de Enfermagem (projeto rejeitado por inconstitucionalidade);

10-64 — Que regula a venda de edifícios de apartamentos residenciais por incorporações ou financiamentos públicos (projeto rejeitado por inconstitucionalidade);

12-64 — Que dá ao atual Ministério da Guerra a denominação de Ministério do Exército;

50-64 — Que permite consignação em folha, de pagamento de mensalidade e descontos em favor da Associação dos Agentes Fiscais do Imposto Aduaneiro, com sede no Rio de Janeiro e dá outras providências. Considerados prejudicados os de números:

23-59 — Que revoga dispositivos da Lei nº 1.316, de 23 de janeiro de 1951, Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares;

131-63 — que prorroga até 31 de dezembro de 1964 a vigência da Lei nº 1.300, de 28-12-1950 (Lei de Inquilinato);

35-64 — que reorganiza a Casa da Moeda do Brasil e dá outras providências.

F.2.3 — Tarefa Legislativa Ordinária Iniciada na Câmara e submetida à revisão do Senado

F.2.2.1 — Projetos de Lei da Câmara recebidos

Para revisão foram recebidos da Câmara dos Deputados os seguintes Projetos de Lei:

PLC 1-65 — Inclui no Polígono das Sêcas o Município de Vitória da Conquista, no Estado da Bahia e dá outras providências;

PLC 2-65 — Dispõe sobre o Sistema do Mérito no Serviço Público Brasileiro;

PLC 3-65 — Abre ao Poder Executivo o crédito especial de Cr\$ 265.000.000, destinado ao pagamento de que trata a Lei nº 4.284, de 29-11-1963;

PLC 4-65 — Que reorganiza o sistema de material do Serviço Público Federal e dá outras providências.

F.2.2.2 — Projetos de Lei da Câmara apreciados

Quinze projetos originários da Câmara foram apreciados, todos de sessões legislativas anteriores.

I — APROVADOS E REMETIDOS À SANÇÃO

PLC 292-64 — que isenta do imposto de importação e de consumo equi-

pamento a ser importado pela Rádio Sociedade Gaúcha S.S.;

PLC 293-64 — Que concede isenção de direitos aduaneiros, adicional de 10 por cento, imposto de consumo e taxas alfandegárias para materiais importados pela Companhia Telefônica Su-Bahiano, com sede em Itabuna, no Estado da Bahia;

PLC 303-64 — Que isenta do imposto de importação equipamento de televisão importado pela Rádio Rio Ltda;

PLC 308-64 — Que isenta da taxa de despacho aduaneiro, a que se refere o Art. 68 da Lei nº 3.244, de 1957, a importação de camioneta doada à Federação das Sociedades de Defesa Contra a Leprosia;

PLC 325-64 — Que concede isenção de impostos de importação e de consumo taxa de despacho aduaneiro e de emolumentos consulares, para um automóvel com transmissão automática, a ser adquirido pelo Engenheiro na Petrobrás Fluminense Freire de Faria, tornado inválido em consequência de acidente sofrido em serviço;

PLC 297-64 — Que dá a denominação de Rodovia Imbuí Miller à ... BR 59, que liga o Estado da Guanabara ao Rio Grande do Sul.

II — DEVOLVIDOS À CAMARA DOS DEPUTADOS COM EMENDAS

PLC 109-64 — Que cria Juntas de Conciliação e Julgamento com sede em Montes Claros, Minas Gerais;

PLC 124-64 — Que altera a redação do Art. 79 da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União);

PLC 132-64 — Que promove ao posto imediato o militar que, em pleno serviço ativo, vier a falecer em consequência de ferimentos recebidos em campanha ou na manutenção da ordem pública, ou em virtude de acidente em serviço;

PLC 320-64 — Que concede isenção de tributos para importação de bens e dá outras providências.

REJEITADOS OS PROJETOS DE NS.

PLC 25-64 — Que dispõe sobre a promoção de oficiais das Forças Armadas;

PLC 45-64 — Que prorroga, até o encerramento do exercício de 1960 — 3 exercícios — o prazo de vigência do crédito especial de Cr\$ 3.277.882.80 de que trata a Lei nº 2.709, de 4 de janeiro de 1958;

PLC 109-64 — Que dispõe sobre o emprego, em todas as eleições de cé- dulas oficial, de acordo com a Lei nº 4.115, de 22 de agosto de 1962;

PLC 234-64 — Que assegura subvenção mínima anual ao Centro Brasileiro de Pesquisas e dá outras providências.

G — TAREFA NORMATIVA E DELIBERATIVA REFERENTE AO PRÓPRIO SENADO E A SUA AÇÃO FISCALIZADORA

G.1 — Projetos de Resolução

G.1.1 — Projetos de Resolução apresentados

Vinte e dois Projetos de Resolução foram apresentados;

Nº	AUTORIA	EMENTA	Leitura
37/63	Comissão de Constituição e Justiça	Suspende a execução, em parte, das Leis números 723 e 749, de 1939, do Estado do Rio de Janeiro.	5.2.63
4/63	Comissão de Constituição e Justiça	Suspende a execução do Decreto-lei nº 9.108, de 1.4.46, na parte que determina a cobrança da taxa especial sobre algodão.	5.2.63
5/63	Comissão de Constituição e Justiça	Suspende a execução da Lei número 2.772, de 21.7.61, do Estado de Santa Catarina, no que se refere ao imposto sobre movimento econômico resultante de vendas para o exterior.	5.2.63
6/63	Comissão de Constituição e Justiça	Suspende a execução do Decreto nº 39.515, de 1956.	5.2.63
7/63	Comissão de Constituição e Justiça	Suspende a execução da Lei número 78, do Estado de Santa Catarina.	5.2.63
8/63	Comissão de Constituição e Justiça	Suspende a execução das Leis números 2.340 e 2.341, de 3 de dezembro de 1962, do Estado do Piauí.	5.2.63
9/63	Comissão de Constituição e Justiça	Suspende a execução da Lei número 899, de 28 de novembro de 1957, do antigo Distrito Federal, na parte que incide nas cessões de direitos sobre bens imóveis.	5.2.63
10/63	Comissão de Constituição e Justiça	Suspende a execução do art. 12, anexo 2, da Lei nº 247, do Estado de Santa Catarina, na parte em que desmembrou do Município de Caçador o Distrito de Ipomeia.	5.2.63
11/63	Comissão de Constituição e Justiça	Suspende a execução da Lei Estadual nº 3.334, de 31 de dezembro de 1958, do Estado de Pernambuco.	5.2.63
12/63	Comissão de Constituição e Justiça	Suspende a execução da Lei número 4.073, de 31 de agosto de 1959, do Estado do Paraná.	5.2.63
13/63	Comissão de Constituição e Justiça	Suspende a execução da Lei número 568, de 10.10.61, do Estado da Paraíba.	5.2.63
14/63	Comissão de Constituição e Justiça	Suspende a execução da Resolução número 168-65 da Assembleia Legislativa de Pernambuco.	5.2.63
15/63	Comissão de Constituição e Justiça	Suspende a execução da Lei número 2.478, de 5.11.62, do Estado de Alagoas.	5.2.63
16/63	Comissão de Constituição e Justiça	Suspende a execução do art. 14 da Lei nº 49-A, de 6.12.47, do Estado do Rio de Janeiro.	5.2.63
17/63	Comissão de Constituição e Justiça	Suspende a execução do art. 9º do Decreto-lei nº 2.663, de 1940.	5.2.63

Nº	AUTORIA	EMENTA	Leitura
1/65	Comissão de Constituição e Justiça	Suspende a execução do art. 11 da Lei nº 2.772, de 21.7.61, do Estado de Santa Catarina.	5.2.65
2/65	Comissão de Constituição e Justiça	Suspende a execução do art. 36, § 1º, da Constituição do Estado de Santa Catarina.	5.2.65

Nº	AUTORIA	EMENTA	Leitura
18.65	Comissão Diretora	Põe à disposição do Banco Nacional de Habitação, no Estado da Guanabara, o funcionário da Secretaria do Senado Federal Sebastião Ruy Rollo Maciel.	10.2.65
19.65	Comissão de Constituição e Justiça	Suspende a execução do art. 20 do Decreto-lei nº 544, de 28 de julho de 1945, do Estado da Bahia, que favoreciam de 50% nas taxas relativas às heranças ou legados gravados com a cláusula da inalienabilidade, fideicomisso ou usufruto.	17.2.65
20.65	Comissão Diretora	Exonera, a pedido, Maria Margarida de Alcântara, Auxiliar Legislativo, PL-10, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.	17.2.65
21.65	Comissão de Constituição e Justiça	Suspende a execução do art. 2º da Lei nº 4.702, de 1963, do Estado de Goiás, no que concerne à fixação das divisas de Municípios de Mozarlândia, julgado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal.	18.2.65
22.65	Comissão Diretora	Nomeia Nísio Edmundo Tostes Ribeiro para o cargo de Auxiliar Legislativo, PL-10, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.	18.2.65

1-65 — Que suspende a execução do Art. 11 da Lei nº 2.772, de 21 de julho de 1961, do Estado de Santa Catarina;

2-65 — Que suspende a execução do Art. 36, parágrafo 1º da Constituição do Estado de Santa Catarina;

3-65 — Que suspende a execução em parte, das Leis ns. 723 e 749, de 1939, do Estado do Rio de Janeiro;

4-65 — Que suspende a execução do Decreto-lei nº 9.108, de 1-4-1946, na parte que determina a cobrança da taxa especial sobre algodão;

5-65 — Que suspende a execução da Lei nº 2.772, de 21-7-1961, do Estado de Santa Catarina, no que se refere ao imposto sobre movimento econômico resultante de vendas para o exterior;

6-65 — Que suspende a execução da Lei nº 78, do Estado de Santa Catarina;

7-65 — Que suspende a execução da Lei nº 78, do Estado de Santa Catarina;

8-65 — Que suspende a execução das Leis ns. 2.340 e 2.341, de 3 de dezembro de 1962, do Estado do Piauí;

9-65 — Que suspende a execução da Lei nº 899, de 28 de novembro de 1957, do antigo Distrito Federal, na parte que incide nas cessões de direitos sobre bens imóveis;

10-65 — Que suspende a execução do Art. 13, anexo 2, da Lei nº 247, do Estado de Santa Catarina na parte em que desmembrou do Município de Cacador o Distrito de Ipoméia;

11-65 — Que suspende a execução da Lei Estadual nº 3.334, de 31 de dezembro de 1958, do Estado de Pernambuco;

12-65 — Que suspende a execução da Lei nº 4.073, de 31 de agosto de 1959, do Estado do Paraná;

13-65 — Que suspende a execução da Lei nº 568, de 10-10-1951, do Estado da Paraíba;

14-65 — Que suspende a execução da Resolução nº 166-65 da Assembleia Legislativa de Pernambuco;

15-65 — Que suspende a execução da Lei nº 2.478, de 5-11-1962, do Estado de Alagoas;

16-65 — Que suspende a execução do Art. 14 da Lei nº 49-A, de 6 de dezembro de 1947, do Estado do Rio de Janeiro;

17-65 — Que suspende a execução do Art. 9º do Decreto-lei nº 2.063, de 1940;

18-65 — Põe à disposição do Banco Nacional de Habitação, no Estado da Guanabara, o funcionário da Secretaria do Senado Federal Sebastião Ruy Rollo Maciel;

19-65 — Que suspende a execução do Art. 20 do Decreto-lei nº 544, de 28-7-1945, do Estado da Bahia, que faz acréscimo de 50 por cento nas taxas relativas às heranças ou legados gravados com a cláusula de inalienabilidade, fideicomisso ou usufruto.

20-65 — Que exonera, a pedido, Maria Margarida de Alcântara Pellizaro, Auxiliar Legislativo, PL-10 do do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

22-65 — Que nomeia Nísio Edmundo Tostes Ribeiro para o cargo de Auxiliar Legislativo, PL-10 do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

G.2 — REQUERIMENTOS

Foram apresentados os seguintes:

G.1.2 — PROJETOS DE RESOLUÇÃO ULTIMADOS

Quarenta e nove Projetos de Resolução foram ultimados, sendo:

I — pela aprovação os de ns :

71-64 — Que suspende a execução da Lei nº 514, de 12 de dezembro de 1952, do Estado da Bahia, que cria o Município de Ubatã;

72-64 — Que suspende a execução do inciso VII do Art. 2º do Código de Impostos e Taxas do Estado de São Paulo;

73-64 — Que suspende a execução do Art. 1º, parágrafo 2º do Decreto-lei do Estado do Paraná nº 650 de 20 de junho de 1947;

74-64 — Que suspende a execução da Lei nº 168, de 10-11-1948, do Estado de Santa Catarina;

75-64 — Que suspende a execução da Lei nº 543, de 8-3-53, do Estado da Bahia;

76-64 — Que suspende, em parte, a execução da Lei Municipal nº 563, de 1950, do antigo Distrito Federal;

77-64 — Que suspende a execução do Art. 169 da Lei nº 140, de 22 de dezembro de 1948, do Estado da Bahia;

78-64 — Que suspende a execução das Leis ns. 544, de 8-3-53, 503 de 8 de novembro de 1952 e 506, de março de 1955, do Estado da Bahia;

79-64 — Que suspende a execução, em parte, do Decreto nº 8.255 de 23 de abril de 1937, do Estado de São Paulo;

80-64 — Que suspende a execução da Lei nº 31, de 21-1-55, do Estado do Paraná;

81-64 — Que suspende a cobrança do imposto sobre transações feita pela Fazenda de São Paulo com base na legislação tributária do Estado;

82-64 — Que suspende a execução da Lei nº 15, de 26-7-60, do Estado do Paraná;

83-64 — Que suspende a execução do Decreto nº 29.425, de 2-5-1950, do Estado do Paraná.

84-64 — Que suspende a execução do Art. 3º da Lei nº 3.371, de 23 de janeiro de 1959, do Estado de Pernambuco;

85-64 — Que suspende a execução do Art. 169 da Constituição do Estado de Minas Gerais;

86-64 — Que suspende a execução da Lei nº 2.772, de 21-7-61, do Estado de Santa Catarina;

87-64 — Que suspende a execução da Lei nº 67, de 23-11-60, do Município de Itapeva, Estado de São Paulo;

88-64 — Que suspende a cobrança do imposto do selo de 3 por cento ad valorem e a Lei nº 643, de 19-1-1947, regulada pela Portaria nº 758, de 17 de agosto de 1954, do Estado do Paraná;

89-64 — Que suspende a execução, em parte, da Lei Estadual de Santa Catarina nº 103, de 18-8-53;

90-64 — Que suspende a execução do Art. 12 da Lei nº 185, de 13 de novembro de 1948, do Estado de São Paulo;

91-64 — Que suspende a execução do Art. 13, parágrafo 4º do Código Eleitoral;

92-64 — Que suspende a execução das Leis Estaduais de Santa Catarina ns. 1.504 e 253, ambas de 29 de setembro de 1956;

93-64 — Que suspende a execução da Lei nº 271, de 3-12-57, do Estado de Santa Catarina;

94-64 — Que suspende a execução do Art. 4º da Lei nº 409, de 29 de novembro de 1948, do antigo Distrito Federal;

95-64 — Que suspende a execução dos ns. VI e VII do Art. 2º Livro V, do Código de Impostos e Taxas do Estado de São Paulo;

96-64 — Que suspende a execução da Lei nº 8, de 12-2-59, do Estado do Paraná;

106-64 — Que suspende em relação aos magistrados, a cobrança compulsória adicta ao imposto de Renda prevista na Lei nº 1.474, de 1951.

Nº	AUTORIA	FINALIDADE	Apresentação
1	Senador Júlio Leite	Homenagem de pesar pelo falecimento do Sr. Senador Leite Neto.	4.2.65
2	Senador Arthur Virgílio	Informações (A Com. Diretora) sobre aproveitamento dos funcionários FT nas vagas abertas pela Res. 64/64.	4.2.65
3	Senador José Ermírio	Informações (Min. das Minas) sobre programa de compras, no exterior, de petróleo e derivados para o corrente ano de 1965.	4.2.65
4	Senador Bezerra Neto	Homenagem de pesar pelo falecimento do ex-Senador Sr. Vespasiano Barbosa Martins.	4.2.65
5	Senador José Ermírio	Informações (Min. Agricultura) sobre produção e área plantada de trigo, em cada Estado, nos anos de 1963 e 1964.	4.2.65
6	Senador Filinto Müller	Retirada do PLC/29,64, da Ordem do Dia, pelo prazo de 10 sessões.	9.2.65
7	Senador Benedito Valadares	Homenagem de pesar pelo falecimento de Sir Winston Spencer Churchill.	10.2.65
8	Senador Vasconcelos Torres	Designação de Comissão para acompanhar os trabalhos do Congresso das Assembleias Legislativas Estaduais, realizado nesta Capital.	10.2.65

Nº	AUTORIA	FINALIDADE	Apresen- tação
9	Senador Daniel Krieger	Adiamento da votação do PLC/320/64, para a sessão se- guinte.	10.2.65
10	Senador Bezerra Neto	Preferência para o PLS/66/64, a fim de ser votado antes das emendas.	10.2.65
11	Senador José Ermírio	Informações (Min. da Fazenda) sobre aumento das dívidas ex- ternas do País, em 1964 até 15 de fevereiro de 1965.	11.2.65
12	Senador Daniel Krieger	Destaque para as palavras "Pre- juízo dos" no Projeto de Reso- lução nº 18/65, da Com. Dire- tora.	11.2.65
13	Senador Lobão da Silveira	Adiamento da discussão do PLS/132/63, pelo prazo de oito dias.	11.2.65
14	Senador Vasconce- los Torres	Adiamento da discussão do PLS/174/63, para reexame da Comissão de Justiça.	11.2.65
15	Senador Vasconce- los Torres	Informações (Min. do Trabalho) sobre a situação funcional dos Correspondentes do IAPC.	11.2.65
16	Senador Cattete Pinheiro	Informações (Min. Extraordiná- rio) sobre o total dos recursos recebidos pela SPVEA, no exer- cício de 1964.	12.2.65
17	Senador Cattete Pinheiro	Informações (Min. Educação) so- bre o quantitativo destinado à construção de unidades escola- res para o ensino primário e médio, em Brasília, em 1962, 1963 e 1964.	15.2.65
18	Senador José Ermírio	Informações (Min. das Minas) sobre a importação de óleo bruto pela Petrobrás.	15.2.65
19	Senador Josaphat Marinho	Informações (Min. do Trabalho) sobre o número de sindicatos, em funcionamento regular, no País.	15.2.65
20	Senador José Ermírio	Informações (Min. Agricultura) sobre qual o órgão daquele Mi- nistério encarregado de fisca- lização e controle dos produtos de origem animal.	16.2.65
21	Senador José Ermírio	Solicita seja submetido ao exame da Comissão de Economia o PLC/307/64.	s/data
22	Senador Aloysio de Carvalho	Adiamento da discussão do PLS/58/63, pelo prazo de dez dias.	16.2.65
23	Senador Júlio Leite	Licença, para tratamento de saúde, de 120 dias.	16.2.65
24	Senador José Ermírio	Remessa do PLC/307/64 à Co- missão de Economia.	17.2.65
25	Senador José Ermírio	Informações	18.2.65
26	Senador Ruy Car- neiro	Dispensa de publicação de re- dação final.	18.2.65
27	Senador Gilberto Marinho	Voto de congratulações pela ele- vação de Dom Agnelo Rossi, Arcebispo de São Paulo, ao Cardinalato.	19.2.65
28	Senador José Ermírio	Informações (Ministério da Agri- cultura).	22.2.65

H — TAREFA JURISDICCIONAL DO
SENADOH.1 — Pronunciamento sobre escolha
de Autoridades

Quatro Mensagens foram recebidas do Sr. Presidente da República, de apresentação de nomes escolhidos para cargos cujo provimento depende de prévia aprovação do Senado:

Mensagens do Sr. Presidente da República, datadas de 10 do mês em curso, de consulta ao Senado sobre nomes escolhidos para cargos e funções cujo provimento depende de prévia aquiescência desta Casa:

Mensagem nº 5 (nº de origem 1-65) — relativa à escolha do General R.1 Rêo grandino Kruei para o cargo, em Comissão, de Diretor-Geral do Departamento Federal de Segurança Pública (DFSP);

Mensagem nº 6 (nº de origem 2-65) — relativa à escolha do Diplomata Nelson Tabajara de Oliveira para a função de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Brasil junto ao Governo da Tailândia, e, cumulativamente, junto ao Governo da República do Viet-Nam;

Mensagem nº 7 (nº de origem 3-65) relativa à escolha dos Drs. Nelson de Almeida Brum para o cargo de Diretor-Executivo da Casa da Moeda, e dos Srs. Alcor Costa Fernandes, Wilberto Luiz Lima, Lourenço Guimarães Monteiro, Henrique Alves de Minas e Jesuino de Freitas Ramos para integrarem o Conselho Deliberativo daquele órgão.

Teve o Senado oportunidade de se manifestar sobre as duas primeiras, respectivamente em 17 e 18 de fevereiro, dando sua aquiescência aos nomes escolhidos.

A terceira Mensagem aguarda pronunciamento.

H.2 — Pedidos de autorização para
Emprestimo Externo

Recebeu o Senado os seguintes pedidos:

— do Estado de São Paulo (ofício GG-ATL, nº 5-65, de 14.11.65), com referência a aval do Governo do Estado a operação de crédito a ser realizada pelas Usinas Elétricas do Paranapanema S. A. — USELPA;

— do Estado do Paraná (ofício nº 30-65 de 9 de fevereiro), com referência a aval do Governo do Estado a compromissos decorrentes de empréstimo externo, destinado à aquisição de bens e equipamentos para a instalação da primeira etapa da Central Elétrica Capivari-Cachoeira.

Ambos os processos aguardam a complementação da documentação enviada.

H.3 — Suspensão de Leis
Inconstitucionais

Conforme se acha consignada no Capítulo G.1.2 — Projetos de Resolução ultimados — quarenta e sete atos baixou o Senado, suspendendo diplomas legais declarados inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal, de acordo com a discriminação abaixo:

União

Decreto-lei nº 2.063, de 1940;
Decreto-lei nº 9.108, de 1 de abril de 1946 (parte);
Código Eleitoral (art. 13, § 4º);

Lei nº 1.474 (parte referente aos magistrados);
Decreto nº 39.515, de 1956;

Plant

Lei nº 2.340, de 3 de dezembro de 1962;

Lei nº 2.341, de 3 de dezembro de 1962;

Paraná

Lei nº 568 de 10 de outubro de 1961;

Pernambuco

Lei nº 3.334, de 31 de dezembro de 1958;

Lei nº 3.371, de 28 de janeiro de 1959 (parte);

Resolução nº 166-65 da Assembleia Legislativa;

Alagoas

Lei nº 2.478, de 5 de novembro de 1962;

Bahia

Decreto-lei nº 544, de 28 de julho de 1945;

Lei nº 140, de 22 de dezembro de 1948 (art. 169);

Lei nº 508, de 1955;

Lei nº 514, de 1952;

Lei nº 543, de 8 de março de 1953;

Lei nº 544, de 8 de março de 1953;

Lei nº 603, de 8 de novembro de 1953;

Rio de Janeiro

Lei nº 49-A, de 6 de dezembro de 1947;

Lei nº 729, de 1939;

Lei nº 748, de 1939;

Distrito Federal (Antigo)

Lei nº 499, de 29 de novembro de 1948 (art. 49);

Lei nº 563, de 1950;

Lei nº 899 de 28 de novembro de 1957;

São Paulo

Código de Impostos e taxas (partes);

Lei nº 67 de 23 de outubro de 1963;

Lei nº 183, de 13 de novembro de 1948 (art. 12);

Decreto nº 8.255, de 23 de abril de 1937;

Paraná

Decreto-lei nº 650, de 20 de junho de 1947 (art. 1º, § 2º);

Lei nº 8, de 12 de fevereiro de 1959;

Lei nº 15, de 26 de julho de 1960;

Lei nº 31, de 31 de janeiro de 1953;

Lei nº 643, de 19 de janeiro de 1947;

Lei nº 4.073, de 31 de agosto de 1959;

Decreto nº 20.425, de 2 de maio de 1960;

Santa Catarina

Art. 36, § 1º, da Constituição;

Lei nº 78;

Lei nº 103, de 8 de agosto de 1953 (parte);

Lei nº 168, de 10 de novembro de 1948;

Lei nº 247 (art. 13, Anexo 2);

Lei nº 253, de 29 de setembro de 1956;

Lei nº 271, de 3 de dezembro de 1957;

Lei nº 1.504, de 20 de setembro de 1956;

Lei nº 2.772, de 21 de julho de 1961 (parte);

Minas Gerais

Art. 169 da Constituição.

I — TAREFA ADMINISTRATIVA

Em 17 de fevereiro inaugurou-se o Serviço Gráfico nas suas instalações definitivas, no edifício para ele mandado construir.

Na mesma oportunidade foi posta a funcionar a primeira unidade da Usina Geradora, cujo prédio está prestes a concluir-se. As demais unidades (três) estão em montagem.

Acham-se quase concluídos os trabalhos de ligação da Usina Geradora com os edifícios principais e Anexo do Senado e bem assim os de separação dos quadros de distribuição elétrica do Senado e Câmara.

Congresso Nacional

I — AGENDAS REFERENTES AO CONGRESSO NACIONAL

1.1. — Sessão conjuntas

Têm lugar as sessões conjuntas levadas a efeito:

— em 3 de fevereiro, às 21.30, para instalação da sessão legislativa;

— em 9 de fevereiro, às 21.30, para apreciação de votos presidenciais (1 projeto);

— em 11 de fevereiro, às 21.30, para apreciação de votos presidenciais (1 projeto).

Outra sessão, que havia sido convocada para o dia 17 de fevereiro, foi cancelada a pedido da Liderança das duas Casas.

1.2. — Votos presidenciais

As formalidades dos trabalhos legislativos de 1964 concluíram de pronunciamiento do Congresso Nacional vinte e um votos presidenciais. Oito já se achavam com a instrução completa.

Diriam respeito às seguintes proposições:

Projeto de lei número 2.170-B-64, na Câmara e número 170-64 no Senado, que autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério das Minas e Energia, o crédito especial de Cr\$ 30.537.200,00, para os fins que especifica.

Projeto de lei número 3.697-61 na Câmara e número 37-63 no Senado, que autoriza o Poder Executivo a doar à Fundação Darcy Vargas terreno acrescido de marinha, situada na cidade do Rio de Janeiro, Estado da Guanabara;

Projeto de lei número 3.092-B-61 na Câmara e número 105-64 no Senado, que isenta o Sindicato dos Médicos do Rio de Janeiro do pagamento de laudêmio e foros devidos em virtude de permuta e manutenção de posse de terreno e dá outras providências;

Projeto de lei número 4.434-B-61 na Câmara e número 94-64 no Senado, que revoga artigo da Consolidação das Leis do Trabalho;

Projeto de lei número 2.173-A-64 na Câmara e número 139-64 no Senado, que institui o salário-educação;

Projeto de lei número 4.518-C-62 na Câmara e número 127-64 no Senado, que autoriza a Superintendência de Armazéns e Silos a transferir para o patrimônio das Cooperativas do Rio Grande do Sul os armazéns prometidos vender pela Comissão de Triticultura Nacional (COTRIN);

Projeto de lei número 9-64 (CN), que regula as promoções dos oficiais do Exército;

Projeto de lei número 6-64 (CN), que dispõe sobre o aproveitamento de funcionários nas autarquias que mencionam e dá outras providências.

Os restantes treze votos, lidos na sessão de 19 de dezembro, haviam sido recebidos nos últimos dias daquele período legislativo, quando já não havia tempo para apreciá-los.

Incidiam sobre as seguintes proposições:

— ao Projeto de Lei número 2.133-D de 1964 na Câmara e número 180-64 no Senado, que altera a legislação relativa ao imposto único sobre lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos e dá outras providências;

— ao Projeto de Lei número 2.237-B de 1964, na Câmara e número 109-64 no Senado, que dispõe sobre a unificação de frequência da corrente elétrica no País;

— ao Projeto de Lei número 10 (CN), de 1964, que dispõe sobre os órgãos de representação dos estudantes e dá outras providências;

— ao Projeto de Lei número 2.203-B de 1961, e número 202-64 no Senado, que fixa novos valores para os símbolos dos cargos e das funções gratificadas do Quadro do pessoal da Se-

cretaria e Serviços Auxiliares do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e das outras providências;

— ao Projeto de Lei número 2.219-E de 1961 na Câmara e número 131-64 no Senado, que altera a tributação, bem como o de renda, dos dividendos do lucro líquido da renda da propriedade e dos rendimentos dos investimentos;

— ao Projeto de Lei número 141-B de 1963, na Câmara e número 118-64 no Senado, que dispensa aos aposentados o direito de exercer cargo de administração municipal e de representação profissional;

— ao Projeto de Lei número 11-64 (CN), que altera dispositivos das Leis números 4.257, de 15 de julho de 1961, e 4.333, de 13 de agosto de 1961;

— ao Projeto de Lei número 12-64 (CN), que altera o Regulamento Federal de Segurança Pública e dá outras providências;

— ao Projeto de Lei número 13-64 (CN), que regula a locação de prédios urbanos;

— ao Projeto de Lei número 2.263-A de 1961 na Câmara e número 265-64 no Senado, que enquadra os atuais professores fundadores em cargos de Professor do Ensino Superior;

— ao Projeto de Lei número 21-64 (CN), que altera dispositivos da Lei número 4.122, de 27 de agosto de 1962, que constitui a Siderúrgica de Santa Catarina S. A. e dá outras providências;

— ao Projeto de Lei número 2.352-A de 1961 na Câmara e número 219-64 no Senado, que fixa novos valores para os símbolos dos cargos do Quadro do Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região e dá outras providências;

— ao Projeto de Lei número 2.247-A de 1964, na Câmara e número 237-64 no Senado, que fixa novos valores para os símbolos dos cargos e das funções gratificadas do Quadro do Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região e dá outras providências.

Após o encerramento da sessão legislativa de 1964 chegaram mais vinte e seis votos, lidos no expediente de 5 de fevereiro, a saber:

— ao Projeto de Lei número 2.263 de 1964 na Câmara e número 271-64 no Senado, que federaliza o Instituto Dorges da Costa, ex-Instituto de Radium do Estado de Minas Gerais;

— ao Projeto de Lei número 3.360 de 1964 na Câmara e número 171-64 no Senado, que dispõe sobre o imposto de consumo e reorganiza a Diretoria de Rendas Internas;

— ao Projeto de Lei número 2.357-C de 1964 na Câmara e 257-64 no Senado, que institui, no Ministério da Fazenda, o cadastro geral de pessoas jurídicas, cria o Departamento de Arrecadação e dá outras providências;

— ao Projeto de Lei número 26-64 (CN), que dispõe sobre o Estatuto da Terra e dá outras providências;

— ao Projeto de Lei número 2.350 de 1964 na Câmara e número 213-64 no Senado, que dispõe sobre o imposto do selo e dá outras providências;

— ao Projeto de Lei número 2.351 de 1964 na Câmara e número 248-64 no Senado, que dispõe sobre o imposto de renda e proventos de qualquer natureza;

— ao Projeto de Lei número 2.360-C de 1964 na Câmara e número 225-64 no Senado, que dispõe sobre a liquidação, por acordo, das desapropriações efetuadas no Nordeste;

— ao Projeto de Lei número 2.570-F de 1961 na Câmara e número 128-63 no Senado, que federaliza o Instituto de Música da Bahia e dá outras providências;

— ao Projeto de Lei número 2.423 de 1964 na Câmara e número 313-64 no Senado, que fixa os vencimentos dos Membros do Ministério Público Federal e do Serviço Jurídico da União e dá outras providências;

— ao Projeto de Lei número 512-3 de 1964 na Câmara e número 236-64 no Senado, que cria Juntas de Conciliação e Julgamento na 4ª Região da Justiça do Trabalho e dá outras providências;

— ao Projeto de Lei número 220-E de 1961 na Câmara e número 263-64 no Senado, que estima a Renda e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1965;

— ao Projeto de Lei número 2.203-B de 1964 na Câmara e número 213-64 no Senado, que dispõe sobre a elaboração e execução de Planos Quadricenais de Obras para a implantação do Plano Nacional de Viação;

— ao Projeto de Lei número 145-B de 1963 na Câmara e número 263-64 no Senado, que dispõe sobre a reestruturação administrativa do Distrito Federal e dá outras providências;

— ao Projeto de Lei número 21-64 (CN), que institui o Conselho Nacional de Transportes e dá outras providências;

— ao Projeto de Lei número 23-64 (CN), que dispõe sobre vencimentos e salários do pessoal da Rede Ferroviária Federal e dá outras providências;

— ao Projeto de Lei número 458-B de 1963 na Câmara e número 13-64 no Senado, que concede aos servidores da Viação Férrea do Rio Grande do Sul, aposentados até 31 de dezembro de 1959, o abono provisório do que trata a Lei número 3.531, de 19 de janeiro de 1959 e dá outras providências;

— ao Projeto de Lei número 2.569-C de 1961 na Câmara e número 6-64 no Senado, que federaliza o Conservatório Dramático e Musical de São Paulo e dá outras providências;

— ao Projeto de Lei número 333-B de 1963 na Câmara e número 773-64 no Senado, que isenta o Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Pernambuco de impostos e taxas federais de qualquer natureza, que incidam ou venham a incidir na compra de ações da firma "Empreendimentos Santa Cruz S. A.", situada à rua do Sol número 143, em Recife, Pernambuco;

— ao Projeto de Lei número 2.419-B de 1964 na Câmara e número 315-64 no Senado, que define a competência julgadora de recursos fiscais;

— ao Projeto de Lei número 2.158-B de 1964 na Câmara e número 297-67 no Senado, que dispõe sobre o prazo de validade dos concursos públicos para candidatos habilitados que estejam exercendo ou hajam assumido mandato legislativo ou executivo;

— ao Projeto de Lei número 1.357-C de 1960 na Câmara e número 153-64 no Senado, que dispõe sobre o custeio, pela União, no exercício de 1960, dos serviços públicos transferidos para o Estado da Guanabara pela Lei número 3.752, de 14 de abril de 1960;

— ao Projeto de Lei número 19-64 (CN), que dispõe sobre o condomínio em edificações e incorporações imobiliárias;

— ao Projeto de Lei número 2.213 de 1964 na Câmara e número 247-64 no Senado, que aprova o Plano Nacional de Viação;

— ao Projeto de Lei número 2.322 de 1964 na Câmara e número 223-64 no Senado, que disciplina a desapropriação para as obras de combate às secas no Nordeste;

— ao Projeto de Lei número 926 de 1956 na Câmara e número 139-64 no Senado, que regula a profissão de Corretor de Seguros;

— ao Projeto de Lei número 15-63 na Câmara e número 207-64 no Senado, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias Bancárias e Creditícias, cria o Conselho Monetário e dá outras providências.

Havia, portanto, no início da sessão legislativa extraordinária que ora

chega ao fim, quarenta e sete votos (treze totais e trinta e quatro parciais) aguardando julgamento.

Dado o exíguo prazo desta sessão legislativa, não havia condições para o Congresso se pronunciar sobre tão volumosas matérias, que totalizava 235 disposições votadas.

Em vista disso, apenas foram incluídos, em Ordem do Dia, os oito primeiros votos citados.

Pode o Congresso Nacional deliberar apenas sobre sete, todos eles manifestos:

Em 9 de fevereiro:

— veto parcial ao Projeto de Lei que autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério das Minas e Energia, o crédito especial de Cr\$ 30.537.200,00 para os fins que especifica (2 itens);

— veto total ao Projeto de Lei que autoriza o Poder Executivo a doar à Fundação Darcy Vargas terreno acrescido de marinha, situada na cidade do Rio de Janeiro, Estado da Guanabara;

— veto total ao Projeto de Lei que isenta o Sindicato dos Médicos do Rio de Janeiro do pagamento de laudêmio e foros devidos em virtude de permuta e manutenção de posse de terreno e dá outras providências;

Dia 11:

— veto total ao Projeto de Lei que revoga artigo da Consolidação das Leis do Trabalho;

— veto parcial ao Projeto de Lei que institui o salário-educação (1 item);

— veto total ao Projeto de Lei que autoriza a Superintendência de Armazéns e Silos (SAS) a transferir para o Patrimônio das Cooperativas do Rio Grande do Sul os armazéns prometidos vender pela Comissão de Triticultura Nacional (COTRIN).

— veto parcial ao Projeto de Lei que regula as promoções dos oficiais do Exército (2 itens).

Os demais votos serão objeto de deliberação do Congresso na sessão legislativa ordinária de 1965.

1.3. MATÉRIA DA COMPETÊNCIA PRIVATIVA DO CONGRESSO NACIONAL

Projetos de Decreto Legislativo

Tevê o Senado ensejo de se manifestar sobre dez Projetos de Decreto Legislativo recebidos na sessão legislativa anterior:

Nº 42-64 — que mantém ato do Tribunal de Contas da União delegatório de registro a contrato celebrado entre a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia e o Governo do Estado do Amazonas;

Nº 43-64 — que mantém o ato do Tribunal de Contas da União delegatório de registro a contrato celebrado entre a Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional e Joaquim Ferreira Neto;

Nº 102-64 — que mantém decisão do Tribunal de Contas da União delegatória de registro a contrato celebrado entre João Barbosa Melo e o Governo do Território Federal do Rio Branco;

Nº 103-64 — que mantém o ato do Tribunal de Contas da União delegatório de registro ao contrato celebrado entre a firma Companhia Brasileira de Material Elétrico e o Ministério da Educação e Cultura;

Nº 107-64 — que mantém a recusa de registro de contrato celebrado entre o Departamento de Administração do Ministério da Agricultura e a firma S. Maciel & Companhia Limitada, para a execução das obras de construção de um pavilhão dormitório na Escola Agrotécnica Visconde da Graça, em Pelotas, Rio Grande do Sul;

Nº 108-64 — que mantém o ato do Tribunal de Contas da União delegatório de registro ao termo aditivo

so contrato celebrado entre o Governo da Viação e o Estado do Paraná para execução da classificação de produtos agrícolas e pecuários;

Nº 109-64 — que aprova o termo aditivo ao contrato celebrado entre a Divisão de Obras do Departamento de Administração do Ministério da Agricultura e a firma Atlas do Brasil Indústria e Comércio S. A.;

Nº 111-64 — que mantém ato do Tribunal de Contas da União anulatório de registro ao contrato de locação celebrado entre a Fazenda Nacional e Natelcio Tenório Cavalcanti de Albuquerque;

Nº 112-64 — que mantém ato do Tribunal de Contas da União anulatório de registro a compra e venda celebrado entre a Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional, como outorgante vendadora, e Eureka S. A., Indústria de Artefatos de Borracha, como outorgada compradora.

Todos esses projetos foram aprovados.

J — PALAVRAS FINAIS

São esses os dados que a Presidência do Senado cumpre apresentar nesta oportunidade.

Eles mostram que se o Senado não se ocupou dos Projetos citados no ato convocatório desta sessão legislativa extraordinária, nem por isso ficou inativo, pois volumosa foi a matéria objeto de deliberação, nos treze dias úteis nela compreendidos, dizendo respeito, principalmente, à esfera da sua competência constitucional privativa.

23 de fevereiro de 1965.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Finda a leitura do Relatório, vou suspender a

sessão, por 10 minutos, para a lavratura da Ata, que deverá ser aprovada ainda na presente sessão.

Está suspensa a sessão.

(A sessão é suspensa às 16,45 horas e reaberta às 17 horas e 5 minutos).

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Está reaberta a sessão.

O Sr. 2º Secretário vai proceder à leitura da ata.

O Sr. 2º Secretário procede à leitura da ata, que é aprovada sem debates.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Nada mais havendo a tratar, vou declarar encerrada a presente sessão, última do período de convocação extraordinária. É meu dever, e o faço com especial prazer, agradecer aos Srs. Senadores a valiosa cooperação que ofereceram aos trabalhos do Senado Federal, não só no Plenário, participando das discussões e votações, como, também, nas Comissões, elaborando pareceres sobre os projetos em andamento.

O Senado Federal, no curso da presente sessão extraordinária, cumpriu o seu dever — como sempre o fez ao longo de seu passado e certamente continuará agindo no futuro — composto que é de homens que têm a plena noção das suas responsabilidades e prezam, devidamente, o alto significado do mandato que o povo dos Estados do Brasil confiou a cada um daqueles que representam o voto soberano dos brasileiros.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 17 horas e 10 minutos).

SECRETARIA DO SENADO FEDERAL

Ato da Comissão Diretora

A Comissão Diretora, em decisão proferida no Processo nº D.P.135-65, decidiu declarar nula a posse e tornar sem efeito a nomeação de Felipe de Souza Leão no cargo de Motorista, PL-10, do Quadro da Secretaria do Senado Federal, por falta de preenchimento de formalidades legais (Regulamento da Secretaria do Senado Federal, Resolução nº 6, de 1960, artigo 83, nº V).

Brasília 18 de fevereiro de 1965. — Evandro Mendes Vianna, Diretor-Geral.

Ato do Diretor-Geral

PORTARIA Nº 19 DE 22 DE FEVEREIRO DE 1965

O Diretor Geral, no uso de suas atribuições, resolve dispensar a pedido, Arthur Levy Sequeira Schutte, Redator de Radiodifusão, PL-4, das funções de Chefe da Seção de Redação do Serviço de Radiodifusão.

Secretaria do Senado Federal, em 22 de fevereiro de 1965. — Evandro Mendes Vianna, Diretor-Geral.

PORTARIA Nº 20 DE 22 DE FEVEREIRO DE 1965

O Diretor Geral, no uso de suas atribuições, resolve designar Evandro Fonseca Paranaíba, Redator de Radiodifusão, PL-4, para Chefe da Seção de Redação do Serviço de Radiodifusão.

Secretaria do Senado Federal em 22 de fevereiro de 1965. — Evandro Mendes Vianna, Diretor-Geral.

PORTARIA Nº 21 DE FEVEREIRO DE 1965

O Diretor Geral, no uso das atribuições que lhe confere o art. 139

item 3, da Resolução 6-60, resolve designar a funcionária Helena de Moura Lara Resende, Auxiliar Legislativo PL-9, para exercer a função gratificada de Chefe da Seção de Registro da Diretoria do Pessoal, durante o impedimento de Maria José de Siqueira Lima, Oficial Legislativo, PL-5.

Secretaria do Senado Federal, em 22 de fevereiro de 1965. — Evandro Mendes Vianna, Diretor-Geral.

ATOS DO DIRETOR GERAL

O Diretor Geral, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 160, item 9 da Resolução número 6, de 1960, deferiu os seguintes requerimentos:

DP-1.340-64 — de Mário Alves da Silva, Motorista, FT-5, em que solicita contagem de tempo de serviço prestado à Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, num total de 2.698 dias;

DP-44-65 — de Leda Maria Cardoso Naud, Pesquisadora, PL-6, em que solicita contagem de tempo de serviço prestado à Prefeitura do Distrito Federal, num total de 1.224 dias;

DP-72-65 — de José Carlos Vidal, Auxiliar Legislativo, PL-9, em que solicita contagem de tempo de serviço prestado ao Departamento Federal de Segurança Pública, num total de 810 dias;

DP-83-65 — de Cláudio Vital Rebouças Lacerda, Ajudante de Portaria, FT-7, em que solicita contagem de tempo de serviço prestado ao Exército Nacional, num total de 322 dias;

DP-84-65 — de Gilda Maria Coelho de Carvalho Góes, Operadora de Telex, FT-5, do Quadro Anexo em que solicita retificação de seu nome.

Concedeu abono de faltas, no período de 25 a 29 de janeiro de 1965, nos termos do art. 327 e de acordo com as atribuições que lhe são conferidas

pelo artigo 160, item 1º da Resolução nº 6, de 1960, aos seguintes funcionários:

Daniel Reis de Souza, Auxiliar Legislativo, PL-10. (DP-53-65).

Rogério Freitas Portal e Silva, Auxiliar Legislativo, PL-10. (DP-51-65).

Paulo Jorge Caldas Pereira, Auxiliar Legislativo, PL-10. (DP-55-65).

Roberto Saraiva Barbosa, Auxiliar de Limpeza, PL-15. (DP-57-65).

Francisco Silvestre de Carvalho, Auxiliar de Limpeza, PL-15. (DP-58-65).

Francisco Marinho Bandeira de Mello Júnior, Auxiliar Legislativo, PL-10. (DP-59-65).

Jayme Vieira, Auxiliar de Limpeza, PL-15. (DP-60-65).

Concedeu, de acordo com o artigo 274, da Resolução nº 6, de 1960, licença remanescente aos seguintes funcionários:

Lygia Abreu Alagemovits, Oficial Legislativo, PL-5. (DP-75-65) a partir de 2 de fevereiro de 1965.

Onilda Rodrigues de Mello e Souza, Oficial Legislativo, PL-6, a partir de 6 de fevereiro de 1965. (DP-82-65).

Maria José Miranda de Siqueira Lima, Oficial Legislativo, PL-5 a partir de 3 de fevereiro de 1965 (DP-90-65).

Concedeu, de acordo com o artigo 160, item 35, da Resolução número 6 de 1960, salário-família aos seguintes funcionários:

Sebastião Maia de Almeida, Controlador Gráfico, PL-6, em relação a sua esposa Maria do Nascimento Almeida e aos seus filhos Yara e Ivan a partir de janeiro de 1964. (DP-1.024 de 1964).

Lenine Barros Pinto, Ajudante de Almozarife, PL-7, em relação a sua esposa Maria Thereza de Jesus Dantas Pinto e aos seus filhos Adamastor Pinto Neto e Anely Dantas Pinto a partir de novembro de 1964. (DP-1.306-64).

Francisco Antônio Baptista Campos, Auxiliar Legislativo, PL-10, em relação a Francisco Antonio, Fernando Marcelo e Flávio Roberto Cavalcanti Campos a partir de dezembro de 1964. (DP-1.62-64).

Manoel Fernandes Coutinho, Motorista, PL-9, em relação a sua esposa Cecília Freire Coutinho a partir de janeiro de 1964. (DP-1.375-64).

Alaete da Cruz, Auxiliar de Limpeza, PL-15, em relação a sua esposa Alvia Miranda Cruz e aos seus filhos Edison Miriam, Mary, Marcia e Mônica Miranda Cruz a partir de dezembro de 1964. (DP-23-65).

Ivan Pereira Marcel, Engenheiro FT-2, em relação a sua filha Vânia Pinto Marcel a partir de novembro de 1964. (DP-75-65).

Gilson Gomes Feitoza, Guarda de Segurança, PL-9 em relação a seu filho Gláudio Ximenes Feitoza, a partir de janeiro de 1965. (DP-6-65).

Sebastião Nogueira Taquigrafo de Debates, PL-4, em relação a seu filho Ivan Ferreira Nogueira, a partir de novembro de 1964. (DP-81-65).

Cláudio Barbosa Leite, Auxiliar de Limpeza, PL-15, em relação a sua esposa Verônica Montenegro Leite, a partir de fevereiro de 1965. (DP-88 de 1965).

Diretoria do Pessoal em 22 de fevereiro de 1965. — Maria do Carmo Rondon Ribeiro Saraiva, Diretora.

ATOS DO DIRETOR GERAL

O Diretor Geral, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 160, item 9 da Resolução número 6, de 1960, deferiu os seguintes requerimentos:

DP-171-64 — de Walter Baptista Leze Ajudante da Portaria FT-7, em que solicita contagem de tempo de serviço prestado ao Corpo de Bombeiros do ex Distrito Federal, num total de 1.462 dias;

DP-1.169-64 — de Moisés Júlio Pereira, Auxiliar de Limpeza, PL-11, em que solicita contagem de tempo de serviço prestado à Rede Ferroviária Federal S. A., num total de 629 dias;

DP-1.315-64 — de Virgílio Leite Porto, Auxiliar de Portaria PL-10 em que solicita contagem de tempo de serviço prestado ao Departamento Nacional de Endemias Rurais, num total de 167 dias;

Concedeu de acordo com o artigo 160 item 35 da Resolução nº 6 de 1960, salário-família aos seguintes funcionários:

José Edmilson Saraiva, Servente da Administração, FT-8, em relação a seu filho Edvaldo de Jesus Saraiva a partir de janeiro de 1964. (DP-535-64).

José Cipriano da Silva, Motorista Substituto, FT-5, em relação a seu filho Sérgio Teixeira Cipriano, a partir de janeiro de 1964. (DP-618-64).

Ornildo Josué de Lima, Servente de Administração, FT-8, em relação a sua filha Antônia Ribeiro de Lima, a partir de janeiro de 1964. (DP-1.005-64).

José Edmilson Saraiva, Servente de Administração, FT-8, em relação a seu filho Edvaldo de Jesus Saraiva a partir de agosto de 1964. (DP-1.023-64).

Maria do Amparo Medeiros Parente, Noticiarista de Radiodifusão, PL-8, em relação a seus filhos Marcos Antonio, Eduardo, Afonso Guilherme, Odilon, Mônica de Medeiros Parente e Marcos Santos Parente Filho, a partir de novembro de 1964. (DP-1.305-64).

Balbino Conceição Santana, Servente de Administração, FT-8, em relação a sua filha Vandir da Glória Santana a partir de janeiro de 1964. (DP-1.343-64).

Concedeu, de acordo com as atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 160, itens 11 e 37 do Regulamento da Secretaria, e de conformidade com os respectivos atestados médicos, abono às faltas relativas aos meses de novembro de 1964, dos seguintes funcionários:

Helena Brown Hadjinicolaou, Auxiliar Legislativo, PL-7, no dia 23;

José Luiz dos Santos, Auxiliar de Limpeza, PL-11, no dia 23;

Maria da Aparecida Jordão Taquigrafo de Debates PL-3, no dia 23;

Maria Judith Rodrigues, Oficial Arquivologista, PL-3, no dia 24;

Licurgo Manoel Corá Expedidor FT-8 nos dias 9, 10 e 11, levando em conta de licença para tratamento de saúde;

Beatriz Corrêas de Mello Taquigrafo, PL-3, nos dias 10 e 25;

Maria Ignez Brown, Oficial Legislativo, PL-6, no dia 16;

Sebastião Miguel Silva, Auxiliar de Portaria PL-9, no dia 17;

Helena Brown Hadjinicolaou, Auxiliar Legislativo, PL-7, no dia 17 levando em conta de licença para tratamento de saúde a dia 27;

Maurício Pereira Vasques, Taquigrafo Revisor PL-2, nos dias 19 e 20;

Maria Lucia Lopes Barbosa Taquigrafo de Debates, PL-4, no dia 23;

Gonçalo de Melo Araújo, Farias Ajudante de Portaria, FT-7, no dia 20;

Wilson Pereira de Carvalho, Auxiliar de Portaria, PL-9, no dia 20;

Iracema da Costa e Silva de Castro, Auxiliar Legislativo, PL-9, nos dias 23 e 27;

Arionildo Pessoa da Silva, Paginador FT-3 nos dias 23 e 24 e 25;

Jair Coelho Bayma, Eletricista Auxiliar, PL-9 no dia 24;

Uivaldo Fernandes Pereira, Auxiliar de Encadernador FT-5, nos dias 24 e 26;

Maria Riza Baptista Dutra, Oficial Bibliotecário, PL-3, no dia 25;

Jorge Manoel de Azevedo Taquigrafo de Debates, PL-3, no dia 25;

Adolpho Perez, Taquigrafo-Revisor, PL-2, no dia 25;

Walkir Silveira da Almeida, Taquigrafo de Debates, PL-3, no dia 26;

Carlos Torres Pereira, Taquigrafo de Debates PL-2, no dia 26;

Carmelita de Souza, Oficial Legislativo PL-4 nos dias 26 e 27;

Walter Baptista Lage, Ajudante da Portaria, FT-7, no dia 26;

Irene Stella Homem da Costa Taquigrafo-Revisor, PL-2, nos dias 26 e 27, levando a conta de licença para tratamento de saúde;

Almerinda Viana Baker, Oficial Legislativo, PL-5, nos dias 26 e 27, levando a conta de licença para tratamento de saúde;

Maria Judith Rodrigues, Oficial Arquivologista, PL-3, no dia 27;

Lygia Camargo Falbo, Auxiliar de Secretaria Substituto FT-5, no dia 27;

Ignácio Ferreira Gomes, Servente de Administração, FT-8, no dia 27;

— André Avelino Filho, Servente de Administração, FT-8, no dia 28;

— Maria da Aparecida Jordão, Taquigrafo de Debates, PL-3 no dia 30;

— Isaac de Araujo Sobrinho, Servente de administração, FT-8, no dia 30;

Concedeu, de acordo com as atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 160, itens 11 e 37 do Regulamento da Secretaria, e de conformidade com os respectivos atestados médicos, abono às faltas relativas ao mês de dezembro de 1964, dos seguintes funcionários:

— Inácio Ferreira Gomes, Servente de Administração, FT-8, no dia 1º;

— Antonio Carlos Lopes Servente de Administração, FT-8, nos dias 1 e 3;

— Maria Celina de A. Figueiredo, Bibliotecário Substituto, FT-3, no dia 2;

— Edson Rodrigues Catanhede, Auxiliar de Limpeza, PL-11, nos dias 2 e 3;

— Maria Osias de Miranda, Auxiliar de Secretaria, FT-5, nos dias 2 e 3;

— Aloisio Costa Oliveira, Técnico Arrefrigerado, FT-3, no dia 3;

— Onofre Alves de Freitas, Ajudante da Portaria, FT-7, nos dias 3 e 4;

— Rubem Patu Trezens, Auxiliar Legislativo, PL-10, nos dias 7 e 14;

— Manoel Thomaz da Rocha, Auxiliar de Encadernador, FT-5, no dia 9;

— Maria Maria Gomes de Oliveira — Auxiliar Legislativo, PL-9, no dia 17;

Concedeu, de acordo com as atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 160, itens 11 e 37 do Regulamento da Secretaria, e de conformidade com o respectivo atestado médico, abono à falta relativa ao mês de setembro de 1964 da funcionária:

— Helena Brown Hadjinicola, Auxiliar Legislativo, PL-9, no dia 25, levando a conta de licença para tratamento de saúde.

Diretoria do Pessoal, em 18 de fevereiro de 1965. — Maria da Carmo Rondon Ribeiro Sarate, Diretora do Pessoal.

CLASSIFICAÇÃO POR ORDEM DE ANTIGUIDADE DA CARREIRA DE AUXILIAR LEGISLATIVO. SÍMBOLOS PL-7, PL-6 e PL-5

ATÉ 2 DE DEZEMBRO DE 1964

PROMOÇÕES A SEREM REALIZADAS EM VAGAS DECORRENTES DA APOSENTADORIA DE CECILIA BRACONI E CASTRO, OP. 179, SÍMBOLO PL-5

RES. 77/64 - D.C.N. DE 2-12-1964

DE PL-7 PARA PL-6 - MERECIMENTO ABSOLUTO - ACESSO (art. 2º, parágrafo único, da Lei. 19/62).

CONCORREM:

	CLASSE	CARREIRA	SENADO	SERVIÇO PÚBLICO
Vicente Oliveira Lara Rezende	337	1 646	1 646	273
Maria Regina Coelho Teixeira	337	1 646	1 646	—
José Ney Passos Dantas	337	1 600	1 600	1 116
Branca Borges Goês Bakaj	337	1 242	1 242	159
Susy Cunha e Cruz	337	1 228	1 228	3 151
Evandro Mesquita	337	1 217	1 217	—
José Aristides de Moraes Filho	337	1 161	1 161	—
Genoveva Ayres Ferreira Dias	337	1 202	1 202	—
William Lima Machado Newton	335	1 562	1 562	—
Helena Brown Hadjinicolaou	333	1 186	1 186	—
Enaura Lúcio de Souza	307	1 695	1 953	4 077
Alexandre Marques de Albuquerque Rello	295	1 666	2 366	1 632
Leurita Faria de Barros	295	1 585	1 585	—
Ferix Antonio Orro	260	260	1 611	5 781
Maximiano Vianna	230	1 233	1 238	—
Hélio Dolher da Silva	101	1 647	1 647	1 894
Hugo Rodrigues de Figueiredo	62	1 595	1 595	—
Silvia Minasi Mantovani Peixoto	29	1 640	1 640	—
Celso de Freitas Cavalcanti	12	1 646	1 688	—
Arlene Belota Tapajós	12	1 452	1 452	7 363

DE PL-8 PARA PL-7 - MERECIMENTO

CONCORREM:

Eduardo Leão Marques	337	1 646	1 646	1 550
Izabel Magalhães Evangelista	337	1 646	1 646	—
Artemira Sampaio Castelar	337	1 597	1 597	—
Eduardo Rui Barbosa	337	1 592	1 592	3 219
Dinah Martins Perácio	337	1 512	1 512	924
Cid Sebastião da Franca Brugger	337	1 242	1 242	—
Therézinha Duarte	337	1 240	1 240	—
Diva Falconi de Carvalho	337	1 238	1 238	1 705
Fernando Silva de Palma Lima	337	1 228	1 228	1 501
José Carlos Pôrto de Mendonça Clark	337	1 216	1 216	—
Jacy de Brito Freire	337	1 193	1 193	2 853
Marcelo Zamboni	337	1 070	1 070	1 029
Alberto Pereira da Cunha	337	1 009	1 611	—
Francisco Gonçalves de Araújo	336	1 451	1 451	1 641
Lélia Pinto Ferraz	332	1 222	1 222	2 540
Edina Borges de Oliveira	307	1 227	1 227	2 405
Iracema da Costa e Silva de Castro	295	1 413	1 413	6 330
Rubem Patú Trezena	295	1 210	1 210	2 328
Maria de Lourdes Penna Fonseca	230	1 242	1 242	—
Ayrton José Abritta	101	1 160	1 160	709
Alpheu Cordeiro dos Santos	62	1 234	1 234	8 017
Victor Rezende de Castro Caiado	62	1 195	1 195	1 526
Dalmar Geraldo Lacerda Guimarães	12	1 228	1 228	—
Léa de Araújo Pina	12	1 198	1 198	—

DE PL-9 PARA PL-8 - ANTIGUIDADE

CABE A:

CELSON LUIZ RAMOS DE MEDEIROS, conforme se verifica da relação abaixo:

	CLASSE	CARREIRA	SENADO	SERVIÇO PÚBLICO
Celson Luiz Ramos de Medeiros	337	1 225	1 225	—
Maria de Lourdes Veiga	337	1 215	1 215	7 694

	CLASSE	CARREIRA	SENADO	SERVIÇO PÚBLICO
Marília Brício Dolher da Silva	337	1 215	1 215	--
Nilson Roberto Novaes Carneiro Campello	337	1 176	1 176	--
Luiz Carlos de Oliveira Chaves	337	974	974	--
.....				
.....				
.....				

- OBSERVAÇÕES:- a) concorram todos sem o interstício de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, tendo em vista o disposto no § 1º, do artigo 101, da Res. 6/60;
- b) do símbolo PL-8 para o PL-7 concorram todos, uma vez que, somente são exigidos os dois terços por ordem de antiguidade para promoção às classes intermediárias (artigo 100, Res. 6/60);
- c) de acordo com o artigo 103, da Res. 6/60, deixa de figurar na relação do símbolo PL-8 o nome do funcionário LUIZ RENATO VIEIRA DA FONSECA, que se encontra à disposição do Conselho Administrativo da Defesa Econômica (C.A.D.E.) (Res. 52/64);
- d) não será efetuada a promoção ao símbolo PL-9, face a existência de excedentes na classe.

Seção Administrativa da Diretoria do Pessoal, em 11 de fevereiro de 1965.

GUILHERME OSCAR TOZZINI DELLA GUARDIA
Auxiliar de Secretaria Substituto, PL-5

ROMEU ARRUDA
Chefe da Seção

VISTO: MARIA DO CARMO RONDON R. SARAIVA
Diretora do Pessoal

COMISSÕES PERMANENTES

MESA

Presidente — Moura Andrade (PSD)
Vice-Presidente — Nogueira da Gama (PTB)
1.º Secretário — Dinarte Mariz (UDN)
2.º Secretário — Gilberto Marinho (PSD)
3.º Secretário — Adalberto Sena (PTB)
4.º Secretário — Cattete Pinheiro (PTN)
1.º Suplente — Joaquim Parente (UDN)
2.º Suplente — (sem legenda) (PSD)
3.º Suplente — Vasconcellos Torres (PTB)
4.º Suplente — Heribaldo Vieira (sem legenda — BPI)

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO (PSD) — 22 representantes

1. José Guilomard — Acre
2. Lobão da Silveira — Pará
3. Eugênio Barros — Maranhão
4. Sebastião Archer — Maranhão
5. Victorino Freire — Maranhão
6. Sigefredo Pacheco — Piauí
7. Menezes Pimentel — Ceará
8. Wilson Gonçalves — Ceará
9. Walfredo Gurgel — R. G. Norte
10. Ruy Carneiro — Paraíba
11. Leite Neto — Sergipe
12. Antônio Baibino — Bahia
13. Jefferson de Aguiar — E. Santo
14. Gilberto Marinho — Guanabara
15. Moura Andrade — São Paulo
16. Atílio Fontana — Santa Catarina
17. Guido Mondin — R. G. Sul
18. Benedito Valladares — M. Gerais
19. Filinto Müller — Mato Grosso
20. José Feliciano — Goiás
21. Juscelino Kubitschek — Goiás
22. Pedro Ludovico — Goiás

PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO (PTB) — 17 representantes

1. Adalberto Sena — Acre
2. Oscar Passos — Acre
3. Vivaldo Lima — Amazonas
4. Edmundo Levi — Amazonas
5. Arthur Virgílio — Amazonas
6. Antônio Jucá — Ceará
7. Dix Huit Rosado — R. G. Norte
8. Argemiro de Figueiredo — Paraíba
9. Barros Carvalho — Pernambuco
10. Pessoa de Queiroz — Pernambuco
11. José Ermirio — Pernambuco
12. Silvestre Péricles — Alagoas
13. Vasconcelos Torres — Rio de Janeiro
14. Nelson Maculan — Paraná
15. Mello Braga — Paraná
16. Nogueira da Gama — M. Gerais
17. Bezerra Neto — Mato Grosso

UNIAO DEMOCRATICA NACIONAL (UDN) — 15 representantes

1. Zacharias de Assumpção — Pará
2. Joaquim Parente — Piauí
3. José Cândido — Piauí
4. Dinarte Mariz — R. G. do Norte
5. João Agripino — Paraíba
6. Ruy Palmeira — Alagoas
7. Eurico Rezende — E. Santo
8. Afonso Arinos — Guanabara
9. Padre Calazans — São Paulo
10. Adolpho Franco — Paraná
11. Irineu Ernhauser — S. Catarina
12. Antônio Carlos — S. Catarina
13. Daniel Krieger — Rio Grande do Sul
14. Milton Campos — Minas Gerais
15. Lopes da Costa — Mato Grosso

PARTIDO LIBERTADOR (PL) — 2 representantes

1. Aloysio de Carvalho — Bahia
2. Mem de Sá — R. G. do Sul

PARTIDO TRABALHISTA NACIONAL (PTN) — 2 representantes

1. Cattete Pinheiro — Pará
2. Lino de Matos — S. Paulo

PARTIDO SOCIAL PROGRESSISTA (PSP) — 2 representantes

1. Raul Giuberti — E. Santo
2. Miguel Couto — R. de Janeiro

PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO (PSB) — 1 representante

1. Aurélio Viana — Guanabara

MOVIMENTO TRABALHISTA RENOVADOR (MTR) — 1 representante

1. Aarão Steinbruch — Rio de Janeiro

PARTIDO REPUBLICANO (PR) — 1 representante

1. Júlio Leite — Sergipe

PARTIDO DEMOCRATA CRISTÃO (PDC) — 1 representante

1. Arnon de Mello — Alagoas

SEM LEGENDA

1. Josaphat Marinho — Bahia
2. Heribaldo Vieira — Sergipe

RESUMO

Partido Social Democrático (PSD)..... 22
Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)..... 17
União Democrática Nacional (UDN)..... 15
Partido Libertador (PL)..... 2
Partido Trabalhista Nacional (PTN)..... 2
Partido Social Progressista (PSP)..... 2
Partido Socialista Brasileiro (PSB)..... 1
Partido Republicano (PR)..... 1
Partido Democrata Cristão (PDC)..... 1
Movimento Trabalhista Renovador (MTR)..... 1

Sem legenda 2

65

BLOCOS PARTIDÁRIOS

Bloco Parlamentar Independente

PSP 2 Senadores
PTN 2 Senadores
PSB 1 Senador
PR 1 Senador
MTR 1 Senador
PDC 1 Senador
Sem legenda 2 Senadores

10 Senadores

LIDERANÇAS

Líder do Governo

Daniel Krieger (UDN)

Vice-Líder

Mem de Sá

BLOCO PARLAMENTAR INDEPENDENTE

Líder: Lino de Matos (PTN)

Vice-Líderes

Aurélio Viana (PSB)

Júlio Leite — (PR)

Josaphat Marinho (sem legenda)

Aarão Steinbruch (MTR)

Miguel Couto (PSP)

Arnon de Mello (PDC)

PARTIDOS

PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO (PSD)

Líder: Filinto Müller

Vice-Líderes:

Wilson Gonçalves

Sigefredo Pacheco

Walfredo Gurgel

PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO (PTB)

Líder: Arthur Virgílio

Vice-Líderes:

Bezerra Neto

Oscar Passos

Antônio Jucá

UNIAO DEMOCRATICA NACIONAL (UDN)

Líder: Daniel Krieger

Vice-Líderes:

Eurico Rezende

Adolpho Franco

Padre Calazans

Lopes da Costa

PARTIDO LIBERTADOR (PL)

Líder: Mem de Sá

Vice-Líder: Aloysio de Carvalho

PARTIDO SOCIAL PROGRESSISTA

Líder: Miguel Couto

Vice-Líder: Raul Giuberti

PARTIDO TRABALHISTA NACIONAL (PTN)

Líder: Lino de Matos

Vice-Líder: Cattete Pinheiro

III — PARTIDOS DE UM SO REPRESENTANTE

MOVIMENTO TRABALHISTA RENOVADOR (MTR)

Representante: Aarão Steinbruch

PARTIDO DEMOCRATA CRISTÃO (PDC)

Representante: Arnon de Mello

PARTIDO REPUBLICANO (PR)

Representante: Júlio Leite

PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO (PSB)

Representante: Aurélio Viana

AGRICULTURA

Presidente — Senador José Ermirio (PTB)

Vice-Presidente — Senador Eugênio Barros (PSD)

COMPOSIÇÃO

PSD

Titulares

Eugênio Barros
José Feliciano

Suplentes

1. Atílio Fontana
2. Benedito Valladares

PTB

Titulares

José Ermirio
Dix-Huit Rosado

Suplentes

1. Mello Braga
2. Argemiro de Figueiredo

UDN

Titulares

Lopes da Costa
Antônio Carlos

Suplentes

1. Daniel Krieger
2. João Agripino

E.P.I.

Titulares

Júlio Leite

Suplentes

Raul Giuberti (PSP)

Secretário — José Ney Dantas

Reuniões: — quintas-feiras, às 10 horas

CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Presidente — Afonso Arinos (UDN)
Vice-Presidente — Vitorino Gonçalves (PSD)

COMPOSIÇÃO

PSD	
Titulares	Suplentes
Antonio Balduino	1. Menezes Pimentel
Aloysio de Azevedo (P.L.)	2. Leite Neto
Afonso Arinos	3. José Feliciano
Eulton Camargo (*)	4. Filinto Mülher
Jefferson de Aguiar	
Titulares	
Ruy Carneiro	

PTB

Titulares	Suplentes
Edmundo Levi	1. Argemiro de Figueiredo
Bezerra Neto	2. Oscar Passos
Arthur Virgílio	

UDN

Suplentes	1. Daniel Krieger
Titulares	2. João Azevedo
Titulares	3. Eurico Rezende

B.P.I.

Titulares	Suplentes
Josaphat Barreto (sem legenda)	Aarão Steinbruch (ATTR)
Secretária — Maria Helena Bueno Brandão.	
Reuniões — quartas-feiras às 16 horas	

DISTRITO FEDERAL

PRESIDENTE: Senador Aurélio Vianna

VICE-PRESIDENTE: Senador Pedro Ludovico

Titulares	P. S. O.	Suplentes
Pedro Ludovico		José Feliciano
Filinto Mülher		Walfredo Gurgel
Oscar Passos	P. T. B.	Melo Braga
Edmundo Levy		Antônio Jucá
Eurico Rezende	U. D. N.	Zacharias de Assumpção
Antônio Carlos		Lopes da Costa
Aurélio Vianna	B. P. I.	Lino de Mattos

SECRETÁRIO: Aracy O'Reilly de Souza

REUNIÕES: 5ª-feiras — às 16,00 horas

ECONOMIA

Presidente — Leite Neto (PSD)
Vice-Presidente — José Ermírio (PTB)

COMPOSIÇÃO

PSD	
Titulares	Suplentes
Leite Neto	1. Jefferson de Aguiar
Atílio Fontana	2. Sigefredo Pacheco
José Feliciano	3. Sebastião Archer
PTB	
Titulares	Suplentes
José Ermírio	1. Bezerra Neto
Melo Braga	2. Oscar Passos
UDN	
Suplentes	Titulares
Adolpho Franco	1. José Cândido
Lopes da Costa	2. Zacharias de Assumpção
Erineu Bornhausen	3. Mem de Sá (PI)
B.P.I.	
Titulares	Suplentes
Miguel Couto (PSB)	Aurélio Vianna (PSB)
Secretária — Aracy O'Reilly.	
Reuniões — quintas-feiras às 16,30.	

EDUCAÇÃO E CULTURA

Presidente — Menezes Pimentel (PSD)
Vice-Presidente — Pedro Calazans (PTB)

COMPOSIÇÃO

PSD	
Titulares	Suplentes
Menezes Pimentel	1. Benedito Valladares
2. Sigefredo Pacheco	Walfredo Gurgel

(*) Licenciado. Substituído pelo Sr. Eurico Rezende.

PTB

Pessoa de Azevedo
Antônio Jucá

1. Edmundo Levi
2. Vivaldo Lima

UDN

Padre Camargo
Mem de Sá (PL)

1. Manoel Artur
2. Milton Campos

B.P.I.

Titulares
Josaphat Barreto (sem legenda)

1. Lino de Mattos (PTN)
2. Vitorino Gonçalves

Secretária — Vera Alveiranta Magalhães.
Reuniões — quartas-feiras às 16 horas.

FINANÇAS

Presidente — Argemiro de Figueiredo (PTB)
Vice-Presidente — Daniel Krieger (UDN)

COMPOSIÇÃO

Titulares		Suplentes	
PSD		PSD	
Vitorino Gonçalves		1. Atílio Fontana	
Lobão da Silveira		2. José Guimard	
Sigefredo Pacheco		3. Eugênio Barros	
Wilson Gonçalves		4. Menezes Pimentel	
Leite Neto		5. Pedro Ludovico	
Titulares		Suplentes	
PTB		PTB	
Argemiro de Figueiredo		1. José Ermírio	
Bezerra Neto		2. Edmundo Levi	
Pessoa de Azevedo		3. Melo Braga	
Antônio Jucá		4. Oscar Passos	
Titulares		Suplentes	
UDN		UDN	
Daniel Krieger		1. Milton Campos	
Erineu Bornhausen		2. João Arripino	
Eurico Rezende		3. Adolfo Franco	
Titular		Suplente	
PI		PI	
Mem de Sá		1. Aloysio de Carvalho	
Titulares		Suplentes	
BPI		BPI	
Lino de Mattos (PTN)		1. Júlio Leite (PR)	
Aurélio Vianna (PSB)		2. Josaphat Marinho (sem legenda)	

Secretário — Hugo Rodrigues Figueiredo
Reunião — quartas-feiras, às 10 horas

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Presidente — Senador José Feliciano (PSD)

Vice-Presidente — Senador Nelson Maculan (PTB)

COMPOSIÇÃO

PSD	
Titulares	Suplentes
José Feliciano	Lobão da Silveira
Atílio Fontana	Sebastião Archer
PTB	
Nelson Maculan	Vivaldo Lima
Barros de Carvalho	Oscar Passos
UDN	
Adolpho Franco	Lopes da Costa
Erineu Bornhausen	Eurico Rezende
B.P.I.	
Aarão Steinbruch	Raul Gluberti
Secretária — Maria Helena Bueno Brandão.	
Reunião — quintas-feiras às 16,30 horas.	

LEGISLAÇÃO SOCIAL

PRESIDENTE: Senador Vivaldo Lima (P.T.B.)

VICE-PRESIDENTE: Senador Walfredo Gurgel (P.S.D.)

Titulares		Suplentes	
P. S. D.		P. S. D.	
Ruy Carneiro		Leite Neto	
Walfredo Gurgel		José Guimard	
Atílio Fontana		Sigefredo Pacheco	
Eugênio Barros		Lobão da Silveira	
P. T. B.		P. T. B.	
Vivaldo Lima		Edmundo Levy	
Antônio Jucá		Pessoa de Azevedo	
U. D. N.		U. D. N.	
Eurico Rezende		Lopes da Costa	
Antônio Carlos		Zacharias de Assumpção	
P. S. B. e M. T. R.		P. S. B. e M. T. R.	
Aurélio Vianna		Aarão Steinbruch	
SECRETÁRIO: Cláudio I. Carneiro Leal			
REUNIÕES: 3ª-feiras — às 18,00 horas			

MINAS E ENERGIA
PRESIDENTE: Senador Josaphat Marinho (P.B.I.)

VICE-PRESIDENTE: Senador José Ermirio (P.I.B.)

Titulares	P. S. D.	Suplentes
Benedicto Valladares		Fedro Ludovico
Jefferson de Aguiar		Filinto Müller
José Ermirio	P. T. B.	Nelson Maculan
Argemiro de Figueiredo		Antônio Joca
João Agripino	U. D. N.	José Cândido
Antônio Carlos		Afonso Arinos
Josaphat Marinho	B. P. I.	Júlio Leite

SECRETÁRIO: Cláudio I. Carneiro Leal

POLICONO DAS SECAS
PRESIDENTE: Senador Ruy Carneiro (P.S.D.)

VICE-PRESIDENTE: Senador Aurélio Vianna (P.S.B.)

Titulares	P. S. D.	Suplentes
Ruy Carneiro		Sigefredo Pacheco
Sebastião Archer		Leite Neto
Dix-Huit Rosado	P. T. B.	Ontônio Joca
Argemiro de Figueiredo		José Ermirio
João Agripino	U. D. N.	Lopes da Costa
José Cândido		Antônio Carlos
Aurélio Vianna	P. S. B. e P. R.	Júlio Leite

SECRETÁRIO: Cláudio I. Carneiro Leal
REUNIÕES: 5ª-feira — às 16.00 horas

PROJETOS DO EXECUTIVO
PRESIDENTE: Senador João Agripino (U.D.N.)

VICE-PRESIDENTE: Senador Wilson Gonçalves (P.S.D.)

Titulares	P. S. D.	Suplentes
Leite Neto		1. Walfredo Gurgel
José Guilomard		2. José Feliciano
		3. Rui Carneiro
Mem de Sá	P. L.	1. Aloysio de Carvalho
Barros Carvalho	P. T. B.	1. Edmundo Levy
Bezerra Neto		2. Melo Braga
Daniel Krieger	U. D. N.	1. Antônio Carlos
		2. Adolfo Franco
Lino de Mattos	B. P. I.	1. Aurélio Vianna

SECRETÁRIO: José Soares de Oliveira Filho, eventual.
REUNIÕES: 3ª-feira — às 15.00 horas

REDAÇÃO
PRESIDENTE: Senador Dix-Huit Rosado (P.T.B.)

VICE-PRESIDENTE: Senador Antônio Carlos (U.D.N.)

Titulares	P. S. D.	Suplentes
Walfredo Gurgel		Lobão da Silveira
Sebastião Archer		José Feliciano
Dix-Huit Rosado	P. T. B.	Edmundo Levy
Antônio Carlos	U. D. N.	Enrico Rezende
Júlio Leite	B. P. I. e S/LEGENDA	Josaphat Marinho

SECRETÁRIO: Neuza J. Verrissimo
REUNIÕES: 4ª-feira — às 16.00 horas

RELAÇÕES EXTERIORES
Presidente — Benedito Valladares (PSD)

Vice-Presidente — Pessoa de Queiroz (PTB)

Titulares	PSD	Suplentes
Benedicto Valladares		1. Ruy Carneiro
Filinto Müller		2. Leite Neto
Mezzenes Pimentel		2. Victorino Freire
José Guilomard		4. Wilson Gonçalves
Pessoa de Queiroz	PTB	1. Antônio Joca
Vivaldo Lima		2. Argemiro de Figueiredo
Oscar Passos		3. Melo Braga
Antônio Carlos	U. D. N.	1. Padre Calazans
José Cândido		2. João Agripino
Rui Palmeira		3. Mem de Sá (PL)
Aarão Steinbruch (MTR)	B. P. I.	Lino de Mattos (PTN)

Secretário — João Batista Cartojon Branco.
Reuniões — quintas-feiras, às 16 horas.

SAÚDE
PRESIDENTE: Senador Sigefredo Pacheco (P.S.D.)

VICE-PRESIDENTE: Senador José Cândido (U.D.N.)

Titulares	P. S. D.	Suplentes
Sigefredo Pacheco		Walfredo Gurgel
Pedro Ludovico		Eugênio Barros
Dix-Huit Rosado	P. T. B.	Antônio Joca
Raul Giuberti	P. S. P.	Miguel Couto
José Cândido	U. D. N.	Lopes da Costa

SECRETÁRIO: Aracy O'Reilly de Souza

Reuniões: 5ª-feira — às 16.00 horas

SEGURANÇA NACIONAL
VICE-PRESIDENTE: Senador Oscar Passos (P.S.D.)

Titulares	P. S. D.	Suplentes
Victorino Freire		Ruy Carneiro
José Guilomard		Atílio Fontana
Oscar Passos	P. T. B.	José Ermirio
Silvestre Péricles		Dix-Huit Rosado
Zacharias de Assumpção	U. D. N.	Adolfo Franco
Irineu Bornhausen		Eurico Rezende
Raul Giuberti	B. P. I.	Aurélio Vianna

SECRETÁRIO: Alexandre Pfaender

REUNIÕES: 5ª-feira — às 15.00 horas

SERVIÇO PÚBLICO CIVIL
PRESIDENTE: Senador Aloysio de Carvalho (P.L.)

VICE-PRESIDENTE: Senador Leite Neto (P.S.D.)

Titulares	P. S. D.	Suplentes
Leite Neto		Victorino Freire
Sigefredo		Filinto Müller
Dix-Huit Rosado	P. T. B.	Melo Braga
Silvestre Péricles		Antônio Joca
Padre Calazans	U. D. N.	Antônio Carlos
Aloysio de Carvalho	P. L.	Mem de Sá
Aarão Steinbruch	B. P. I.	Miguel Couto

SECRETÁRIO: José Ney Passos Dantas

REUNIÕES: 3ª-feira — às 15.00 horas

TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS
PRESIDENTE: Senador Lopes da Costa (U.D.N.)

VICE-PRESIDENTE: Senador Bezerra Neto (P.I.B.)

Titulares	P. S. D.	Suplentes
Eugênio Barros		Jefferson de Aguiar
Wilson Gonçalves		José Guilomard
Bezerra Neto	P. T. B.	Melo Braga
Lopes da Costa	U. D. N.	Irineu Bornhausen
Miguel Couto	P. S. P.	Raul Giuberti

SECRETÁRIO: Alexandre Pfaender

REUNIÕES: 4ª-feira — às 16.00 horas

A) Para Revisão do Projeto que define e regula a PROTEÇÃO AO DIREITO DO AUTOR

Criada em virtude do Requerimento nº 480-62 do Sr. Senador Milton Campos aprovado em 20 de janeiro de 1962.

Designada em 22 de novembro de 1962.

Prorrogada até 15 de dezembro de 1963 em virtude do Requerimento nº 193-63 aprovado em 12 de dezembro de 1962.

Completa em 4 de janeiro de 1963, com a designação dos Senhores Senadores Vasconcelos Torres e Edmundo Levi.

Prorrogada até 15 de dezembro de 1964 em virtude do Requerimento nº 194-63 do Sr. Senador Meneses Pimentel aprovado em 18 de dezembro de 1963.

Membros (7) — Partidos

Guilherme Marinho — PSD.
Menezes Pimentel — PSD.
Heriberto Vianna — UDN.
Milton Campos — UDN.
Vasconcelos Torres — PTB.
Edmundo Levi — PTB.
Aloysio de Carvalho — PL.

B) Para estudar a situação da CASA DA MOEDA

Criada em virtude do Requerimento nº 581-63 do Sr. Senador Jefferson de Aguiar aprovado em 14 de agosto de 1963. Designada em 22 de agosto de 1963.

Prorrogada até 14 de março de 1964 (90 dias) em virtude do Requerimento nº 160-63 do Sr. Senador Jefferson de Aguiar aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Membros (7) — Partidos

Jefferson de Aguiar (Presidente) — PSD.
Wilson Gonçalves — PSD.
Arthur Virgílio — PTB.
Edmundo Levi — PTB.
Adolpho Franco — UDN.
Eurico Rezende (Vice-Presidente) — UDN.
Josephat Marinho — S. legenda.
Secretário: Oficial Legislativo PL-6, J. B. Castejon Branco.

C) Para o estudo dos efeitos da INFLAÇÃO E DA POLÍTICA TRIBUTÁRIA E CAMBIAL SOBRE AS EMPRESAS PRIVADAS

Criada em virtude do Requerimento nº 531-63 do Sr. Senador Gouveia Vianna aprovado na sessão de 2 de agosto de 1963.

Designada em 2 de agosto de 1963.

Prorrogada em virtude do Requerimento nº 1191 de 1963 do Senador Senador Atílio Fontana, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Membros (8) — Partidos

Atílio Fontana — Presidente — PSD.
José Feliciano — (Vice-Pr.) — PSD.
José Ernirio — Relator — PTB.
Adolpho Franco — UDN.
Aurélio Vianna — PSD.
PL-3, Julieta Ribeiro dos Santos.

COMISSÕES ESPECIAIS

D) Para estudo das causas que dificultam a PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA e suas repercussões negativas na exportação

Criada em virtude do Requerimento nº 569-63 do Sr. Senador José Ernirio, aprovado na sessão de 20 de agosto de 1963.

Designada em 22 de agosto de 1963.

Prorrogada por 1 ano, em virtude do Requerimento nº 1191-63 do Senador Senador Sigefredo Pacheco aprovado em 15 de dezembro de 1963.

Membros (8) — Partidos

José Feliciano — PSD.
Sigefredo Pacheco (Vice-Pr.) — PSD.
José Ernirio (Presidente) — PTB.
Lopes da Costa — UDN.
Aurélio Vianna (Relator) — PSD.
Secretário: Auxiliar Legislativo PL-10 Alexandre Marques de Albuquerque Mello.
Reunidas: 2ª e 4ª vezes às 14 horas.

E) Para efetuar o levantamento da PRODUÇÃO MINERAL DO PAÍS e estudar os meios capazes de possibilitar a sua industrialização

Criada em virtude do Requerimento nº 665-63 do Sr. Senador José Ernirio, aprovado na sessão de 18 de setembro de 1963.

Designada em 19 de setembro de 1963.

Prorrogada em virtude do Requerimento nº 1.139-63 do Sr. Senador Milton Campos, aprovado na sessão de 10 de dezembro de 1963.

Membros (8) — Partidos

José Feliciano — PSD.
Atílio Fontana — PSD.
Eugênio Barros — PSD.
José Ernirio (Relator) — PTB.
Brazner Neto — PTB.
Melo Braga — PTB.
Lopes da Costa — UDN.
Milton Campos (Presidente) — UDN.
Júlio Leite (Vice-Pr.) — PR.
Secretário: Auxiliar Legislativo PL-10 Alexandre Marques de Albuquerque Mello.
Reunidas: 2ª e 4ª vezes às 14 horas.

F) Para estudar a situação dos TRANSPORTES MARÍTIMOS E FERROVIÁRIOS

Criada em virtude do Requerimento nº 733-63 do Sr. Senador José Ernirio, aprovado na sessão de 13 de novembro de 1963.

Designada em 13 de novembro de 1963.

Prorrogada até 15 de dezembro de 1964, em virtude do Requerimento nº 1.182-63 do Sr. Senador Júlio Leite, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Membros (8) — Partidos

Atílio Fontana — PSD.
Sigefredo Pacheco — PSD.
José Ernirio — PTB.
Ernesto Bornhausen — UDN.
Júlio Leite — PR.
Secretário: Auxiliar Legislativo PL-10 Alexandre M. de A. Mello.
Secretária: Oficial Legislativo.

G) Para o estudo da situação do CENTRO TÉCNICO DE AERONÁUTICA E DA ESCOLA DE ENCENHARIA DE AERONÁUTICA, DE S. JOSÉ DOS CAMPOS

Criada em virtude do Requerimento nº 768-63 do Sr. Senador Padre Calazans, aprovado na sessão de 13 de novembro de 1963.

Designada em 13 de novembro de 1963.

Prorrogada até 15 de dezembro de 1964 em virtude do Requerimento nº 1.158-63 do Sr. Senador Antônio Jucá, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Membros (5) — Partidos

José Feliciano — PSD.
Ruy Carneiro — PSD.
Antônio Jucá — PTB.
Padre Calazans — UDN.

H) Para o estudo das Mensagens do Poder Executivo referentes à REFORMA ADMINISTRATIVA

Criada por iniciativa da Câmara dos Deputados aprovada pelo Senado em 1.12.1963.

Membros (13) Partidos

Senadores:
Wilson Gonçalves — PSD.
Leite Neto — PSD.
Sigefredo Pacheco — PSD.
Argemiro de Figueiredo — PTB.
Edmundo Levi — PTB.
Adolpho Franco — UDN.
João Agripino — UDN.
Aurélio Vianna — PSD.
Josephat Marinho — Sem legenda.
Deputados:
Gustavo Copanema (Presidente) — PSD.
Aderbal Jurema — PSD.
Laerte Vieira — UDN (Substituído pelo deputado Arnaldo Nogueira).
Eduardo Dias — UDN.
Doutor de Andrade — PTB.
Arnaldo Cordeira — PSP.
Juares Fátima — PDC.
Eraldo Pinto — MTR.

I) Para, no prazo de três (3) meses, proceder ao estudo das proposições que digam respeito à participação dos trabalhadores nos lucros das empresas.

MEMBROS

Senadores:
Brazner Neto — Presidente
Afonso Arinos — Vice-Presidente
Jefferson de Aguiar — Relator.
Leite Neto
Nelson Maculon
Eurico Rezende
Aurélio Vianna
Secretária: Aracy O'Reilly de Souza

COMISSÕES ESPECIAIS PARA O ESTUDO DE PROJETOS DE EMENDAS À CONSTITUIÇÃO

J) Projeto de Emenda à Constituição nº 4/61

(QUE DISPÕE SOBRE VENCIMENTOS DOS MAGISTRADOS)

Elita em 7 de junho de 1961.

Prorrogada:

— até 15 de dezembro de 1963 pelo Requerimento 608-61, em 14 de dezembro de 1961.

— até 15 de dezembro de 1963 pelo Requerimento 779-62, apr. em 12 de dezembro de 1962.

— até 15 de dezembro de 1964 pelo Requerimento 1.138-63, apr. em 18 de dezembro de 1963.

Completa em 20 de outubro de 1962, 15 de maio de 1963 e 23 de abril de 1963.

Membros (16) — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD.
Lobão da Silveira (23 de abril de 1963) — PSD.
Ruy Carneiro — PSD.
Benedicto Valladares — PSD.
Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) — PSD.
Daniel Krieger — UDN.
Lopes da Costa (29 de outubro de 1963) — UDN.
Milton Campos (Vice-Presidente) — UDN.
Heriberto Vianna — UDN.
Ruy Palmeira — UDN.
Silvestre Péricles (23 de abril de 1963) — UDN.
Brazner Neto (23 de abril de 1963) — PTB.
Afonso Celso — PTB.
Nogueira da Gama — PTB.
Bastos Carvalho — PTB.
Aloysio de Carvalho (Presidente) — PL.
Melo de Sá — PL.
Josephat Marinho — S. legenda.

K) Projeto de Emenda à Constituição nº 7/61

(QUE DISPÕE SOBRE AS ATRIBUIÇÕES DA COMPETÊNCIA PRIVATIVA DO SENADO, INCLUINDO AS DE PROPOR A EXONERAÇÃO DOS CHEFES DE MISSÃO DIPLOMÁTICA PERMANENTE E APROVAR O ESTABELECIMENTO O ROMPIMENTO E O REATAMENTO DE RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS COM PAÍSES ESTRANGEIROS).

Elita em 4 de outubro de 1961.

Prorrogada:

— até 15 de dezembro de 1962 pelo Requerimento 307-61, apr. em 14 de dezembro de 1961;

— até 15 de dezembro de 1963 pelo Req. 1.139-63, apr. em 10 de dezembro de 1963.

Completa em 29 de outubro de 1962 e 24 de abril de 1963.

Membros (16) — Partidos

Menezes Pimentel — PSD.
Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) — Presidente — PSD.
Lobão da Silveira — PSD.
Ruy Carneiro (23 de abril de 1963) — PSD.
Guilherme Marinho (1.º de outubro de 1964) — PSD.
Eurico Rezende (23 de abril de 1963) — UDN.
Daniel Krieger — UDN.
Milton Campos (Vice-Presidente) — UDN.
Heriberto Vianna — UDN.
Lopes da Costa — UDN.
Silvestre Péricles (.....) — PTB.
Vivaldo Lima — PTB.
Amazury Silva (24 de abril de 1963) — PTB.
Vaga do Senador Pinto Ferreira (23 de abril de 1963) — Relator — PTB.
Aloysio de Carvalho — PL.
Lino de Matos — PTB.

L) Projeto de Emenda à Constituição nº 8/61

(SOBRE EXONERAÇÃO POR PROPOSTA DO SENADO DE CHEFE DE MISSÃO DIPLOMÁTICA DE CARÁTER PERMANENTE)

Elita em 5 de outubro de 1961.

Prorrogada:

— até 15 de dezembro de 1962 pelo Requerimento 608-61, aprovado em 14 de janeiro de 1961;

— 143-62, de 1963, pelo
Requerimento 781-62 aprovado em 12
de dezembro de 1962;
— até 15 de dezembro de 1964, pelo
Requerimento 1.140-63 aprovado em
19 de dezembro de 1963.
Completada em 30 de março de
1962, 29 de outubro de 1962, 23 de
abril de 1963.

Membros (16) — Partidos

Menezes Pimentel — PSD.
Ruy Carneiro (23 de abril de 1963) —
Presidente — PSD.
Lobão da Silveira — PSD.
Jefferson de Aguiar (23 de abril de
1963) — PSD.
Guido Mondim (29 de outubro de
1962) — PSD.
Daniel Krieger — UDN.
Eurico Rezende (23 de abril de
1963) — UDN.
Milton Campos — UDN.
Heribaldo Vieira (Vice-Presidente) —
UDN.
Lopes da Costa — UDN.
Vaga do Senador Pinto Ferreira
(23 de abril de 1962) — Relator —
PTB.
Bezerra Neto (23 de abril de 1963) —
PTB.
Amauri Silva (23 de abril de 1963) —
PTB.
Vivaldo Lima — PTB.
Aloysio de Carvalho — PL.
Lino de Matos — PTN.

M) Projeto de Emenda à Cons- tituição nº 9/61

(QUE MODIFICA O REGIME DE
DISCRIMINAÇÃO DAS RENDAS)

Eleita em 20 de novembro de 1961.

Prorrogação:

— até 15 de dezembro de 1962 pelo
Requerimento 605-61 aprovado em 14
de dezembro de 1961;
— até 15 de dezembro de 1963 pelo
Requerimento 782-62 aprovado em 12
de dezembro de 1962;
— até 15 de dezembro de 1964, pelo
Requerimento 1.141-63 aprovado em
10 de dezembro de 1963.

Membros (16) — Partidos

Jefferson de Aguiar (23 de abril
de 1963) — PSD.
Menezes Pimentel — PSD.
Ednir Muller — PSD.
Guido Mondim (29 de outubro de
1962) — PSD.
Ruy Carneiro (23 de abril de 1963) —
PSD.
Daniel Krieger (Relator) — UDN.
Eurico Rezende (23 de abril de
1963) — UDN.
Milton Campos — UDN.
Heribaldo Vieira — UDN.
Rui Palmeira — UDN.
Amauri Silva — 23 de abril de
1963 — PTB.
Barros Carvalho — PTB.
Argemiro de Figueiredo — PTB.
Bezerra Neto (23 de abril de 1963) —
PTB.
Aloysio de Carvalho — PL.
Lino de Matos — PN.

N) Projeto de Emenda à Cons- tituição nº 10/61

(APLICAÇÃO DAS COIAS DE IM-
POSTOS DESTINADAS AOS MU-
NICÍPIOS).

Eleita em 28 de dezembro de 1962

Prorrogação:

— até 15 de dezembro de 1963 pelo
Req. 183-63 aprovado em 12 de de-
zembro de 1962.
— até 15 de dezembro de 1964 pelo
Req. 1.142-63 aprovado em 10 de ou-
tubro de 1963.
Completada em 30 de março de
1962, 29 de outubro de 1962 e 2 de
abril de 1963.

Membros (16) — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD.
Wilson Gonçalves (23 de abril de
1963) — PSD.
Ruy Carneiro — PSD.
Lobão da Silveira — PSD.
Guido Mondim (29 de outubro de
1962) — PSD.
Milton Campos — UDN.
Heribaldo Vieira — UDN.
Lopes da Costa — UDN.
João Agripino (23 de abril de 1963) —
UDN.
Eurico Rezende (23 de abril de
1963) — UDN.
Silvestre Pericles (23 de abril de
1963) — PTB.
Nogueira da Gama — PTB.
Barros Carvalho — PTB.
Josaphat Marinho (23 de abril de
1963) — S. leg.
Aloysio de Carvalho — PL.
Lino de Matos — PTN.

O) Projeto de Emenda à Cons- tituição nº 11/61

(CRIAÇÃO DE NOVOS
MUNICÍPIOS)

Eleita em 28 de março de 1962.

Prorrogação:

— até 15 de dezembro de 1963 pelo
Req. 794-62 aprovado em 12 de de-
zembro de 1962.
— até 15 de dezembro de 1964, pelo
Req. 1.143-63 aprovado em 10 de
dezembro de 1963.

Completada em 29 de outubro de
1962, 23 de abril de 1963 e 22 de ju-
lho de 1963.

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD.
Wilson Gonçalves (23 de abril de
1963) — PSD.
Ruy Carneiro — PSD.
Lobão da Silveira — PSD.
Guido Mondim (29 de outubro de
1962) — PSD.
Milton Campos — UDN.
Heribaldo Vieira — UDN.
Lopes da Costa — UDN.
João Agripino (23 de abril de 1963) —
UDN.
Eurico Rezende (23 de abril de
1963) — UDN.
Silvestre Pericles (23 de abril de
1963) — PTB.
Nogueira da Gama — PTB.
Barros Carvalho — PTB.
Aloysio de Carvalho — PL.
Miguel Couto — PSP.
Cattete Pinheiro (23 de abril de
1963) — PTN.

P) Projeto de Emenda à Cons- tituição nº 1/62

(OBRIGATORIEDADE DE CONCUR-
SO PARA INVESTIDURA EM
CARGO INICIAL DE CARREIRA
E PROIBIÇÃO DE NOMEAÇÕES
INTERINAS).

Eleita em 10 de maio de 1962.

Prorrogação:

— até 15 de dezembro de 1962, pelo
Req. 185-62 aprovada em 12 de de-
zembro de 1962.
— até 15 de dezembro de 1963 pelo
Req. 1.144-63 aprovado em 10 de de-
zembro de 1963.

Completada em 23 de abril de 1963.

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD.
Wilson Gonçalves (23 de abril de
1963) — PSD.
Ruy Carneiro — PS.
Menezes Pimentel — PSD.
Milton Campos — UDN.
Heribaldo Vieira — UDN.
Eurico Rezende (23 de abril de
1963) — UDN.

João Agripino (23 de abril de 1963) —
Vice-Presidente — UDN.
Daniel Krieger — UDN.
Silvestre Pericles (23 de abril de
1963) — PTB.
Nogueira da Gama — PTB.
Barros Carvalho — PTB.
Aloysio de Carvalho — PL.
Aurélio Vianna (23 de abril de
1963) — Relator — PSB.

Q) Projeto de Emenda à Cons- tituição nº 2/62

(INSTITUI NOVA DISCRIMINAÇÃO
DE RENDAS EM FAVOR DOS
MUNICÍPIOS).

Eleita em 23 de maio de 1962.

Prorrogação:

— até 15 de dezembro de 1963 pelo
Requerimento 786-62, aprovado em 12
de dezembro de 1962;
— até 15 de dezembro de 1964 pelo
Requerimento 1.145-63 aprovado em
10 de dezembro de 1963.
Completada em 23 de abril de
1963.

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD.
Wilson Gonçalves (23 de abril de
1963) — PSD.
Ruy Carneiro — PSD.
Lobão da Silveira — PSD.
Leite Neto (23 de abril de 1963) —
PSD.
Milton Campos — UDN.
Heribaldo Vieira Vice-Presidente —
UDN.
Menezes Pimentel — PSD.
Eurico Rezende (23 de abril de
1963) — Relator — UDN.
Silvestre Pericles (23 de abril de
1963) — Presidente — PTB.
Nogueira da Gama — PTB.
Barros Carvalho — PTB.
Aloysio de Carvalho — PL.
Lino de Matos — PTN.
João Agripino (23 de abril de 1963) —
UDN.
Daniel Krieger — UDN.

R) Projeto de Emenda à Cons- tituição nº 3/62

(AUTORIZA O TRIBUNAL SUPE-
RIOR ELEITORAL A FIXAR DA-
TA PARA A REALIZAÇÃO DO
PLEBISCITO PREVISTO NA
EMENDA CONSTITUCIONAL Nº
4 — ATO ADICIONAL).

Eleita em 10 de julho de 1962.

Prorrogação:

— até 15 de dezembro de 1963 pelo
Requerimento 787-62 aprovado em 12
de dezembro de 1962.
— até 15 de dezembro de 1964 pelo
Requerimento 1.146 aprovado em 10
de dezembro de 1963.

Completada em 23 de abril de
1963.

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PS.
Wilson Gonçalves (23 de abril de
1963) — PSD.
Ruy Carneiro — PSD.
Lobão da Silveira — PSD.
Menezes Pimentel — PSD.
Leite Neto (23 de abril de 1963) —
PSD.
Milton Campos — UDN.
Heribaldo Vieira — UDN.
João Agripino (23 de abril de 1963) —
UDN.
Eurico Rezende (23 de abril de
1963) — UDN.
Daniel Krieger — UDN.
Silvestre Pericles (23 de abril de
1963) — PTB.
Nogueira da Gama — PTB.
Barros Carvalho — PTB.
Mem de Sá — PL.

S) Projeto de Emenda à Cons- tituição nº 5/62

(DISPÕE SOBRE A ENTREGA AOS
MUNICÍPIOS DE 30% DA ARRE-
CADAÇÃO DOS ESTADOS QUAN-
DO EXCEDER AS RENDAS MU-
NICIPAIS).

Eleita em 13 de setembro de 1962.

Prorrogação:

— até 15 de dezembro de 1963 pelo
Requerimento nº 1.141-63 aprovado
em 12 de dezembro de 1962;

— até 15 de dezembro de 1964 pelo
Requerimento 1.147-63 aprovado em
10 de dezembro de 1963.

Completada em 23 de abril de 1963.

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD.
Ruy Carneiro — PSD.
Lobão da Silveira — PSD.
Wilson Gonçalves (23 de abril de
1963) — PSD.
Leite Neto (23 de abril de 1963) — PSD.
Menezes Pimentel — Presidente.
Milton Campos — UDN.
Heribaldo Vieira — UDN.
Josaphat Marinho (23 de abril de 1963) —
Vice-Presidente — UDN.
Daniel Krieger — UDN.
Vaga do Senador Pinto Ferreira.
Eurico Rezende (23 de abril de 1963) —
UDN.
Nogueira da Gama — PTB.
Barros Carvalho — PTB.
Mem de Sá — PL.
Miguel Couto (23 de abril de 1963) — PSP.

T) Projeto de Emenda à Cons- tituição nº 6/62

(AUMENTA PARA QUATRO O NÚ-
MERO DE REPRESENTANTES
DOS ESTADOS E DO DISTRITO
FEDERAL NO SENADOR).

Eleita em 13 de 62

Prorrogação:

— até 15 de 12 63 pelo Requerimento
790-62 aprovado em 12 de 12 62;
— até 15 de 12 64 pelo Requerimento
1.148-63, aprovado em 16 de 12 63.
Completada em 23 de 4 63

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD
Ruy Carneiro — PSD
Lobão da Silveira — Relator —
PSD.
Wilson Gonçalves (23 de 4 63) —
PSD.
Menezes Pimentel — PSD
Milton Campos — UDN
Heribaldo Vieira — UDN
Josaphat Marinho — (23 de 4 63) —
UDN
Daniel Krieger — UDN
Eurico Rezende — (23 de 4 63) — Vi-
ce-Presidente — UDN
Vaga do Senador Pinto Ferreira
(23 de 4 63) — Presidente — PTB
Nogueira da Gama — PTB
Barros Carvalho — PTB
Mem de Sá — PL
Júlio Leite (23 de 4 63) — PR

U) Projeto de Emenda à Cons- tituição nº 7/62

(REVOGA A EMENDA CONSTITU-
CIONAL Nº 4 QUE INSTITUIU O
SISTEMA PARLAMENTAR DE
GOVERNO E O ART. 61 DA CONS-
TITUIÇÃO FEDERAL DE 15 DE
SETEMBRO DE 1946).

Eleita em 6 de 12 62.

Prorrogação:

— até 15 de 12 63 pelo Requerimento
791-62, aprovado em 12 de 12 62;
— até 15 de 12 64 pelo Requerimento
1.149-63 aprovada em 10 de 12 63.

Membros — Partidos
 Jefferson de Aguiar — PSD
 Ruy Carneiro — PSD
 Pedro Ludovico — PSD
 Wilson Gonçalves (23-4-63) — PSD
 Benedito Valladares — PSD
 Milton Campos — UDN
 Heribaldo Vieira — UDN
 Eurico Rezende (23-4-63) — UDN
 Daniel Krieger — UDN
 João Agripino (23-4-63) — UDN
 Amaury Silva (23-4-63) — PTB
 Nogueira da Gama — PTB
 Barros Carvalho — PTB
 Mem de Sá — PL
 Raul Guberti — PSP

V) Projeto de Emenda à Constituição nº 1/63

(TRABALHO DE MULHERES E MENORES E TRABALHO EM INDÚSTRIAS INSALUBRES).

Designada em 23.4.63
 Prorrogada até 15.12.64 pelo Requerimento 1.150-63, aprovado em 10 de dezembro de 1963

Membros — Partidos
 Jefferson de Aguiar — PSD
 Ruy Carneiro — PSD
 Lobão da Silveira — PSD
 Wilson Gonçalves — PSD
 Menezes Pimentel — PSD
 Leite Neto — PSD
 Amaury Silva — PTB
 Bezerra Neto — Vice-Presidente — PTB

Vaga do Senador Pinto Ferreira — PTB

(AUTONOMIA DOS MUNICÍPIOS)

Silvestre Péricles — PTB
 Argemiro de Figueiredo — PTB
 Eurico Rezende (23-4-63) — UDN
 Milton Campos — UDN
 Daniel Krieger — UDN
 Josaphat Marinho — Sem Legenda
 Aloysio de Carvalho — PL

W) Projeto de Emenda à Constituição nº 2/63

(DIREITO DE PROPRIEDADE)

Designados em 23.4.63
 Prorrogada:
 — até 15.12.64 pelo Requerimento 1.151-63, aprovado em 10.12.63.

Membros — Partidos
 Jefferson de Aguiar — PSD
 Ruy Carneiro — Presidente — PSD
 Lobão da Silveira — PSD
 Wilson Gonçalves — PSD
 Menezes Pimentel — PSD
 Heribaldo Vieira — Vice-Presidente — PSD

Amaury Silva — PTB
 Bezerra Neto — PTB
 Vaga do Senador Pinto Ferreira — PTB
 Silvestre Péricles — PTB
 Arthur Virgílio — PTB
 Eurico Rezende (23-4-63) — UDN
 Milton Campos — UDN
 João Agripino — UDN
 Josaphat Marinho — Sem Legenda
 Aloysio de Carvalho — PL

X) Projeto de Emenda à Constituição nº 3/63

(DISPÕE SOBRE A ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL E MATÉRIA DA COMPETÊNCIA PRIVATIVA DO SENADO).

Designada em 2.5.63
 Prorrogada até 15.12.64 pelo Requerimento 1.152-63, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Membros — Partidos
 Jefferson de Aguiar — PSD
 Ruy Carneiro — PSD
 Lobão da Silveira — PSD
 Wilson Gonçalves — PSD
 Menezes Pimentel — PSD

Leite Neto — PSD
 Amaury Silva — PTB
 Bezerra Neto — PTB
 Vaga do Senador Pinto Ferreira — PTB
 Vaga do Senador Eduardo Catalão — Vice-Presidente — PTB
 Vaga do Senador Eduardo Assis — Eurico Rezende — Presidente — Milton Campos — UDN
 Daniel Krieger — UDN
 Aloysio de Carvalho — PL
 Josaphat Marinho — Relator — Sem Legenda

Y) Projeto de Emenda à Constituição nº 4/63

(CONCEDE IMUNIDADES AOS VEREADORES)

Designada em 20.5.63
 Prorrogada até 15.12.64 pelo Requerimento número 1.153-63, aprovado em 10.12.63.

Membros — Partidos
 Jefferson de Aguiar — PSD
 Ruy Carneiro — PSD
 Lobão da Silveira — PSD
 Wilson Gonçalves — PSD
 Menezes Pimentel — PSD
 Leite Neto — PSD
 Amaury Silva — PTB
 Bezerra Neto — PTB
 Vaga do Senador Pinto Ferreira — PTB
 Silvestre Péricles — PTB
 Adalberto Sena — PTB
 Eurico Rezende (23-4-63) — UDN
 Milton Campos — UDN
 Aloysio de Carvalho — PL
 Josaphat Marinho — Sem Legenda
 João Agripino — UDN

Z) Projeto de Emenda à Constituição nº 5/63

(DISPÕE SOBRE O IMPOSTO DE VENDAS E CONSIGNAÇÕES)

Designada em 31.5.63
 Prorrogada até 15.12.64 pelo Requerimento número 1.154-63, aprovado em 10.12.63.

Membros — Partidos
 Jefferson de Aguiar — PSD
 Ruy Carneiro — PSD
 Lobão da Silveira — PSD
 Wilson Gonçalves — PSD
 Menezes Pimentel — PSD
 Leite Neto — PSD
 Amaury Silva — PTB
 Bezerra Neto — PTB
 Vaga do Senador Humberto Nêder — PTB
 Argemiro de Figueiredo — PTB
 Eurico Rezende — UDN
 Milton Campos — UDN
 Daniel Krieger — UDN
 Aloysio de Carvalho — PL
 Josaphat Marinho — Sem Legenda

Z-1) Projeto de Emenda à Constituição nº 6/63

(INELEGIBILIDADE)

Designada em 2.10.63
 Prorrogada até 15.12.64 pelo Requerimento número 1.156-63, aprovado em 10.12.63.

Membros — Partidos
 Jefferson de Aguiar — PSD
 Ruy Carneiro — PSD
 Wilson Gonçalves — PSD
 José Feliciano — PSD
 Walfrido Gurgel — PSD
 Argemiro de Figueiredo — PTB
 Bezerra Neto — PTB
 Silvestre Péricles — PTB
 Edmundo Levi — PTB
 Eurico Rezende — UDN
 Milton Campos — UDN
 Aloysio de Carvalho — UDN

Afonso Arinos — UDN
 Josaphat Marinho — Sem Legenda
 Raul Guberti — PSP
 José Leite — PR

Z-2) Projeto de Emenda à Constituição nº 7/63

(TRANSFERÊNCIA PARA A RESERVA DO MILITAR DA ATIVA QUE SE CANDIDATAM A CARGO ELETIVO).

Designada em 2.10.63
 Prorrogada até 15.12.64 pelo Requerimento número 1.156-63, aprovado em 10.12.63.

Membros — Partidos
 Jefferson de Aguiar — PSD
 Ruy Carneiro — PSD
 Wilson Gonçalves — PSD
 José Feliciano — PSD
 Walfrido Gurgel — PSD
 Argemiro de Figueiredo — PTB
 Bezerra Neto — PTB
 Silvestre Péricles — PTB
 Edmundo Levi — PTB
 Eurico Rezende — UDN
 Milton Campos — UDN
 Aloysio de Carvalho — PL
 Afonso Arinos — UDN
 Josaphat Marinho — Sem Legenda
 Júlio Leite — PR

Z-3) Projeto de Emenda à Constituição nº 8/63

Designada em 22.10.63
 Prorrogada até 15.12.64 pelo Requerimento número 1.157-63, aprovado em 10.12.63.

Membros — Partidos
 Jefferson de Aguiar — PSD
 Ruy Carneiro — PSD
 José Feliciano — PSD
 Wilson Gonçalves — PSD
 Bezerra Neto — PTB
 Edmundo Levi — PTB
 Argemiro de Figueiredo — PTB
 Melo Braga — PTB
 Eurico Rezende (23-4-63) — UDN
 Aloysio de Carvalho — UDN
 Afonso Arinos — UDN
 Josaphat Marinho — Relator — Sem Legenda
 Aurélio Vianna — PTB
 Júlio Leite — PR

Z-4) Projeto de Emenda à Constituição nº 1/64

(Eleição automática do Vice-Presidente com o Presidente da República).

Designada em 26.2.1964
 Jefferson de Aguiar (PSD),
 Ruy Carneiro (PSD),
 Lobão da Silveira (PSD),
 Wilson Gonçalves (PSD),
 José Feliciano (PSD),
 Bezerra Neto (PTB),
 Arthur Virgílio (PTB),
 Antônio Jucá (PTB),
 Oscar Passos (PTB),
 Antônio Carlos (UDN),
 Aloysio de Carvalho (PL),
 Eurico Rezende (UDN),
 Milton Campos (UDN),
 Josaphat Marinho (BPD),
 Júlio Leite (BPD),
 Aurélio Vianna (BPD).

Z-5) Projeto de Emenda à Constituição nº 2/64

(Da nova redação à alínea c, do art. 101 e alítem IX do art. 124 da Constituição Federal a fim de estabelecer que sejam processados e julgados nos crimes comuns:

— os membros do Congresso Nacional, pelo Supremo Tribunal Federal;
 — os membros das Assembleias Legislativas, pelos Tribunais de Justiça)

Designada em 25.5.1964
 Jefferson de Aguiar (PSD),
 Antônio Balbino (PSD),
 Wilson Gonçalves (PSD),
 Ruy Carneiro (PSD),
 Menezes Pimentel (PSD),
 Edmundo Levi (PTB),
 Bezerra Neto (PTB),
 Arthur Virgílio (PTB),
 Oscar Passos (PTB),
 Afonso Arinos (UDN),
 Milton Campos (UDN),
 Eurico Rezende (UDN),
 Aloysio de Carvalho (PL),
 Josaphat Marinho (BPD),
 Aurélio Vianna (BPD),
 Aarão Steinbruch (BPD).

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

CRIADAS DE ACORDO COM O ART. 53 DA CONSTITUIÇÃO E O ART. 149, ALÍNEA A DO REGIMENTO INTERNO.

1ª) Para apurar a aquisição, pelo Governo Federal, dos acervos de concessionárias de serviços públicos e a importação de chapas de aço para a Cia Siderúrgica Nacional.

Criada pela Resolução número 11, de 1963 assinada pelo Senhor Nelson Maculian e mais 23 Senhores Senadores (apresentada em 30 de maio de 1963).

Designada em 31 de maio de 1963
 Prazo — 120 dias, até 28 de setembro de 1963.
 Prorrogada:

— Por mais 120 dias, em virtude da aprovação do Requerimento número 856-63 do Senhor Senador João Agripino, na sessão de 18 de setembro de 1963 (21 horas).

— Por mais um mês, em virtude da aprovação do Requerimento número 1.173-63, do Senhor Senador Leite Neto, na sessão de 12 de dezembro de 1963.

Membros — Partidos
 Jefferson de Aguiar — PSD
 Leite Neto (Presidente) — PSD
 Nelson Maculian — PTB
 João Agripino (Relator) — UDN
 Josaphat Marinho — Sem Legenda

2ª) Para apurar fatos apontados da tribuna do Senado e outros, relacionados com irregularidades graves e corrupção no Departamento de Correios e Telégrafos.

Criada pela Resolução número 52 de 1963, assinada pelo Senhor Jefferson de Aguiar e mais 83 Senhores Senadores (apresentada na sessão de 30 de outubro de 1963).

Prazo — até o fim da sessão legislativa de 1963.

Prorrogada por 30 dias até 15 de março de 1964 em virtude do Requerimento número 1.183-63 do Senhor Senador Wilson Gonçalves, aprovado na sessão de 10 de dezembro de 1963 (21.30).

Designação em 6 de dezembro de 1963.

Membros (11) — Partidos
 Jefferson de Aguiar — PSD
 Leite Neto — PSD
 Aurélio Fontana — PSD
 Wilson Gonçalves — Presidente — PSD

Arthur Virgílio — PTB
 Bezerra Neto (23.11.63) — Vice-Presidente — PTB

Melo Braga — PTB
 João Agripino — UDN
 Daniel Krieger — UDN
 Eurico Rezende (23-4-63) — UDN
 Aurélio Vianna — PSB

Secretário Auxiliar Legislativo,
 J. J. Nery Passos Dantas